

ANAIIS

SINCOL 2024

XIII Simpósio Nacional de Educação, VI Ciclo
de Estudos em Educação, VII
Colóquio Internacional de Políticas
Educativas e Formação de Professores

ORGANIZADORES

Alexandre da Silva
Vanusa Eucleia Geraldo de Almeida
Vanessa Dal Canton
Hellen Botton Gandin
Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros,
Mônica Strege Médici

Democracia é um regime político em que os cidadãos no aspecto dos direitos políticos participam igualmente — diretamente ou através de representantes eleitos — na proposta, no desenvolvimento e na criação de leis, exercendo o poder da governação através do sufrágio universal.

liberdade de expressão
liberdade de imprensa
possibilidade de acesso
a tecnologia
liberdade de associação política
acesso à informação
eleições idôneas



**XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO;
VI CICLO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO;
VII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE
PROFESSORES**

ANAIS



UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO
ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES

REITOR

Arnaldo Nogaro

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Edite Maria Sudbrack

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-
GRADUAÇÃO

Marcelo Paulo Stracke

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Ezequiel Plínio Albarello

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Diretora Geral

Elisabete Cerutti

Diretor Acadêmico

Carlos Eduardo Blanco Linares

Diretor Administrativo

Alzenir José de Vargas

CÂMPUS DE ERECHIM

Diretor Geral

Paulo Roberto Giollo

Diretor Acadêmico

Adilson Luis Stankiewicz

Diretor Administrativo

Paulo José Sponchiado

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO

Diretora Geral

Berenice Beatriz Rossner Whatuba

Diretor Acadêmico

Carlos Augusto Fogliarini Lemos

Diretor Administrativo

Gilberto Pacheco

CÂMPUS DE SANTIAGO

Diretor Geral

Julio Cesar Wincher Soares

Diretora Acadêmica

Claudete Moreschi

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA

Diretora Geral

Renata Barth Machado

CÂMPUS DE CERRO LARGO

Diretor Geral

Renzo Thomas



ANAIS DO XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO; VI CICLO DE ESTUDOS EM
EDUCAÇÃO; VII COLÓQUIO INTERNACIONAL
DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE
PROFESSORES

17 a 19 de setembro de 2024

Frederico Westphalen - RS

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

PPGEDU – Programa de Pós-Graduação *Stricto*
Sensu - Mestrado e Doutorado em Educação
URI/FW

Coordenação Geral

Silvia Regina Canan

Claudionei Vicente Cassol

Edite Maria Sudbrack

Cesar Riboli

Daniel Pulcherio Fensterseifer

Jaqueline Moll

Comissão Científica

Ana Paula Teixeira Porto

Arnaldo Nogaro

Camila Aguilar Busatta

Cesar Riboli

Claudionei Vicente Cassol

Daniel Pulcherio Fensterseifer

Edite Maria Sudbrack

Eliane Cadoná

Elisabete Cerutti

Jaqueline Moll

Jordana Wruck Timm

Laísa Veroneze Bisol

Luana Teixeira Porto

Lucí Bernardi

Luci Mary Duso Pacheco

Marinês Aires

Silvia Regina Canan

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Alexandre da Silva

Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida

Vanessa Dal Canton

Hellen Boton Gandin

Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros

Mônica Strege Médici

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO;
VI CICLO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO;
VII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE
PROFESSORES

ANAIS

Organizadores

Alexandre da Silva
Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida
Vanessa Dal Canton
Hellen Boton Gandin
Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros
Mônica Strege Médici



Frederico Westphalen
2024



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Alexandre da Silva, Vanusa Eucléia Geraldo de Almeida, Vanessa Dal Canton, Hellen Botton Gandin, Estéfani Barbosa de Oliveira Medeiros, Mônica Strege Médici

Revisão Metodológica: Responsabilidade dos (as) autores (as)

Revisão Linguística: Responsabilidade dos (as) autores (as)

Diagramação: Alexandre da Silva, Karol de Rosso Strasburger

Capa/Arte: Samuel Alex Agazzi

O conteúdo de cada resumo bem como sua redação formal são de responsabilidade exclusiva dos (as) autores (as).

Catlogação na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

S621a Simpósio Nacional de Educação (13.: 2024 : Frederico Westphalen, RS)
Anais [do] XIII Simpósio Nacional de Educação, VI Ciclo de Estudos em Educação, VII Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores [recurso eletrônico] / organizadores Alexandre da Silva ... [et al.]. – Frederico Westphalen : URI Frederico Westph, 2024.
1 recurso online. 132 p.

ISBN 978-65-89066-58-3

1. Educação. 2. Formação de professores. 3. Políticas educacionais. I. Silva, Alexandre da. II. Título.

CDU 37(063)

Bibliotecária Karol de Rosso Strasburger CRB 10/2687



URI – Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões
Câmpus de Frederico Westphalen:
Rua Assis Brasil, 709 – CEP 98400-000
Tel.: 55 3744-9223
E-mail: editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
RESUMOS SIMPLES	16
GRUPO DE TRABALHO (GT): (A IMPORTÂNCIA DO) LETRAMENTO MATEMÁTICO E SUAS VARIANTES NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA	17
O IDEÁRIO TEÓRICO ACERCA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO MATEMÁTICO: UMA ANÁLISE TEXTUAL ESTATÍSTICA	18
Josiane Marques Gomes; Lucí dos Santos Bernardi	
AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO LETRAMENTO	19
Marcilene Muniz Monteiro; Lucí dos Santos Bernardi	
GRUPO DE TRABALHO (GT): A PERSPECTIVA FORMATIVA NA CIDADE QUE EDUCA E TRANSFORMA	20
PRÁTICAS EDUCATIVAS INOVADORAS PARA UMA CIDADE QUE EDUCA E TRANSFORMA	21
Carine Garcia Barimarquer; Luci Mary Duso Pacheco	
CAMINHAR PELA CIDADE EM QUATRO PROJETOS NA/PARA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE	22
Mirian Celeste Martins; Carolina Votto; Veronica Devens Costa	
GRUPO DE TRABALHO (GT): EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS – COORDENAÇÃO	23
COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM EVENTO EXTENSIONISTA DO GRUPO DE PESQUISA GENI (GÊNERO PELA NÃO INTOLERÂNCIA)	24
Leticia da Silva Matias dos Santos; Amanda Marques Brito de Souza; Cilene Margarete Pereira	
CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA INCLUSÃO ESCOLAR NA RECENTE LEGISLAÇÃO MATO-GROSSENSE: ENTRE A ROMANTIZAÇÃO E A COMPLEXIDADE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	25
Regiane Rodrigues da Silva; Claudionei Vicente Cassol	
GRUPO DE TRABALHO (GT): INCLUSÃO DAS MINORIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: LIMITES E POSSIBILIDADES	26

PRÁTICAS COLABORATIVAS DE DOCENTES ATUANTES COM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....	27
Adriana Aparecida Grando; Tania Mara Zancanaro Pieczkowski	
MULHERES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS, IDEOLÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	28
Carolina Cruz de Oliveira; Laísa Veroneze Bisol	
O USO DE TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	29
Fábio Júnior Dorneles dos Santos	
ACOLHIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS MIGRANTES VENEZUELANAS NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC	30
Francine Carlete Groth Eichler; Adilson Cristiano Habowski	
EDUCAÇÃO PÚBLICA EM FOCO: EXPLORANDO AS DISPARIDADES ENTRE ESCOLAS BRASILEIRAS	31
Janarte Cleia do Nascimento; Laísa Veroneze Bisol	
MULHERES DE HISTÓRIA.....	32
Larissa Kellermann; Claudionei Vicente Cassol	
ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS MOBILIZADAS POR EDUCADORES DE MIGRANTES VENEZUELANOS EM UMA ESCOLA DO EXTREMO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	33
Leonei Braun; Adilson Cristiano Habowski	
TRABALHO COLABORATIVO ENTRE PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL E SALA DE AULA REGULAR NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM AUTISMO.....	34
Loreci Bamberg Melo; Camila Aguilar Busatta	
O LEGADO FILOSÓFICO DE JOÃO DUNS SCOTUS E CHRISTINE DE PIZAN PARA A EDUCAÇÃO	35
Luana Kunzler; Claudionei Vicente Cassol	
PESQUISA SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE CIÊNCIAS NO BRASIL	36
Nilda Clair de Souza Binn; Rúbia Emmel	
O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E GENERIFICAÇÃO DA CRIANÇA	37
Sueli Junges; Eliane Cadoná	
SUPERANDO BARREIRAS: O IMPACTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA FORMAÇÃO DE MULHERES CIENTISTAS.....	38
Tainara Natalia dos Santos Mattos; Jean Carlos de Lima Martins; Gisele Louro Peres	

ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS EM ESCOLAS REGULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS EM RONDONÓPOLIS-MT	39
Tatiane de Souza Gil; Camila Aguilar Busatta	
GRUPO DE TRABALHO (GT): EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E IA: ENTRE LINKS E PRODUÇÕES	40
EDUCANDO COM MÁQUINAS INTELIGENTES: COMO AS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS MOLDAM O FUTURO DA EDUCAÇÃO	41
Fernanda Duarte Siqueira; Vladimir Soares da Fontoura	
INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIAS E METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO: POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA	42
Gessecam Camara Lubachewski	
OS DESAFIOS E FACILITAÇÕES DA ALFABETIZAÇÃO NA ERA DIGITAL	43
Maria Dora Morais Santos; Tatiane de Souza Gil; Arnaldo Nogaro	
ABORDAGENS SOBRE METODOLOGIAS INOVADORAS PARA O ENSINO EM PSICOLOGIA: UM OLHAR PARA AS TECNOLOGIAS DIGITAIS	44
Michele Fröhlich Marquette; Elisabete Cerutti	
TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA	45
Rosilaine Ribeiro da Costa Terebinto; Camila Aguilar Busatta	
A INTEGRAÇÃO DA TECNOLOGIA NO PROCESSO EDUCACIONAL	46
Vladimir Soares da Fontoura; Fernanda Duarte Siqueira	
GRUPO DE TRABALHO (GT): EDUCAÇÃO INTEGRAL E A EDUCAÇÃO BÁSICA: POLÍTICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS GARANTINDO APRENDIZAGENS E DIREITOS DA CIDADANIA	47
VOZES DO GRÊMIO ESTUDANTIL NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	48
Ângela Bueno Grueiro	
ALFABETIZAÇÃO INTEGRAL: UM DOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	49
Angela Chuvas Naschold; Jaqueline Moll	
EDUCAÇÃO INTEGRAL: RELATO DE UMA IMERSÃO	50
Caroline Luisa Ludwig Führ; Edna Alves Pereira da Silva; Ilda Renata da Silva Agliardi; Jaqueline Moll	
EJA E HISTÓRIAS DE VIDA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO DO PROJETO MUXIRUM	51
Cleidiane Carlos Ribeiro; Laísa Veroneze Bisol	

COMO A ESCOLA ESTÁ FAZENDO A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE	52
Edilange Batista Galvão; Cibele Maria Lima Rodrigues	
SAÚDE DO DOCENTE	53
Elaine Tunes Parreira; Jordana Wruck Timm	
O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAETITÉ DURANTE OS ANOS DE 2012 A 2020	54
Iamara Inqueira Sousa Carvalho; Marinalva Nunes Fernandes	
O PAPEL DA MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL: ELEMENTOS DESEJÁVEIS NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO MUSICAL NA FORMAÇÃO HUMANA	55
Jean Leandro Horas; Adriano Canabarro Teixeira	
A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: POLÍTICAS, PROPOSTAS E PROGRAMAS	56
Maria Rizocleide Soares Frutuoso; Rachel Costa de Azevedo Mello	
RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA DE MATO GROSSO: FORMAÇÃO DE AGENTES DEMOCRÁTICOS E EFETIVOS NA SOCIEDADE	57
Rodenil Gonçalves de Jesus; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
A POLÍTICA EDUCACIONAL EM TEMPO INTEGRAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS INICIAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE	58
Sarah Porto da P. B. Pereira; Cibele Maria Lima Rodrigues	
O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL: POLÍTICAS EM AÇÃO	59
Silvia Maria Leite de Almeida	
VOCAÇÃO ESPORTIVA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO DE CASO EM CUIABÁ-MT	60
Weder Camillo de Souza; Silvia Regina Canan; Claudionei Vicente Cassol	
GRUPO DE TRABALHO (GT): FORMAÇÃO DE PROFESSORES: POLÍTICAS E DIRECIONAMENTOS METODOLÓGICOS	61
DESAFIOS DA DOCÊNCIA NAS ESCOLAS ISOLADAS RURAIS EM SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT (1930-1945)	62
Francisca da Silva Duarte	
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA-MT	63
Cleonice Moreira dos S. Taboza; Claudionei Vicente Cassol	

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DIRETRIZES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: AVANÇOS E RETROCESSOS PARA ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA	64
Edivaldo Soares Vieira de Atahaide	
A EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA ALFABETIZA MT EM PRÉ-ESCOLAS EM SINTONIA COM O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	65
Ester Rodrigues da Silva Paz; Silvia Regina Canan	
A EFETIVIDADE DAS POLITICAS EDUCACIONAIS E SEUS IMPACTOS NA PRÁTICA DOCENTE: O PROGRAMA LEEI NO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT.....	66
Evakeila Pereira Santana Sousa; Silvia Regina Canan	
DE 2002 À 2024, O QUE SUGEREM AS DCNS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES?	67
Ieda Pertuzatti; Silvia Regina Canan	
RECOMENDAÇÕES DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES NO BRASIL: AS DIRETRIZES REPRESENTAM DESAFIOS OU ADVERSIDADES DOCENTES NO FORMAR PROFESSORES PEDAGOGOS	68
Jussani Derussi; Silvia Regina Canan	
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA AMÉRICA LATINA: MAPEAMENTO DOS EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA (2015-2019).....	69
Maria de Lourdes Pinto de Almeida; Lourdes Evangelina Zilberberg Oviedo; Ketlin Elís Perske	
A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE DISSERTAÇÕES.	70
Maria Lúcia Rodrigues; Silvia Regina Canan	
ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE DOS CONSELHOS ESCOLARES EM MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO.....	71
Márcio Paz Câmara; Silvia Regina Canan	
PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DA CARREIRA.....	72
Sibele Sehnem; Luci Mary Duso Pacheco	
A CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES IMPACTANDO POSITIVAMENTE O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS AUTISTAS	73
Vanessa Silva Oliveira; Silvia Regina Canan	
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA PRÁTICA EDUCACIONAL	75
Tatiane Araujo Crestani; Silvia Regina Canan	

AS BOAS PRÁTICAS DOCENTES NO COTIDIANO ESCOLAR.....	76
Larissa Bortoluzzi Rigo; Lucy Mary Duso Pacheco	
GRUPO DE TRABALHO (GT): FORMAÇÃO DO DOCENTE DE LETRAS E SUAS INTERCONEXÕES COM DEMANDAS PROFISSIONAIS, SOCIAIS, TECNOLÓGICAS E CULTURAIS	77
A MULTIMODALIDADE EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA INGLESA DO PNLD 2021 DO NOVO ENSINO MÉDIO: MÍDIAS E TEXTOS	78
Carolina de Ribamar e Silva; Luana Teixeira Porto	
A EXPERIÊNCIA DOCENTE EM LETRAS E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO LEITORA PERMANENTE.....	79
Elisângela Bertolotti; Ana Paula Teixeira Porto	
FORMAÇÃO DE LEITORES NAS CIDADES EDUCADORAS	80
Frederico Cutty Teixeira; Luana Teixeira Porto	
INTERSECÇÕES NECESSÁRIAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NOS PAÍSES LUSÓFONOS	81
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom; Ana Paula Teixeira Porto	
ESCRITA E MUNDO DIGITAL: COMO A INTELIGENCIA ARTIFICIAL CONTRIBUI NA ESCRITURA ACADÊMICA	82
Jaqueline Weiler Brock; Luana Teixeira Porto	
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA: DESAFIOS PARA INCLUSÃO DIGITAL NO AMBIENTE ESCOLAR	83
Leandro Pinto de Oliveira Júnior; Luana Teixeira Porto	
A MAGIA DO CINEMA NA SALA DE AULA: EXPLORANDO O POTENCIAL INTERDISCIPLINAR E A ANÁLISE CRÍTICA COMO RECURSO EDUCACIONAL	84
Ricardo Luiz de Moura; Laísa Veroneze Bisol	
INTERDISCIPLINAR E A ANÁLISE CRÍTICA COMO RECURSO EDUCACIONAL	85
Ricardo Luiz de Moura; Laísa Veroneze Bisol	
GRUPO DE TRABALHO (GT): LA INTERNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN AMÉRICA LATINA: DEBATES TEÓRICOS, METODOLÓGICOS, POLÍTICOS Y EDUCACIONALES.....	86
POLÍTICAS E ABORDAGENS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO COMPARADO ENTRE BRASIL E ARGENTINA ..	87
Jaílson Bonatti; Silvia Regina Canan; Pablo Daniel García	
A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CRES 2018 E NA CMES 2022.....	88
Diego Palmeira Rodrigues; Lourdes Evangelina Zilberberg Oviedo; Marília Costa Morosini	

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA NO BRASIL DE 2020 A 2023: PRIMEIRAS (DES)APROXIMAÇÕES	89
Maria de Lourdes Pinto de Almeida; Estefani Baptistella; Ketlin Elís Perske	
INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: DEMOCRATIZAÇÃO E MULTICULTURALIDADE	90
Patricia Viera-Duarte	
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INTERNACIONALIZAÇÃO EM UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS	91
Silmara Terezinha Freitas; Maria de Lourdes Pinto de Almeida	
MOBILIDADE DOCENTE NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA UFMS	92
Sylvia Helena Andrade de Brito; Margarita Victoria Rodríguez	
GRUPO DE TRABALHO (GT): JUVENTUDES E HORIZONTES POLÍTICOS, CIENTÍFICOS E HUMANISTAS CENÁRIOS DO ENSINO MÉDIO, EJA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	93
CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA À EDUCAÇÃO: TEORIA E CONHECIMENTO	94
Camila Torzeski Praissler; Marielena Batista de Souza; Claudionei Vicente Cassol	
A LIBERDADE DE ESCOLHA DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS: AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO OU LIMITAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO?	95
Janaina Rossarolla Bando; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS: UM ESTUDO DESDE A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA 4ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	96
Karolainy Guse Martins; Daniel Pulcherio Fensterseifer	
AS LINGUAGENS E O ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO NO ÂMBITO DA LEITURA E DA ESCRITA	97
Nair Gonçalves de Souza Barranco; Laísa Veroneze Bisol	
A POLÍTICA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO	98
Rachel Costa de Azevedo Mello; Jaqueline Moll	
GRUPO DE TRABALHO (GT): AS INFÂNCIAS E A EDUCAÇÃO INFANTIL EM DEBATE	99
NATUREZA E INFÂNCIAS: ENCONTROS POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL MENOR	100
Alessandra Neiss; Adilson Cristiano Habowski	

TENDÊNCIAS NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	101
Ana da Silva; Luci Mary Duso Pacheco	
FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	102
Camille Bertha Stülp; Jordana Wruck Timm	
HUMANIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VALORIZANDO A INFÂNCIA	103
Emily Kummer Muller; Marines Aires	
CONTRIBUIÇÕES DE TESES DE DOUTORAMENTO PORTUGUESAS À AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA.....	104
Erone Hemann Lanes; Maria Cristina Parente; Jordana Wruck Timm	
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, E AS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	105
Eurídice Soares Rissato; Marines Aires	
SABERES DOCENTES QUE CONSTITUEM A IDENTIDADE DAS PROFESSORAS PESQUISADORAS QUE ATUAM COM/PARA AS INFÂNCIAS NA REDE PÚBLICA DE RONDONÓPOLIS/MT	106
Marta Chrislainy Santos Fernandes; Jordana Wruck Timm	
GRUPO DE TRABALHO (GT): AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	107
A EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO E OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE IGUALDADE DE GÊNERO. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	108
Ágata Brasil Eloy; Cesar Riboli	
RESUMOS EXPANDIDOS.....	109
GRUPO DE TRABALHO (GT): INCLUSÃO DAS MINORIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: LIMITES E POSSIBILIDADES	110
DIREITO EDUCATIVO E MINORIAS: DESAFIOS E CAMINHOS PARA A INCLUSÃO	111
Mariluz Terezinha Pertuzzatti; Cesar Riboli	
GRUPO DE TRABALHO (GT): JUVENTUDES E HORIZONTES POLÍTICOS, CIENTÍFICOS E HUMANISTAS CENÁRIOS DO ENSINO MÉDIO, EJA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	116
IMPACTOS DA FORMAÇÃO POR MEIO DA EJA NA ALFABETIZAÇÃO EM JACIARA (MT)	117
Cleuza Inês de Jesus; Cesar Riboli	

GRUPO DE TRABALHO (GT): BRINCAR É COISA SÉRIA”: POTÊNCIAS PARA PENSAR O TERRITÓRIO DA CIDADE.....	122
BRINCANDO E APRENDENDO NAS CIDADES EDUCADORAS.....	123
Simone Soares Rissato; Jordana Wruck Timm	
OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO DE INGLÊS NAS SÉRIES INICIAIS EM SÃO PEDRO DA CIPA (MT)	125
Rosa Helena da Costa Araújo; Cesar Riboli	

APRESENTAÇÃO

EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR: DESAFIOS E COMPROMISSOS PARA A VIDA DEMOCRÁTICA

Com muita alegria, compartilhamos com professores da Pós-Graduação, Graduação, Escolas Públicas e Privadas, estudantes e pesquisadores os **ANAIS** que resultam dos intensos debates motivados pelo XIII Simpósio Nacional de Educação (SINCOL), VI Ciclo de Estudos em Educação, VII Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores, promovido pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen, RS, por meio do seu Programa de Pós-graduação em Educação, que traz os textos completos resultantes dos GTs - Grupos de Trabalho realizados durante a programação desenvolvida.

O Simpósio, organizado em torno do tema “**Educação Básica e Superior: Desafios e compromissos para a vida democrática**”, contemplou proposições e análises de práticas sobre a relação entre desenvolvimento social, regional, tecnologias, educação, saberes e práticas envolvendo a atuação formativa em um cenário de constantes transformações decorrentes do neo e ultra capitalismo e do neoliberalismo, que promovem a crescente desigualdade social e a precarização do mercado de trabalho em âmbito mundial.

Nesse sentido, entendemos como prioritário e necessário pensar uma educação de formação integral com base científica e humanista que possa contribuir para a promoção do respeito ao multiculturalismo e interculturalidade, às diferenças, aos direitos humanos, à globalização, à justiça social e cognitiva, temáticas contempladas na diversificada programação do evento.

Sob essa perspectiva e tomando por base a temática principal o resultado do evento foi a possibilidade de promoção de riquíssimos espaços de debate contemplando a Educação Básica e Superior sob diferentes vieses. O Sincol, como carinhosamente chamamos o evento, trouxe para a mesa de reflexões pesquisadores nacionais e internacionais que conduziram as palestras e permitiram reflexões profundas e importantes sobre as temáticas propostas. De outro lado, as proposições feitas pelos GTs da Educação Infantil, Cidades que educam e transformam, Juventudes e Ensino Médio, Internacionalização, Avaliação, Formação de Professores, Educação e Tecnologias, EJA, Diversidade, educação e inclusão, Educação Integral e Educação Básica e Alfabetização e Letramento, se traduziram em espaços de trocas

em torno de pesquisas, relatos de experiências, vivências cotidianas de educadores e educadoras do Brasil (representado por 13 Estados) e de outros seis países.

Desejamos que as trocas iniciadas no Sincol, se prolonguem através desses ANAIS e sejam inspiradoras de novos momentos em que a educação ocupe o lugar de destaque que lhe é devido.

Com especial apreço, os colegas da Linha de Pesquisa 2 – Políticas Públicas e Gestão da Educação –, organizadores do evento, agradecem a todos e todas que desenvolveram suas produções e compartilharam suas experiências nestas páginas.

*Silvia Regina Canan, Claudionei Vicente Cassol, Edite Maria Sudbrack,
Cesar Riboli, Daniel Pulcherio Fensterseifer e Jaqueline Moll*

RESUMOS SIMPLES

GRUPO DE TRABALHO (GT)

**(A IMPORTÂNCIA DO) LETRAMENTO
MATEMÁTICO E SUAS VARIANTES NA
CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE
DEMOCRÁTICA**

O IDEÁRIO TEÓRICO ACERCA DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO MATEMÁTICO: UMA ANÁLISE TEXTUAL ESTATÍSTICA

Josiane Marques Gomes¹
Luci dos Santos Bernardi²

Grupo de Trabalho (GT): (A importância do) letramento matemático e suas variantes na
construção de uma sociedade democrática

Resumo

Esse manuscrito apresenta uma análise das principais concepções relacionadas ao tema Alfabetização Matemática e Letramento Matemático, que estão presentes em teses e dissertações produzidas no Brasil no período de 2009 a 2021, e traz como âncora teórica a Educação Matemática Crítica. A abordagem metodológica adotada caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, cuja análise da materialidade empírica foi desenvolvida através da análise textual estatística, em que os dados qualitativos foram tratados de forma quantitativa, de forma que os elementos lexicais do *corpus* são categorizados com o objetivo de descobrir as possíveis correlações existentes entre eles. Na organização do *corpus*, foram localizadas 223 pesquisas no Banco de Teses e Dissertações da Capes e 128 pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações — BDTD, das quais selecionamos 20 para análise. Para realizarmos a análise cujos dados estatísticos estão assim configurados: Número de textos: 20; Número de ocorrências: 442 palavras no total; Números de formas: 422 palavras, consideradas ativas e suplementares. Como resultado, observamos o autor em destaque é Paulo Freire, citado 15 vezes; em segundo lugar está o autor Ubiratan D’Ambrosio, que foi citado 13 vezes; em terceiro lugar, a autora Magda Soares, citada 11 vezes; Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca, Ocsana Danyluk e Ole Skovsmose foram citados dez vezes. Consideramos que esse grupo de autores representa o principal ideário teórico acerca da alfabetização e letramento em língua materna e na educação matemática. Observamos a centralidade de Paulo Freire, que é também considerado o precursor das ideias da educação crítica. Outros autores, como Ubiratan D’Ambrosio e Ole Skovsmose, também construíram conceitos da educação matemática inspirados em Freire — as propostas de alfabetização e a prática pedagógica da etnomatemática apresentam importantes pontos de convergência, ancorados na pedagogia emancipadora de Freire, com bases na dialocidade, na democracia, na educação libertadora. A autora Magda Soares trabalha com o conceito de alfabetização e letramento em língua materna. O trabalho da autora Ocsana Danyluk tem foco na alfabetização matemática na perspectiva de entender o que se lê e escrever o que se entende a respeito das primeiras noções de aritmética, geometria e lógica. Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca argumenta que o letramento matemático está relacionado com a mobilização e com a produção de conhecimento, e a alfabetização matemática é a aquisição da linguagem matemática formal e escrita. Portanto, a alfabetização é mais restrita que o letramento matemático. Por fim, queremos salientar que a alfabetização matemática e o letramento matemático são fundamentais na formação de estudantes críticos, comprometidos e que saibam se posicionar de forma consciente e cidadã na sociedade, além de buscarem conhecer os diversos papéis da matemática diante de diferentes situações cotidianas. O processo de letramento matemático de um indivíduo pode levá-lo ao empoderamento na medida em que ele reorganiza sua visão sobre a sociedade, assumindo um papel ativo nas decisões sociais, refletindo, interpretando e aplicando seus conhecimentos matemáticos na sociedade.

Palavras-chave: Autores/as. Alfabetização Matemática. Letramento Matemático.

¹ Mestre em Educação e Graduada em Matemática pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW/SLG). Professora de Matemática na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/SLG) e na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. E-mail: profjosiane@saoluiz.uri.edu.br.

² Doutora em Educação Científica e Tecnológica e Mestre em Educação. Professora permanente Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: lucisantosbernardi@gmail.com.

AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO LETRAMENTO

Marcilene Muniz Monteiro³

Luci dos Santos Bernardi⁴

Grupo de Trabalho (GT): (A importância do) letramento matemático e suas variantes na construção de uma sociedade democrática

Resumo

O letramento e os multiletramentos são conceitos centrais na educação contemporânea, refletindo a necessidade de preparar os estudantes para interagir com diversos modos de comunicação e significação. Nesse sentido, o presente texto visa delinear o percurso histórico e teórico do termo “letramento” até o surgimento do termo “multiletramento”. Sabe-se que o termo “letramento” apareceu pela primeira vez em 1986, em um texto de Mary Kato. Em 1988, Leda Tfouni traduz o termo em um sentido mais técnico, mas é com a professora e pesquisadora Magda Soares (1988) que ele ganha maior destaque, dado a necessidade de distinguir alfabetização de letramento. Logo, o conceito passa a ser estudado e pesquisado por diversos autores em diferentes perspectivas. Já o termo “multiletramento” foi cunhado pelo *The New London Group* em 1996 e, na literatura brasileira, começa a ser discutido a partir dos anos 2000, tendo a professora e pesquisadora Roxane Rojo como referência nacional sobre o tema. Desse modo, apoiada na pesquisa bibliográfica de revisão da literatura, busca-se refletir sobre a evolução do termo e suas implicações para a atuação docente e sua contribuição para a aprendizagem dos estudantes. Portanto, é possível verificar que a evolução do conceito de letramento reflete as mudanças nas demandas sociais e tecnológicas sobre o ato de ler e escrever. Assim, a evolução do letramento para os multiletramentos reflete a adaptação das práticas educacionais às novas formas de comunicação e à crescente diversidade cultural e tecnológica que impactaram a comunicação e a educação a partir do final do século XX.

Palavras-chave: Letramentos. Multiletramentos. Pedagogia dos multiletramentos.

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT/CUR). Docente do Ensino Fundamental - Anos Iniciais - Semed/ROO. E-mail: marcymuniz@hotmail.com.

⁴ Doutora em Educação Científica e Tecnológica e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: lucisantosbernardi@gmail.com.

GRUPO DE TRABALHO (GT)

**A PERSPECTIVA FORMATIVA NA CIDADE
QUE EDUCA E TRANSFORMA**

PRÁTICAS EDUCATIVAS INOVADORAS PARA UMA CIDADE QUE EDUCA E TRANSFORMA

Carine Garcia Barimarquer⁵
Luci Mary Duso Pacheco⁶

Grupo de Trabalho (GT): A perspectiva formativa na cidade que Educa e Transforma

Resumo

Este resumo destaca a importância de integrar práticas inovadoras na educação para promover uma transformação positiva tanto nas escolas quanto nas cidades em que elas estão inseridas. O conceito de "práticas educativas inovadoras para uma cidade que educa e transforma" aborda a implementação de métodos pedagógicos e estratégias educacionais que visam transformar não apenas o ambiente escolar, mas também a comunidade e a cidade como um todo. Esse enfoque busca criar uma cidade onde a educação desempenha um papel central no desenvolvimento social, econômico e cultural. Práticas educativas inovadoras envolvem a introdução e aplicação de métodos pedagógicos modernos e tecnologias que promovem uma aprendizagem mais eficaz e engajada. Exemplos incluem: 1. Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP): Um método em que os alunos trabalham em projetos interdisciplinares, resolvendo problemas reais da comunidade, essa abordagem promove a aprendizagem ativa e significativa ao conectar o conteúdo curricular com contextos reais. 2. Tecnologias Educacionais: Ferramentas como plataformas digitais, realidade aumentada e inteligência artificial são usadas para personalizar a aprendizagem e ampliar o acesso ao conhecimento. 3. Educação em Tempo Integral: Modelos de escolas que funcionam em tempo integral e oferecem atividades educacionais e culturais além do currículo tradicional. A cidade que educa e transforma é aquela que integra essas práticas inovadoras ao seu planejamento e desenvolvimento urbano. Práticas educativas inovadoras têm o potencial de transformar a educação e a cidade simultaneamente. Ao adotar métodos como ABP, tecnologias educacionais, e modelos de tempo integral, e ao integrar a educação no planejamento urbano, cidades podem criar ambientes mais colaborativos, sustentáveis e envolventes. Isso não só melhora a qualidade da educação, mas também fortalece o desenvolvimento comunitário e social. Essas práticas promovem uma abordagem mais holística da educação, onde a escola é apenas um dos muitos ambientes de aprendizagem e onde a educação contribui para a transformação positiva da sociedade. Em resumo, práticas educativas inovadoras não apenas transformam o processo de ensino-aprendizagem, mas também têm o potencial de revitalizar comunidades e cidades. Elas contribuem para a criação de um ambiente urbano que valoriza e promove a educação como um motor para o desenvolvimento social e cultural.

Palavras-chave: Práticas educativas. Práticas Inovadoras. Cidades que educam.

⁵ Mestra em Educação, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Doutoranda em Educação, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Professora municipal Município de Frederico Westphalen, Professora na Escola de Educação Básica da Uri, Grupo de Pesquisa em Educação (GPE). a100668@uri.edu.br.

⁶ Doutora em Educação. Professora e Coordenadora do PPGEDU, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Grupo de Pesquisa em Educação (GPE). luci@uri.edu.br

CAMINHAR PELA CIDADE EM QUATRO PROJETOS NA/PARA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

Mirian Celeste Martins⁷

Carolina Votto⁸

Veronica Devens Costa⁹

Grupo de Trabalho (GT): A perspectiva formativa na cidade que Educa e Transforma

Resumo

Caminhar pela cidade - consciente de si, atenta ao corpo na disponibilidade sensível, vivendo a experiência sensorial e cognitiva - é uma prática que oferece diferentes sentidos e significados, estabelecendo conexão com o contexto cultural em que se está inserido e provocando maior compreensão da realidade. Como participantes do Grupo de Pesquisa em Arte na Pedagogia - GPAP, apresenta-se neste texto a análise de quatro projetos já realizados, que tem a cidade como foco, tendo como objetivo averiguar como as caminhadas pelas cidades podem ampliar a experiência de aprendizagem de estudantes do curso de Pedagogia, de professores e de crianças, e como promovem um contato direto com a história, a memória, a cultura e a arte ampliando suas bagagens culturais, e assim contribuindo para o exercício da prática sensível e interdisciplinar na docência. A metodologia utilizada tem natureza qualitativa e a/r/tográfica, construída somando as perspectivas de artistas (“a” de arte), pesquisadores (“r” de researcher) e professores (“t” de teachers), tendo como instrumentos metodológicos os documentos resultantes de quatro projetos/proposições. 1. *Arte/Corpo/Cidade e Percursos-sentidos* - proposições realizadas junto à pesquisa internacional Formação de Educadores com e em Artes/Culturas com estudantes de Curso de Pedagogia em universidades distintas; 2. *Projeto Ambiências Educadoras* (Martins et al, 2023) - realizado de modo interdisciplinar por professores de vários componentes curriculares junto a estudantes de Pedagogia; 3. *Caminhadas Fotográficas* (Oliveira, 2013) - que propõe em seu pós-doutorado, na região sul do país, uma ação docente pedagógica artística com estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e que repercute na formação de educadores; 4. *Caminhadas-cortejo* (Silva, 2020) - que apresenta em sua dissertação a análise de caminhadas-cortejos com as crianças da educação infantil na cidade de São Paulo e a percepção das professoras envolvidas. Para a fundamentação das análises, dialogamos com autores e pesquisadores como Careri (2013), Labucci (2013), Martins (2012), Derdyk (2016), Irwin (2013), (DIAS e IRWIN, 2013), Camnitzer (2009). Os resultados das análises evidenciam a cidade como lócus estético-formativo que potencializa um “olhar estrangeiro” que estranha o que é familiar e amplia novos horizontes culturais, em uma ação que envolve o saber, a pesquisa e a criação em contato vivo com o mundo. O novo olhar que surge com as proposições produz uma mestiçagem de experiências “na elegância do fluxo entre intelecto, sentimento e prática” (Irwin, 2013, 127) que contribuem para as futuras proposições a serem desenvolvidas com crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Cidade; Caminhada; Formação docente; Arte; Escola.

⁷ Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Mestrado em Artes pela Escola de Comunicações e Artes (ECA)/Universidade de São Paulo (USP) e Licenciatura em Desenho e Plástica pela Faculdade Santa Marcelina. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura e do Curso de Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) onde coordena os Grupos de Pesquisa: Arte na Pedagogia e Mediação Cultural: provocações e mediações estéticas. Professora aposentada do Instituto de Artes/UNESP. mirian.martins@mackenzie.br

⁸ Pós-doutoranda em Arte, Educação e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP. Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Pedagogia pelo Centro Universitário ETEP; Mestre em Artes Visuais pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). cghaia@gmail.com.

⁹ Doutoranda pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, PPG - Educação, Arte e História da Cultura. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Licenciada em Educação Artística pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Pedagogia pela Faculdade Regional Serrana (FUNPAC). Professora no ensino superior privado e educação básica municipal. veronicadevens@gmail.com

GRUPO DE TRABALHO (GT)

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO
EM DIREITOS HUMANOS: RELATOS DE
EXPERIÊNCIAS – COORDENAÇÃO**

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM EVENTO EXTENSIONISTA DO GRUPO DE PESQUISA GENI (GÊNERO PELA NÃO INTOLERÂNCIA)

Leticia da Silva Matias dos Santos¹⁰

Amanda Marques Brito de Souza¹¹

Cilene Margarete Pereira¹²

Grupo de Trabalho (GT): Extensão Universitária e Educação em Direitos Humanos: relatos de experiências – Coordenação

Resumo

Os dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) destacam a seriedade das violências enfrentadas pelas mulheres no Brasil. De acordo com o Anuário, foram registrados 245.713 casos de violência doméstica, 613.529 ameaças de violências e 899.485 chamadas de denúncia ao número 190. Essas violências se manifestam de diversas maneiras, como ameaças, agressões físicas ou sexuais, violências patrimoniais, obstétricas e psicológicas, que podem ser perpetradas por parceiros íntimos, familiares ou até desconhecidos (QUINA et al, 2023). Em resposta a essa questão pública, em novembro de 2023, foi realizado o Evento de Extensão “21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”, registrada sob o número 6784, integrante das atividades de pesquisa, ensino e extensão do Grupo de Pesquisa Gênero pela Não Intolerância (GENI), sediado no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (ICSA/UNIFAL-MG). A iniciativa buscou sensibilizar a comunidade acadêmica e externa sobre as violências que acometem as mulheres, além de discutir estratégias de enfrentamento. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência dessa ação extensionista, concebida sob a perspectiva freiriana, entendida como um “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (PROEX, 2012, p.15). Nesse processo, houve troca de saberes entre a academia e a comunidade, em que ambos se complementaram, sendo compartilhados de maneira horizontal, sem qualquer hierarquia ou imposição dos conhecimentos. O evento incluiu uma série de atividades, como (1) CurtaGeni, que exibiu os curtas-metragens brasileiros **Quem Matou Eloá?** (2015), dirigido por Lívia Perez, e **Crônicas do Meu Silêncio** (2015), de Beatriz Pessoa; (2) roda de conversa sobre a violência contra a mulher no ambiente de trabalho; (3) roda de conversa com as mulheres atendidas pelo CRAS II de Varginha; (4) painéis abordando os temas "Dignidade Menstrual" e "Tipificações das Violências contra as Mulheres segundo a Lei Maria da Penha"; (5) Estudos Abertos do GENI, que discutiu o acesso de mulheres negras ao Ensino Superior. Estas atividades promoveram debates produtivos, conscientes e críticos sobre as desigualdades de gênero e conscientizaram os participantes acerca das diversas formas de violência que as mulheres enfrentam diariamente, configurando-se como um mecanismo para o combate a essas violências. Além disso, as discussões sobre este tema atravessam várias áreas de conhecimento, das quais se destacam aqui a Administração Pública, Ciências Sociais, Letras e Artes, associadas, sobretudo, à formação das docentes/discentes organizadores do evento. Nas atividades, foi possível ver a interação de variados saberes em confronto com a realidade social de seus participantes. Por fim, o evento, que está associado a temas de pesquisa e extensão do GENI, foi um importante articulador no que diz respeito a questões de gênero entre a UNIFAL-MG e sua comunidade imediata, o município de Varginha, sobretudo no atendimento às demandas apresentadas por instituições parceiras do GENI. De modo geral, o debate feito com a comunidade externa e interna foi positivo e atendeu aos propósitos do evento.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres. Evento de Extensão. Estudos de Gênero. GENI.

¹⁰ Graduanda em Administração Pública na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: leticia.matias@sou.unifal-mg.edu.br.

¹¹ Graduanda em Administração Pública na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: amanda.brito@sou.unifal-mg.edu.br.

¹² Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Integrante do Grupo de Pesquisa Gênero pela Não Intolerância da Universidade Federal de Alfenas (GENI/UNIFAL-MG). E-mail: cilene.margarete.pereira@gmail.com

CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA INCLUSÃO ESCOLAR NA RECENTE LEGISLAÇÃO MATO-GROSSENSE: ENTRE A ROMANTIZAÇÃO E A COMPLEXIDADE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Regiane Rodrigues da Silva¹³
Claudionei Vicente Cassol¹⁴

Grupo de Trabalho (GT): Extensão Universitária e Educação em Direitos Humanos: relatos de experiências – Coordenação

Resumo

A inclusão escolar tem sido tema de diversos debates e pesquisas desenvolvidas com o intuito de sua efetiva implementação no cotidiano da prática pedagógica, mas também, das vivências e experiências socioculturais. Algumas legislações, políticas públicas e dispositivos legais de inclusão têm sido aprovados. Contudo, nem sempre o que está nas leis condiz com a realidade, sobretudo quando as normas e políticas públicas são desenvolvidas sem um conhecimento da realidade específica de cada grupo vulnerável. Para os/as profissionais da educação, a inclusão demanda uma reformulação das metodologias de ensino com condições de enfatizar necessidades e estratégias que atendam às particularidades e individualidades dos/as alunos/as, envolvimento da sociedade civil e gestão pública assumida, desenvolvida e implementada, com financiamento adequado, pelo Estado, em suas instâncias – municipal, estadual e federal – e esferas – executiva, legislativa e judiciária –. Essa abordagem não apenas enriquece o processo de ensino e da aprendizagem, mas também fortalece a habilidade docentes em lidar com uma ampla gama de possibilidades, condições e perspectivas científicas e humanas para a construção do conhecimento e o desenvolvimento do humanismo, de cada estudante. Nessa linha de pensamento, se define o problema de pesquisa: como a inclusão escolar tem sido conduzida pela legislação mato-grossense? Com o objetivo de analisar como a inclusão escolar tem sido conduzida pela legislação mato-grossense. A pesquisa se desenvolve com metodologia ancorada num viés qualitativo e classifica-se como de revisão sistemática de literatura. Para a realização da investigação, os dados são coletados na base de dados da CAPES – teses e dissertações e periódicos –, também em outras bases, como Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Google Acadêmico e *Scopus*. Os critérios são definidos em um recorte temporal dos últimos cinco anos a partir das seguintes palavras-chaves: *educação inclusiva no Mato Grosso; promoção da inclusão escolar em Mato Grosso; discursos de inclusão escolar em Mato Grosso, legislação educacional inclusiva em Mato Grosso*. Espera-se que os resultados tragam contribuições positivas para as práticas de inclusão escolar, evidenciando e revelando estratégias de promoção da efetiva inclusão escolar e este trabalho mantenha a continuidade dos debates com gestores/as, instâncias de poder, comunidade em geral e comunidade acadêmica no tocante a formulação de políticas públicas de inclusão escolar. A partir do panorama atual do que é tratado sobre educação inclusiva nas legislações, observa-se que esta questão social ainda carece de investimentos e de ser tratada com seriedade. Prezar pela capacitação e valorização docente, além de adequar as políticas públicas de inclusão à realidade profissional e às possibilidades e ideias, assim como do público a que se destinam, é preocupação que alimenta esta construção teórica.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Políticas Públicas. Compromisso estatal. Ética social. Mato Grosso.

¹³ Mestranda em Educação no PPGEDU-URI, Frederico Westphalen-RS/IBG, Rondonópolis-MT. Professora pedagoga da rede estadual de Mato Grosso, em Rondonópolis, na escola José Salmen Hanze, E-mail: regiane.silva@edu.mt.gov.br.

¹⁴ Professor no PPGEDU-URI, Frederico Westphalen-RS e no CEEDO, Cerro Grande-RS. Pós Doutorando em Educação na Unochapecó. E-mail: cassol@uri.edu.br.

GRUPO DE TRABALHO (GT)

INCLUSÃO DAS MINORIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: LIMITES E POSSIBILIDADES

PRÁTICAS COLABORATIVAS DE DOCENTES ATUANTES COM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Adriana Aparecida Grando¹⁵

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski¹⁶

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

No ambiente educacional, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tornou-se um tema de grande relevância, que requer uma abordagem sensível e flexível por parte da sociedade, das escolas e dos educadores. Adotar uma perspectiva atenta à diversidade do TEA permite valorizar a singularidade de cada criança. Além, de tensionar as atitudes normativas e capacitistas que ainda rotulam as crianças com TEA. Diante do exposto, este trabalho, vinculado ao projeto de dissertação de Mestrado em Educação, tem como tema: Práticas colaborativas de professores(as) atuantes com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola comum e como objetivo geral compreender como acontece a interação do conjunto de professores(as) atuantes com crianças com TEA na escola comum. Do objetivo geral derivam os seguintes objetivos específicos: a) Identificar especificidades de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). b) Registrar os desafios narrados pelos professores em atuar com estudantes com TEA. c) Compreender como acontece a formação continuada dos(as) docentes atuantes com crianças com TEA. d) Analisar como o conjunto de professores atuantes com crianças com TEA interagem na escola comum em relação ao planejamento e execução das ações educacionais. A motivação para realizar a pesquisa proposta, tem como nascedouro a trajetória da primeira autora como professora da educação básica e os desafios da educação inclusiva vivenciados no cotidiano escolar, além da experiência pessoal como mãe de uma criança recentemente diagnosticada com TEA. A metodologia caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, na perspectiva pós-estruturalista. As materialidades empíricas serão geradas por meio de entrevistas narrativas com roteiro orientador. Serão participantes da pesquisa os professores de sala; segundos professores de turma e professores de AEE, atuantes com crianças com TEA do Ensino Fundamental anos iniciais, que aceitarem participar do estudo. Posteriormente, as narrativas serão organizadas em agrupamentos temáticos¹⁷ e examinadas por meio da análise do discurso inspirado em Michel Foucault. O *locus* da investigação será uma escola da rede estadual de educação situada no perímetro urbano do município de Chapecó (SC). Os documentos que irão compor o *corpus* da materialidade estarão associados às políticas de inclusão – em níveis nacional e estadual, e subsidiarão as análises realizadas. Este estudo encontra-se na fase de projeto, o que justifica a não apresentação de resultados ou considerações finais.

Palavras-chave: **Palavras-chave:** Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Trabalho colaborativo na escola comum. Educação Especial.

¹⁵ Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação na Unochapecó, na Linha de pesquisa 2 *Diversidade, interculturalidade e educação inclusiva*. Integrante do Grupo de pesquisa *Diversidades, educação inclusiva e práticas educativas*. Bolsista Unochapecó. E-mail: adrianag@unochapeco.edu.br

¹⁶ Professora orientadora. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora e professora do PPGE - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Educação (Unochapecó), Mestrado e Doutorado. Coordenadora do PPGE de 2018 a 2024. Integrante da Linha de Pesquisa *Diversidade, interculturalidade e educação inclusiva*. Líder do Grupo de pesquisa *Diversidades, educação inclusiva e práticas educativas* (Unochapecó). Bolsista de produtividade em pesquisa CNPq -2 E-mail: taniazp@unochapeco.edu.br

¹⁷ Termo adotado com base em Andrade (2014). ANDRADE, S. S. A entrevista narrativa significado nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlycy Alves. (Org.). Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação. 3. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 175-196. Apoio: Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

MULHERES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS, IDEOLÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Carolina Cruz de Oliveira¹⁸

Láisa Veroneze Bisol¹⁹

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

O presente trabalho apresenta a parte da primeira fase do projeto de pesquisa “Políticas Públicas para Mulheres na Educação Básica: atores e vias de desenvolvimento no início do século XXI”, tendo como objetivo principal traçar um panorama introdutório que permita orientar ações de pesquisa voltadas para políticas públicas direcionadas para mulheres trabalhadoras da Educação Básica (EB). Políticas públicas podem ser definidas como diretrizes para o enfrentamento de um problema público, o qual emerge da percepção de grupos da sociedade de que o *status quo* é inadequado. Em uma perspectiva crítica, a atividade docente é apontada como uma ocupação que, por processos históricos e sociais, tornou-se majoritariamente feminina, sobretudo na EB, como consequência de pressões econômicas e de uma sociedade patriarcal. Autores da vertente crítica da Educação, tais como Michael Apple, fornecem explicações em uma lógica relacional para explicar os aspectos históricos e ideológicos imbricados nas relações de gênero no campos da Educação e suas consequências de cunho profissional. Desta forma, metodologicamente, busca-se neste trabalho reconhecer e articular os conceitos propostos pelos autores que fundamentaram a linha crítica no campo da educação com as condições de gênero na docência no Brasil. Tal articulação é apresentada neste trabalho por meio da análise da obra “Ensino e Trabalho Feminino: uma análise comparativa da história e ideologia”, escrita e publicada em 1988 por Michael Apple. Por meio da análise obra em conjunção com as pesquisas do campo da História da Educação no Brasil, como conclusão, é possível perceber uma relação entre uma profissão que se tornou predominantemente feminina no Brasil, as condições atuais de precarização do trabalho, burocratização de atividades e a necessidade de investimento em pesquisas que fomentem políticas públicas específicas para este grupo. Nesse sentido, a pesquisa tem o potencial de inovar e contribuir para a investigação das questões atuais de gênero, da formação de professores para EB e do planejamento de novas políticas públicas no campos da Educação em suas fases posteriores.

Palavras-chave: Gênero. Políticas Públicas. Michael Apple. Educação Básica.

¹⁸ Mestranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduada em Letras pela Universidade do Sagrado Coração (USC). Professora da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: carolinacruzoliveira@gmail.com

¹⁹ Doutora em Letras – Estudos literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutora em Comunicação e Informação Contemporânea pela Universidade de Santiago de Compostela (USC-ES); Mestre em Letras – Literatura Comparada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFSM. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) da URI – campus de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7153-1085>. E-mail: laisabisol1@gmail.com.

O USO DE TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Fábio Júnior Dorneles dos Santos²⁰

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

Compreende-se pelo sujeito com Deficiência Intelectual-DI, aquele com déficits no cognitivo (abstração, assimilação, problematização, habilidades de raciocínio, aprendizado e tomada de decisões) e limitações no comportamento adaptativo. Pensar na pessoa com DI e seu processo de aprendizagem é algo complexo. Diante disso, o presente ensaio teórico buscou compreender de que maneiras as tecnologias educacionais poderiam auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. Como suporte para a construção dessa discussão, baseou-se em alguns autores que versam sobre as tecnologias e inclusão: Galvão Filho (2009), Mantoan (2005), Malaquias (2012) e Galvão Filho (2016). No decorrer da revisão narrativa da literatura, percebeu-se que vivemos em uma realidade escolar volátil, os perfis de estudantes nunca são os mesmos, demandam de reordenamento específico e de metodologias diferenciadas. Portanto, é de suma importância que os professores estejam preparados para atender as diferentes especificidades. Não basta apenas entender seu perfil cognitivo, é necessário, sobretudo, implementar estratégias personalizadas alusivas à inclusão e que valorizem a diversidade encontrada na sala de aula, e uma das possibilidades é a utilização de recursos tecnológicos em atividades pedagógicas. Existem inúmeras possibilidades, como por exemplo, a utilização de tecnologias assistivas, atividades práticas e recursos multimodais. Esses recursos podem de alguma forma auxiliar o processo de aprendizado, incentivando a participação ativa dos estudantes com DI. Conclui-se que as tecnologias assistivas não só permitem a personalização dos conteúdos, para que fiquem acessíveis, o professor pode ajustar o nível de dificuldade e os modos de apresentação, facilitando então a compreensão e a acomodação das informações. Nessa esteira, os jogos emergem como estimuladores de algumas habilidades cognitivas como a memória, atenção, resolução de problemas, abstração, imaginação, entre outros. Sabemos também que tecnologias na educação não se trata apenas de tablets e computadores e gamificação, a inovação reside em dar sentido a outros objetos e recursos, para que possam ser explorados para além da sua finalidade inicial. A utilização de forma estratégica desses recursos contribui para que os estudantes tenham uma experiência de aprendizado mais inclusiva, acessível, eficaz, motivadora e que faça sentido de acordo com seus limites e capacidades cognitivas.

Palavras-chave: Educação. Tecnologias. Deficiência. Deficiência Intelectual.

²⁰ Licenciado em Química, Pedagogia, Letras, e Especialista em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual. Professor do Município de Frederico Westphalen/RS. E-mail: fabiodorneles@uri.edu.br

ACOLHIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS MIGRANTES VENEZUELANAS NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC

Francine Carlete Groth Eichler²¹
Adilson Cristiano Habowski²²

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

O processo de migração tem se intensificado nos últimos anos, trazendo novas questões para instituições educacionais em diferentes contextos. No município de Itapiranga-SC, a presença de crianças migrantes venezuelanas tem ressaltado a importância no que diz respeito ao acolhimento destas e de suas famílias. A escolha dessa temática se justifica como um interesse pessoal e profissional, pois, enquanto educadora, trabalho diretamente com crianças migrantes venezuelanas e, a partir dessa experiência, percebi a necessidade de oferecer um espaço de escuta/diálogo para as suas famílias. Na instituição de Educação Infantil em que atuo, estão matriculadas 243 crianças, das quais 34 são de origem venezuelana. Trata-se de uma parcela considerável e que tem aumentado nos últimos anos. Assim, o foco deste estudo está no viés humanitário, considerando a escola, enquanto instituição social, como um elo com as demais instituições da sociedade civil, ajudando a construir redes de apoio e de pertencimento. A partir disso, a pesquisa tem como objetivo geral problematizar estratégias de acolhimento às famílias das crianças migrantes venezuelanas de uma escola de Educação Infantil do município de Itapiranga (SC). Para isso, busca-se: (a) conhecer a história de vida das famílias das crianças migrantes; (b) compreender como podem ocorrer as experiências de acolhimento das famílias na escola. A pesquisa está situada no campo dos estudos migratórios, abordando seus mecanismos de regulação e proteção (ACNUR, OIM, Brasil). Serão lançadas mão das teorias decoloniais em diálogo com o campo educacional (Aníbal Quijano, Catherine Walsh, bell hooks) e as recentes produções acadêmicas brasileiras sobre o acolhimento de migrantes e refugiados. Tem-se como inspiração o Método Cartográfico de Pesquisa-Intervenção, baseado no livro *Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade* (2009), organizado por Passos, Kastrup, Escóssia e Tedesco. Esta metodologia será abordada através de um percurso em que o pesquisador cartógrafo observará, vivenciará, acompanhará e analisará com base nos rastros que emergirem no decorrer dos encontros com os familiares das crianças migrantes venezuelanas. Os instrumentos de pesquisa previstos incluem rodas de conversa com os familiares e um diário de campo. Como a pesquisa está em fase inicial, ainda não há desdobramentos no sentido de considerações finais. No entanto, o objetivo é promover o acolhimento dos familiares das crianças migrantes na instituição de Educação Infantil, para que eles se sintam parte integrante da comunidade educativa.

Palavras-chave: Migrantes. Escola. Crianças. Família. Acolhimento.

²¹ Mestranda no PPGEdu da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Formação em Pedagogia e Letras-Inglês. Pós-graduação em Psicopedagogia. Professora de Educação Infantil no município de Itapiranga (SC). E-mail: eichlerfrancine36@gmail.com

²² Doutor em Educação pela Universidade La Salle (2023). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. Pós-doutorando no PPGEdu da Universidade La Salle, com bolsa do CNPq (Pós-Doutorado Júnior) – PDJ. E-mail: adilsonhabowski@hotmail.com

EDUCAÇÃO PÚBLICA EM FOCO: EXPLORANDO AS DISPARIDADES ENTRE ESCOLAS BRASILEIRAS

Janarte Cleia do Nascimento²³

Láisa Veroneze Bisol²⁴

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

Este estudo investiga as disparidades enfrentadas pelas escolas públicas de ensino médio no Brasil, focando nas variáveis socioeconômicas e regionais que afetam a qualidade da educação. Dentre os objetivos, pretende-se examinar vertentes como a infraestrutura precária, a desigualdade de recursos educacionais e o acesso limitado às tecnologias que impactam o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos. A pesquisa busca entender as origens dessas disparidades e contribuirá com dados para políticas públicas para que seja possível promover uma educação mais equitativa e inclusiva. Destaca-se, neste sentido, que a desigualdade no acesso às tecnologias digitais e à internet acentua as diferenças no aprendizado e perpetua um ciclo de exclusão digital e social. A metodologia adotada envolve uma abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando dados do Censo Escolar e análise crítica da literatura existente para examinar a evolução das condições das escolas públicas nos últimos 10 anos. Ainda em fase inicial, a pesquisa não dispõe de resultados concretos, contudo, espera-se que as discussões desenvolvidas ofereçam oportunidades para a proposição de políticas públicas mais eficazes e inclusivas no setor educacional.

Palavras-chave: desigualdades educacionais, recursos tecnológicos, censo escolar.

²³ Mestranda em Educação pelo Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões - campus de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil. (URI); Pós-graduação em Metodologias do Ensino da Língua Inglesa pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER); Graduada em Letras com Licenciatura em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); E-mail: a110225@uri.edu.br.

²⁴ Doutora em Letras – Estudos literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutora em Comunicação e Informação Contemporânea pela Universidade de Santiago de Compostela (USC-ES); Mestre em Letras – Literatura Comparada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFSM. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) da URI – campus de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: laisabisol1@gmail.com.

MULHERES DE HISTÓRIA

Larissa Kellermann²⁵
Claudionei Vicente Cassol²⁶

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

O projeto *Biosofia: cuidar da vida com sabedoria*, tem como objetivo desenvolver estudos com tema Mulheres de História e apresentar para a comunidade regional do Médio Alto Uruguai, especialmente das comunidades às margens do Rio da Várzea e possibilitar a elas o reconhecimento de suas histórias, de suas vidas e experiências. Retrata as questões propostas pela ONU/UNESCO que abrangem os objetivos do desenvolvimento sustentável no âmbito social, econômico, cultural, educacional e científico, principalmente os objetivos número cinco, dez e dezesseis que ressaltam a igualdade de gênero, o esforço para alcançar a igualdade e o empoderamento das mulheres, com foco em reduzir a desigualdade, reivindicar a paz, a justiça social e instituições eficazes para promover sociedades pacíficas. Ao analisar a sociedade em que vivemos, encontramos raízes e estruturas demarcadas, como ideais e tradições influenciadas pelo patriarcalismo, com valores machistas. Mediante aos avanços complexos da sociedade, considera-se de grande importância reconstruir a posição pré-estabelecida da mulher. Segundo Maria Odila Leite (1983), até a véspera da abolição, o número de mulheres era maior do que de homens no meio social, porém, poucas aparecem nas histórias das sociedades como participantes de importância para seu meio. Desse modo, olhamos hoje para a comunidade em que vivemos, e conseguimos perceber os mesmos acontecimentos do passado: o encobrimento da figura feminina. Promover o debate acerca das histórias de mulheres da região, as quais foram reconhecidas e são prestigiadas por suas contribuições, com o intuito de transformar a visão hegemônica sobre as mulheres e os demais gêneros excluídos é uma forma de a universidade, a academia e a ciência, abrir espaços para as transformações sociais, a participação das mulheres e gêneros excluídos e das pessoas empobrecidas, no mundo da política, da ciência, da cultura e do Estado de direito. Pesquisa bibliográfica e de campo com autorização do Comitê de Ética em Pesquisa, ainda em andamento, contata as famílias e instituições, na segunda etapa em 2024 e 2025. Encontra dificuldades pela escassez de informações e documentações. Percebe, preliminarmente, forte influência do catolicismo nas denominações femininas pois referem nomes de santas em escolas, especialmente, como tradição que marca a região do MAU. Ressalta a importância de olhar para e com a mulher nos âmbitos sociais, políticos e educacionais, no intuito de tornar a comunidade mais justa e igualitária com vistas a concretizar o Estado de Direito que amplie a efetividade democrática e republicana.

Palavra-Chave: Mulher. Sociedade. História. Médio Alto Uruguai. Mudanças

²⁵ Acadêmica do Curso de Psicologia, IV semestre, URI, Frederico Westphalen-RS. Bolsista Probiç-Fapergs no Projeto *Biosofia: cuidar da vida com sabedoria* (7101), e Plano de Trabalho *Mulheres e História* (8787).

²⁶ Professor no PPGEDU/URI, Frederico Westphalen-RS e no CEEDO, Cerro Grande-RS. Orientador do Projeto.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS MOBILIZADAS POR EDUCADORES DE MIGRANTES VENEZUELANOS EM UMA ESCOLA DO EXTREMO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Leonei Braun²⁷

Adilson Cristiano Habowski²⁸

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

A crescente chegada de migrantes, especialmente de nacionalidade venezuelana, à região do extremo oeste do estado de Santa Catarina (SC), em particular ao município de Itapiranga, tem colocado desafios significativos para os educadores. Frente aos processos de regulação e expulsão dos corpos migrantes, emerge a necessidade de acolhimento desses estudantes por parte da escola. Partindo desse contexto, essa pesquisa tem a seguinte problemática: como os professores de estudantes migrantes mobilizam estratégias pedagógicas a partir dos processos de formação? O objetivo geral consiste em compreender como os professores de estudantes migrantes mobilizam estratégias pedagógicas a partir dos processos de formação. Para isso, a pesquisa busca: (a) perscrutar as estratégias pedagógicas mobilizadas pelos professores com estudantes migrantes em sala de aula; (b) problematizar as experiências docentes a partir dos percursos formativos. A pesquisa está situada no campo dos estudos migratórios, seus mecanismos de regulação e proteção (ACNUR; OIM; BRASIL), lançando mão das teorias decoloniais em conexão com o campo educacional (Catherine Walsh; Aníbal Quijano; bell hooks) e as recentes produções acadêmicas brasileiras em torno da formação de professores em Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) - (Nilma Lino Gomes; Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; Kabengele Munanga). Temos como inspiração o Método Cartográfico de Pesquisa-Intervenção, elaborado por Passos, Kastrup, Escóssia e Tedesco, que orientará a produção e análise de dados, que por sua vez, se dará no aspecto processual da relação entre o objeto de investigação e seu plano de produção. A escolha dessa metodologia se justifica pela sua abordagem como um percurso, que o pesquisador cartógrafo irá observar, vivenciar, acompanhar e analisar a partir dos rastros que emergirem no percurso da formação de professores. A pesquisa será realizada com professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio que atuam diretamente com estudantes migrantes em uma escola do município de Itapiranga (SC). Os instrumentos de pesquisa previstos incluem rodas de conversa com os professores, registros fotográficos, gravações, transcrições de áudio e vídeo, além de um diário de campo. Pretende-se, a partir dos rastros deixados nas rodas de conversa com os professores, e na análise dos dados apresentados ao longo das seções analíticas, compreender as perspectivas e as vozes sociais dos educadores que atuam diretamente com os estudantes migrantes. Vislumbra-se, assim, a criação de um espaço de formação contínua com os educadores que atuam com estudantes migrantes venezuelanos. Um espaço como um ponto de encontro onde os educadores poderão compartilhar experiências de acolhimento, além de criação conjunta de estratégias pedagógicas.

Palavras-chave: Migrantes. Estudantes. Estratégias pedagógicas. Formação de professores.

²⁷ Mestrando em Educação no PPGEdu da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Professor na rede estadual de Santa Catarina. E-mail: kesslerbraun10@gmail.com

²⁸ Doutor em Educação pela Universidade La Salle (2023). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. Pós-doutorando no PPGEdu da Universidade La Salle, com bolsa do CNPq (Pós-Doutorado Júnior) – PDJ. E-mail: adilsonhabowski@hotmail.com

TRABALHO COLABORATIVO ENTRE PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL E SALA DE AULA REGULAR NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM AUTISMO.

**Loreci Bamberg Melo
Camila Aguilar Busatta**

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

No presente resumo serão apresentados os resultados de pesquisas realizadas para a construção do Estado de Conhecimento, realizado no período de maio a agosto de 2024 e para isso, foram utilizados os seguintes descritores: autismo- sala de recursos multifuncional - sala de aula regular e trabalho colaborativo, que irão trazer contribuições para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós Graduação em Educação da URI Campo Frederico Westphalen. As pesquisas tiveram como referência os períodos que compreenderam entre 2014 a 2024, sendo realizadas na Porta da CAPES (Catálogo de Teses e Dissertações) e, como resultados foram encontrados trinta e sete entre teses e dissertações. Porém, ao ser feito o refinamento, através da observação dos títulos e o desenvolvimento das pesquisas direcionadas ao trabalho colaborativo do professor da Sala de Recursos que faz o AEE - Atendimento Educacional Especializado e Sala de aula Regular com a perspectiva de inclusão da aprendizagem de crianças e adolescentes com autismo, foram selecionados dez trabalhos, sendo duas teses e oito dissertações. Durante o processo de análises destes trabalhos selecionados, observou-se que as teses estão relacionadas à articulação entre o professor do AEE e o professor do ensino comum, com perspectivas do trabalho colaborativo em escolas municipais e também estaduais voltadas ao Transtorno do Espectro do Autismo. Já as dissertações abordam os desafios da Educação Especial Inclusiva com foco no trabalho colaborativo e nos processos das Salas de Recursos Multifuncionais, na perspectiva do trabalho colaborativo entre o professor de educação especial que atua na sala de recursos multifuncionais e o professor do ensino comum em escolas públicas, a contribuição do trabalho colaborativo com intervenções pedagógicas para a inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista no ensino fundamental e AEE, organização das políticas públicas e funcionamento das salas de recursos multifuncionais aos educandos com autismo e compreensão das estereotípias motoras; estudos de amostras do trabalho colaborativo entre o professor do AEE e escola comum como caminho possível para o processo de inclusão do estudante autista. Destaca-se que esta pesquisa está em fase inicial e que estes são os resultados encontrados até o momento, sendo que ainda não estão concretizados.

O LEGADO FILOSÓFICO DE JOÃO DUNS SCOTUS E CHRISTINE DE PIZAN PARA A EDUCAÇÃO

Luana Kunzler²⁹
Claudionei Vicente Cassol³⁰

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

Quando o assunto Idade Média vem à tona, logo pensa-se em um período obscuro, com baixo desenvolvimento científico e intelectual, dominado pelo poder cultural, político e teológico exercido pelo clero católico. Seria a Idade Média período de difíceis contribuições para a educação ou há possibilidades de serem identificados agentes de problematização cultural? Gauthier e Tardif (2010) mencionam que a escola nasceu na Idade Média, impulsionada pela igreja católica, que passa a ter outra missão: ensinar/catequizar, ainda que sem uma revolução profunda nos métodos de ensino. A moral teocêntrica é predominante. Neste contexto João Duns Scotus (1265-1308), teólogo e filósofo escocês, através da investigação filosófica, defende o distanciamento da fé e da razão, visto que nesse período a filosofia era tida como serva da teologia. Scotus defende que a teologia deve explicar as coisas da fé e a filosofia, o ente. Ao realizar o esforço de compreender a existência de Deus, promove a autonomia do indivíduo. Desse modo Scotus se posiciona contrário ao dogmatismo existente no período medieval. Em oposição ao tradicionalismo patriarcal, Christine de Pizan, meio século mais tarde, (1364-1431), intelectual feminina, defensora da liberdade, apresenta a capacidade das mulheres em um tempo no qual não havia espaço para essa gramática. Christine, considerada a primeira filósofa e escritora italiana remunerada, manifesta a opressão sofrida pelas mulheres e o seu desejo de mudança. O legado que tais personalidades nos deixam, expressam que a Idade Média se desenvolve em tempos nebulosos, que o conhecimento é uma guardida e força promotora para que as grandes mudanças aconteçam. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é pensar possíveis contribuições, mesmo que discretas e sutis, para o campo educacional a partir de tendência específica do pensamento medieval e se desenvolve em metodologia bibliográfica. Valoriza as obras primárias, em língua portuguesa, de Scotus e Pizan e utiliza importantes comentadores. Adota, também abordagem hermenêutica e dialética com intencionalidades de desenvolver interpretações e atualizações dos pensamentos e conceitos e esclarecer compreensões entre as propostas medievais e as contribuições filosóficas de Scotus e Pizan para o campo da educação nos tempos que compartilhamos.

Palavras-chave: Duns Scotus. Christine de Pizan. Educação. Filosofia.

²⁹ Licenciatura em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), 2014. Pós Graduada em Docência no Ensino Superior pela Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), 2017. Pós-Graduação em Arte e Educação (UNIASSSELVI), 2021. Mestre em Ensino pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), 2021. Doutoranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Atualmente, Coordenadora Pedagógica na Escola Clemente Corvalão da Rede Municipal de Santa Bárbara do Sul e professora no Colégio Evangélico Panambi. Experiência docente na área de História, Filosofia, Sociologia; Ensino Religioso e Projeto de Vida.. E-mail: a105636@uri.edu.br

³⁰ Pós-Doutorado em Educação nas Ciências (Unijuí - 2020), Doutor em Educação nas Ciências (Unijuí - 2018); Mestre em Educação (Unisinos, 2006); Licenciado em Filosofia, História Psicologia da Educação (FAFIMC - 1989). Professor no CE Dr Dorvalino Luciano de Souza (Cerro Grande-RS) e na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (Campus de Frederico Westphalen - RS), Cursos de Graduação e no PPGEDU. Pesquisa questões de Política republicana e Políticas de Estado; Filosofia social; Escola pública; Pluralidade, identidade e ambivalência/plurivalência; Filosofias do indivíduo; Dialéticas e hermenêuticas da solidariedade; Problemas bioéticos e Filosofia da Educação. Coordena o Grupo Biosofia (Pesquisas e Estudos em Filosofia) - URI-FW. Coordena, em parceria com Claudir Miguel Zuchi, Sapiëntia Vitae, série de publicações com discussões filosóficas da Editora da URI-FW. E-mail:cassol@uri.edu.br

PESQUISA SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE CIÊNCIAS NO BRASIL

Nilda Clair de Souza Binn³¹
Rúbia Emmel³²

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

A Educação Inclusiva desafia o professor a adaptar e desenvolver metodologias e estratégias inovadoras, sendo essencial, tanto para o ensino de ciências quanto para o ensino de modo geral, promovendo a participação plena dos estudantes para que possam aprender de forma significativa (Machado *et al.* 2003). Oportuniza um ambiente de aprendizagem mais justo, equitativo e enriquecedor para todos os alunos, promovendo o desenvolvimento de diferentes habilidades sociais, como comunicação, trabalho em equipe e empatia (Mantoan, 2019), importantes na vida em sociedade e no ambiente científico. Este estudo objetiva identificar as contribuições dos autores das pesquisas sobre educação inclusiva no ensino de ciências, apresentadas nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) no período de 2017 a 2023. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica, constituída pela escolha e compilamento dos trabalhos realizados a partir da revisão da literatura, delimitando trabalhos disponíveis no período de 2017 a 2023 na base de dados das edições de 2017, 2019, 2021 e 2023, do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências - ENPEC, evento bienal. O recorte temporal adotado foi baseado na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que visa a inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015), pois se espera que a referida lei tenha influenciado na produção das pesquisas. Os resultados evidenciam lacunas na produção de pesquisas referente à Educação Inclusiva no ensino de ciências, com um pequeno aumento de 4,07% na edição de 2017, porém oscilou nos anos seguintes, fazendo com que a referida lei não tenha influenciado na produção das pesquisas. Desse modo, é possível concluir que, apesar de já estar implementada a Educação Inclusiva, ela ainda não está acontecendo em sua plenitude nos espaços escolares. É prescindível que a temática da Educação Inclusiva no ensino de ciências, esteja presente dentro das Universidades como parte do currículo de formação de professores, promovendo debates e diferentes pesquisas sobre a Educação Inclusiva no ensino de ciências, com novos conhecimentos e possibilidades para o trabalho do professor em sala de aula. Além disso, poderá oportunizar aos estudantes o protagonismo no desenvolvimento de suas aprendizagens.

Palavras-chave: Formação. Alunos. Professor.

³¹ Aluna da disciplina “Perspectivas curriculares e avaliativas contemporâneas” do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Ensino de Ciências, Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo. Graduação em Pedagogia, Especialização em Neuropsicopedagogia. Professora da Educação Especial município de Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Professora dos Anos Iniciais-Ensino Fundamental, 17ª Coordenadoria Regional de Educação, Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. E-mail: binnnilda@gmail.com.

³² Doutora em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (IFFAR), Santa Rosa, Rio Grande do Sul, Brasil. Endereço completo para correspondência: Rua Paraguai, 200, Centro, CEP: 98780-552, Santa Rosa, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: rubia.emmel@iffarroupilha.edu.br

O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E GENERIFICAÇÃO DA CRIANÇA

Sueli Junges³³
Eliane Cadoná³⁴

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

O presente resumo apresenta e discute algumas reflexões acerca de como o brincar é, desde os primeiros meses de vida, uma ferramenta de exploração de si e do mundo que proporciona descobertas e aprendizados. É por intermédio da brincadeira que os e as bebês se desenvolvem e interagem com as demais pessoas e com os espaços. Nessa perspectiva, o objetivo principal da proposta de estudo se baseia em analisar de que forma as brincadeiras apresentadas às crianças, e mediadas pela escola, influenciam no desenvolvimento, já na fase da educação infantil, e contribuem para a promoção da equidade de gênero e desconstrução de estereótipos marcados por dualismos como masculino *versus* feminino. A partir de estudos bibliográficos de autores e autoras que abordam o tema, a ideia é compreender o que traz a literatura sobre as contribuições dos Estudos de Gênero para a prática do brincar no contexto da Educação Infantil. Assim, objetiva-se também, com esses estudos, compreender quais atividades as crianças têm acesso na primeira fase da Educação Básica e de que forma as mesmas estão contribuindo para o desenvolvimento e produzindo determinados tipos de infâncias. Na educação Infantil, o ato de brincar perpassa o lúdico, e torna-se a principal ferramenta metodológica do e da professora. Assim, defendemos que ela não é um artefato neutro, pois opera no campo da formação dos processos de subjetivação. Dessa forma, torna-se imprescindível a reflexão e planejamento do/a docente na hora de proporcionar e estimular brincadeiras que possibilitem o estímulo ao aprendizado e desenvolvimento das crianças nos diversos campos de experiências, em especial na temática Gênero, Diferenças e Equidade.

Palavras-chave: Brincar. Educação Infantil. Gênero. Processos de Subjetivação.

³³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. E-mail: sueli.junges@hotmail.com

³⁴ Pós-Doutora em Educação (UFRGS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. E-mail: eliane@uri.edu.br.

SUPERANDO BARREIRAS: O IMPACTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA FORMAÇÃO DE MULHERES CIENTISTAS

Tainara Natalia dos Santos Mattos³⁵

Jean Carlos de Lima Martins³⁶

Gisele Louro Peres³⁷

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

Nos dias atuais, é evidente o importante papel da Educação Básica na formação das mulheres cientistas. Em diversos casos, a Educação se revela crucial na superação de barreiras, no que diz respeito à igualdade de gênero e ao acesso a oportunidades no campo científico. Esse cenário reforça a necessidade de analisar como a Educação Básica influencia a trajetória profissional das mulheres, especialmente em carreiras científicas. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar o papel feminino tanto na formação educacional quanto na influência da escolha profissional de mulheres, com ênfase em carreiras científicas. A sub-representação de mulheres nas áreas de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) é um desafio de alcance global, e entender os fatores que incentivam ou desencorajam as mulheres a seguir essas carreiras é crucial para compreender o impacto da educação na construção de um ambiente mais inclusivo e equitativo. O estudo toma como objeto as entrevistas realizadas com 33 professoras de diversas áreas do conhecimento. As entrevistas fazem parte da ação "Mulheres na Ciência: Que comece o matriarcado", vinculada ao Programa de Cultura "Química em Arte", desenvolvido na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e divulgada no canal "Química em Arte" no YouTube. A metodologia utilizada foi a análise exploratória de dados qualitativos, identificando as principais motivações que levaram essas mulheres a escolher carreiras científicas. A partir de suas falas, foram categorizadas suas experiências e influências, com foco nas vivências e na educação básica. Além disso, o estudo avalia o papel das professoras na formação das identidades profissionais femininas em diversos campos de atuação, especialmente analisando o impacto das ações e atitudes dessas docentes na escolha profissional de suas alunas, com foco particular nas áreas STEM. As entrevistadas destacaram a importância de apresentar as disciplinas de forma contextualizada, promovendo a participação em projetos e atividades extracurriculares. Cerca de 72% das mulheres entrevistadas, revelaram que escolheram sua profissão a partir de vivências externas. Para 28% das entrevistadas, a Educação Básica foi um período crucial em suas escolhas futuras, pois foram engajadas e encorajadas por professoras desse período, revelando a importância da representatividade assertiva na escola. Os resultados deste estudo indicam que as professoras da Educação Básica desempenham um papel fundamental na inspiração de suas alunas a seguirem carreiras científicas e em outras áreas do conhecimento. As ações/atitudes das docentes em sala de aula despertam o interesse das meninas pelas diferentes áreas do conhecimento e fortalecem suas identidades profissionais. Sendo assim a promoção da implementação de políticas públicas e programas educacionais que valorizem o trabalho de professoras, é essencial para que barreiras possam ser superadas por meio de práticas pedagógicas inovadoras e inspiradoras.

Palavras-chave: professoras; educação básica; STEM; análise exploratória.

³⁵ Graduanda em Medicina Veterinária. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Realeza. tainaramattos2612@gmail.com.

³⁶ Licenciado em Química. Professor na Rede Pública de Ensino. jeancarlosdelimamartins@gmail.com

³⁷ Dra em Físico-Química. Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - campus Laranjeiras do Sul - PR. gisele.louro@uffs.edu.br

ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS EM ESCOLAS REGULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS EM RONDONÓPOLIS-MT

Tatiane de Souza Gil³⁸
Camila Aguilar Busatta³⁹

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

Esta dissertação investigou os desafios enfrentados na alfabetização de crianças surdas nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como a importância da formação docente para superar obstáculos educacionais e teve como tema “Alfabetização de crianças surdas em escolas regulares do ensino fundamental – anos iniciais em Rondonópolis-MT”. O estudo analisou como a carência de recursos humanos e pedagógicos influencia o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos, usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A falta de formação continuada especializada para os professores e a predominância da abordagem oralista como pontos de contribuição para as dificuldades significativas na aprendizagem desses alunos. A pesquisa visou compreender essas complexidades e sugerir melhorias no processo educacional para esse público. O objetivo principal deste trabalho foi investigar os desafios do processo de alfabetização de crianças surdas, com ênfase na formação docente. Buscou-se entender como esses desafios afetam o ensino e a aprendizagem dos alunos surdos em escolas regulares. Esta investigação foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEDU URI/FW e fundamentou-se na teoria de Vygotsky sobre psicologia histórico-cultural e desenvolvimento intelectual das crianças surdas. Adota uma abordagem qualitativa e realiza pesquisa de campo com questionários semiestruturados aplicados a professores da Rede Municipal de Educação de Rondonópolis. A análise dos dados foi realizada por meio da estatística descritiva para identificar as principais dificuldades e desafios enfrentados pelos docentes. Os resultados mostram que, apesar dos esforços dos professores, barreiras significativas persistem no processo de alfabetização de crianças surdas. Entre as principais dificuldades estão a falta de conhecimento adequado a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a falta de formação inicial em LIBRAS para lidar com a diversidade linguística e cultural dos alunos surdos. A ausência de professores efetivos e a falta de participação em formações continuadas oferecidas pelos órgãos municipais, também contribuem para as dificuldades na prática pedagógica, como também, pode-se destacar que as adaptações curriculares necessárias ainda são insuficientes. Portanto, a dissertação destaca a carência de estudos aprofundados e a necessidade urgente de uma educação de qualidade para alunos surdos. Identifica que a formação inicial e contínua dos professores é inadequada para atender às necessidades desses alunos e sugere a promoção de uma mudança cultural entre os docentes. É essencial incentivar a busca por formação contínua em LIBRAS e superar o medo associado ao aprendizado dessa língua. A pesquisa propõe a implementação de estratégias eficazes na formação de professores e a ampliação do estudo para incluir um maior número de alunos surdos, com o objetivo de melhorar a alfabetização e garantir uma educação inclusiva e de qualidade na região de Rondonópolis/MT.

Palavras-Chave: Alfabetização de surdos. Língua Brasileira de Sinais. Ensino da Língua Portuguesa.

³⁸ Doutoranda em educação (PPGEDU URI- FW). Docente da educação infantil (SEMED) e intérprete de libras (SEDUC) MT. profatigil@gmail.com

³⁹ Pós-Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI/FW (PPGEDU\URI) (2022). E-mail: aguilar@uri.edu.br.

GRUPO DE TRABALHO (GT)

**EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E IA:
ENTRE LINKS E PRODUÇÕES**

EDUCANDO COM MÁQUINAS INTELIGENTES: COMO AS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS MOLDAM O FUTURO DA EDUCAÇÃO

Fernanda Duarte Siqueira⁴⁰
Vladimir Soares da Fontoura⁴¹

Grupo de Trabalho (GT): Educação, Tecnologias e IA: entre links e produções

Resumo

Discutimos as significativas transformações tecnológicas atuais, ressaltando o papel crucial da Inteligência Artificial (IA) nesse contexto. A IA, embora já previsível em décadas passadas, agora se concretiza como uma ferramenta indispensável na vida cotidiana e no trabalho, oferecendo soluções para diversos problemas. No entanto, essa evolução tecnológica também levanta questões éticas, de privacidade e sobre o uso indiscriminado de informações. No campo educacional, a IA é vista como um recurso potencialmente transformador, capaz de aliviar a sobrecarga dos professores e personalizar o ensino. Segundo Kai Fu-Lee e Qiufan (2022), a IA tem o potencial de tornar a educação mais tecnológica, liberando os professores para focarem em aulas mais interativas e estrategicamente elaboradas. A tecnologia poderia, por exemplo, analisar as reações dos alunos e adaptar o ensino às necessidades individuais. Ainda assim, os professores permanecem essenciais, sendo responsáveis por fomentar o pensamento crítico, empatia e criatividade, além de se concentrar na formação socioemocional dos alunos. Por outro lado, há preocupações sobre a dependência excessiva de sistemas digitais, que podem interferir na autonomia dos professores e na originalidade dos alunos. Lanier (2010) argumenta que o uso rígido dessas tecnologias nas escolas pode limitar a independência e criatividade, enquanto Hassan e Sutherland (2016) discutem a tensão entre a natureza desorganizada dos humanos e a precisão exigida pelos sistemas digitais, um fenômeno descrito como "intolerância digital." Concluimos que, para integrar a IA na educação de maneira eficaz, é crucial adotar uma abordagem equilibrada e ética. A tecnologia deve complementar, e não substituir, o papel dos educadores, preservando a singularidade de cada aluno e professor. O futuro da educação dependerá da capacidade de harmonizar a inteligência artificial com a sabedoria humana, criando um ambiente de aprendizado inclusivo e emocionalmente enriquecedor.

Palavras-chave: inteligência artificial. educação. tecnologia. intolerância digital.

⁴⁰ Pós-Graduada em Espaços e Possibilidades para Educação Continuada. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). siqueira.fernanda@acad.ufsm.br.

⁴¹ Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). vladimir.fontoura@acad.ufsm.br.

INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIAS E METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO: POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Gesseca Camara Lubachewski⁴²

Grupo de Trabalho (GT): Educação, Tecnologias e IA: entre links e produções

Resumo

A educação contemporânea está passando por transformações significativas devido à rápida evolução das tecnologias e à crescente ênfase em metodologias ativas. A integração dessas ferramentas e abordagens visam promover um ensino mais dinâmico, participativo e adaptado às necessidades do século XXI. Este trabalho tem como objetivo geral explorar as potencialidades e desafios associados a essa integração na aprendizagem de Matemática no Ensino médio. Os objetivos específicos consistem em enfatizar as metodologias ativas na resolução de problemas matemáticos reais, incentivar a participação ativa dos alunos e promover um aprendizado mais profundo. A metodologia dessa pesquisa consiste em implementar as metodologias ativas como recursos adicionais para professores do Ensino médio que ofereçam experiências imersivas que podem despertar interesse e motivação dos educandos e docentes. Como resultados ressaltamos que a mudança para metodologias ativas pode exigir uma revisão significativa do currículo e das práticas de avaliação, o que pode encontrar resistência e desafios na sua implementação. No entanto, estratégias como as Metodologias ativas, podem permitir que os alunos avancem em seu próprio ritmo e se concentrem nas áreas onde precisam de mais apoio. Nas considerações finais a integração de tecnologias e metodologias ativas no ensino oferece inúmeras potencialidades para enriquecer a educação e preparar melhor os alunos para o futuro. No entanto, para que essas abordagens sejam bem-sucedidas, é crucial enfrentar os desafios relacionados à infraestrutura, formação de professores e resistência à mudança. Investir na capacitação de educadores e na criação de um ambiente educacional inclusivo e adaptável é fundamental para garantir que as inovações tecnológicas e metodológicas alcancem seu potencial máximo e beneficiem todos os alunos.

Palavras-chave: Ensino, Integração, Matemática, Metodologias Ativas, tecnologias.

⁴² Mestra em Educação. Professora de Matemática da rede Estadual, Professora do SESC-FW. geseca-70@hotmail.com.

OS DESAFIOS E FACILITAÇÕES DA ALFABETIZAÇÃO NA ERA DIGITAL

Maria Dora Morais Santos⁴³

Tatiane de Souza Gil⁴⁴

Arnaldo Nogaro⁴⁵

Grupo de Trabalho (GT): Educação, Tecnologia e IA: entre links e produções

Resumo

Essa pesquisa é uma reflexão teórica acerca dos desafios e oportunidades da alfabetização na era digital. A alfabetização é reconhecida como uma habilidade essencial para o desenvolvimento pessoal e social, servindo como base para o acesso ao conhecimento e para a participação ativa na sociedade. Diante do avanço da era digital, marcado pela proliferação de dispositivos tecnológicos, surgem desafios e facilidades que têm transformado significativamente o processo de ensino, aprendizado e alfabetização. A era digital trouxe consigo uma série de desafios e possibilidades que impactam diretamente na maneira como as crianças aprendem a ler e escrever. Entre os principais desafios estão as distrações causadas pela abundância de dispositivos eletrônicos, a desigualdade no acesso à tecnologia, a redução da interação humana e a necessidade de curadoria de conteúdo educativo de qualidade. Por outro lado, os aspectos positivos incluem o acesso democratizado a recursos educativos digitais, a personalização do aprendizado, o desenvolvimento de competências digitais e o maior suporte e engajamento familiar por meio de ferramentas digitais. O objetivo desta pesquisa é explorar os desafios e as facilidades que a era digital apresenta para a alfabetização, analisando como a inclusão digital pode contribuir para superar obstáculos e aproveitar oportunidades, e examinando práticas, estratégias e políticas que promovem um ambiente de aprendizado equitativo e eficaz. A pesquisa adota uma abordagem teórica e reflexiva, examinando a literatura existente sobre alfabetização na era digital. Diante dos desafios e oportunidades identificados, é fundamental que educadores, pais e gestores de políticas públicas trabalhem em conjunto. A combinação equilibrada de recursos digitais com métodos tradicionais pode criar um ambiente de aprendizado mais eficaz e inclusivo, preparando as crianças para um futuro em que a alfabetização digital seja tão crucial quanto a alfabetização tradicional. Pontes e Silva (2021), Almeida (2020) e Santos (2019) discutem tanto as dificuldades enfrentadas pelos educadores na adoção de novas tecnologias quanto as oportunidades que essas ferramentas oferecem para melhorar a aprendizagem e a inclusão digital. Portanto, as práticas e estratégias eficazes para a alfabetização na era digital destacam a inclusão digital como uma ferramenta poderosa para reduzir a desigualdade educacional. Ao proporcionar a todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica, acesso às mesmas oportunidades de aprendizado, essas práticas também analisam políticas e abordagens que podem promover a inclusão digital e combater as barreiras estruturais que perpetuam a desigualdade. Logo, enquanto a tecnologia pode trazer distrações e desigualdade, ela também oferece recursos valiosos para personalizar e democratizar o aprendizado. Integrar recursos digitais com métodos tradicionais e implementar políticas inclusivas são passos cruciais para garantir um ambiente educacional que prepare os alunos para um futuro em que a alfabetização digital e tradicional sejam igualmente importantes.

Palavras-chave: Alfabetização. Era digital. Desafios. Facilidades.

⁴³ Mestranda em Educação pelo PPGEDU URI/FW-RS. Docente da educação básica – SEMED.

⁴⁴ Doutoranda em Educação pelo PPGEDU URI/FW-RS. Docente da educação infantil – SEMED. profitatigil@gmail.com

⁴⁵ Doutor em Educação–UFRGS. Professor do PPGEDU URI/ FW- RS.

ABORDAGENS SOBRE METODOLOGIAS INOVADORAS PARA O ENSINO EM PSICOLOGIA: UM OLHAR PARA AS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Michele Fröhlich Marquette⁴⁶

Elisabete Cerutti⁴⁷

Grupo de Trabalho (GT): Educação, Tecnologias e IA: entre links e produções

Resumo

A pesquisa em educação é essencial para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a formação de profissionais qualificados, especialmente em áreas como a Psicologia, que exige abordagens dinâmicas e inovadoras. Este estudo, intitulado "Abordagens sobre Metodologias Inovadoras para o Ensino em Psicologia: Um Olhar Para as Tecnologias Digitais", tem como objetivo geral analisar as abordagens didáticas inovadoras adotadas no ensino de Psicologia, com ênfase nos métodos pedagógicos e no uso de tecnologias digitais. Os objetivos específicos incluem a compreensão do conceito de inovação pedagógica no contexto da Psicologia, a verificação de como essas abordagens estão ligadas a um aprendizado mais eficaz com o uso de tecnologias digitais, e a investigação de metodologias que possam melhorar o ensino de Psicologia em Instituições de Ensino Superior. A metodologia adotada para este estudo baseia-se na seleção criteriosa de cursos de Psicologia de universidades do Rio Grande do Sul que obtiveram as notas mais altas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) nos últimos dois ciclos. A partir daí, realizou-se uma análise detalhada dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dessas instituições, identificando as práticas inovadoras, com foco na integração de tecnologias digitais e na promoção da aprendizagem ativa. Os principais autores que embasam esse estudo são Slaughter e Leslie (1997), Vygotsky (2001) e Carbonell (2002). Ambos referem-se aos métodos de ensino como fundamentais para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, destacando a importância de estratégias que promovam a construção ativa do conhecimento, a colaboração e a interação, especialmente no contexto de uma educação mediada por tecnologias digitais. Os resultados preliminares indicam que as práticas pedagógicas que incorporam tecnologias digitais, como plataformas de aprendizagem online e realidade aumentada, estão diretamente associadas a uma aprendizagem mais eficaz e ao maior engajamento dos estudantes. A diversidade de abordagens teóricas e práticas também se mostrou um fator importante para a inovação no ensino de Psicologia, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades essenciais de forma mais dinâmica e interativa.

Palavras-chave: Inovação pedagógica. Tecnologias digitais. Ensino de Psicologia.

⁴⁶ Psicóloga, Gestora de Recursos Humanos da Concessionária Jorge Santos, Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário da Região da Campanha – URCAMP. Especialista em Psicologia Organizacional pela FADERGS e Gestão do Comportamento e da Interatividade nas Organizações pela UNICESUMAR. Mestranda em Educação PPGEDU pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI/FW. michelemarquette@urcamp.edu.br

⁴⁷ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Mestre pela Universidade Federal de Pelotas. Membro do Conselho do Câmpus e do Conselho Universitário da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões – Campus FW e Professora titular desta, atuando na Graduação e no Programa de Pós Graduação em Educação – PPGEDU. Membro dos Grupos de Pesquisas: ARGOS/ PUC – RS. Atua como Diretora Geral da URI - Campus Frederico Westphalen. beticerutti@uri.edu.br

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA

Rosilaine Ribeiro da Costa Terebinto⁴⁸

Camila Aguilar Busatta⁴⁹

Grupo de Trabalho (GT): Educação, Tecnologias e IA: entre links e produções

Resumo

As tecnologias assistivas são recursos que proporcionam a inserção de crianças autistas no ambiente escolar, auxiliando no desenvolvimento de competências e habilidades. Além disso, promovem e viabilizam o desenvolvimento e a autonomia por meio de diferentes ferramentas, utilizando estratégias planejadas para facilitar o ensino e a aprendizagem. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é apresentar os dados analisados até o momento sobre o estado do conhecimento da pesquisa relativa ao tema desenvolvido no mestrado, vinculado ao PPGEDU da URI Campus Frederico Westphalen que aborda a utilização das tecnologias para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com TEA, bem como a inserção do docente na utilização desses recursos. Para isso, a pesquisa bibliográfica foi realizada no catálogo de teses e dissertações da CAPES e na BDTD, no período compreendido entre os anos de 2020 a 2024. A realização desta etapa, que é a construção do estado do conhecimento, permite o desenvolvimento de algumas reflexões sobre o das tecnologias assistivas no processo de alfabetização de crianças com TEA, o que está facilitando e enriquecendo este estudo. A seleção das teses e dissertações foi realizada em três etapas. A primeira etapa consistiu na coleta dos dados na CAPES e na BDTD, utilizando os descritores "alfabetização, TEA, tecnologias assistivas e autismo", resultando em 357 pesquisas. Na segunda etapa, foi realizado o refinamento, filtrando-se os últimos cinco anos, o que resultou em 146 artigos. Por fim, foi adotado como critério de exclusão, que os descritores pesquisados deveriam estar presentes no título para direcionar e atender ao objetivo da pesquisa, resultando em 18 trabalhos selecionados. Conforme as informações disponíveis nas plataformas, observou-se que as pesquisas estavam distribuídas entre Mestrado e Mestrado Profissional, abordando os seguintes temas: recursos pedagógicos, letramento, processos de alfabetização, inclusão, estratégias para desenvolver as habilidades e a aprendizagem de crianças com TEA, além de diversos recursos promovidos por meio de tecnologias assistivas, como jogos digitais, aplicativos e softwares. Ressalto que o estado do conhecimento ainda está em processo de construção, o que impossibilita a apresentação das discussões e reflexões dos resultados com as devidas conclusões. Contudo, esperamos que a metodologia adotada resulte em contribuições relevantes quanto ao uso das tecnologias assistivas pelo docente no processo de alfabetização das crianças com TEA, impactando positivamente tanto na vida social quanto na acadêmica.

Palavras-chave: Alfabetização, TEA, Tecnologias Assistivas, Autismo.

⁴⁸ Licenciatura em Pedagogia e em Matemática, pós-graduação em “Educação Infantil e Séries Iniciais e mestranda do PPGEDU-URI. Professora da rede municipal de Nova Xavantina - MT. E-mail: a110237@uri.edu.br.

⁴⁹ Graduação em Bacharelado em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008), graduação em Química Licenciatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (2011), com Mestrado (2011) e Doutorado (2016) em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões ? URI, fazendo parte do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Atua como professora colaboradora do PPGEDU? Mestrado e Doutorado em Educação na URI, na linha de pesquisa Processos Educativos, Linguagens e Tecnologias. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Tecnologias - GPET/URI. Possui experiência na área da Educação Inclusiva e da Química, abrangendo o Ensino de Química e a Química Inorgânica. E-mail:aguilar@uri.edu.br.

A INTEGRAÇÃO DA TECNOLOGIA NO PROCESSO EDUCACIONAL

Vladimir Soares da Fontoura⁵⁰

Fernanda Duarte Siqueira⁵¹

Grupo de Trabalho (GT): Educação, Tecnologias e IA: entre links e produções

Resumo

Abordamos a relação entre tecnologia e educação no contexto do ensino-aprendizagem, explorando o potencial educacional do metaverso. A educação é descrita como um processo que transmite conhecimentos, habilidades e valores, capacitando os alunos a se tornarem participantes ativos na sociedade. A tecnologia, por sua vez, enriquece esse processo, oferecendo ferramentas como dispositivos móveis, softwares, realidade virtual e plataformas de aprendizagem online. Quando integrada adequadamente, a tecnologia promove participação ativa, colaboração e acesso a uma educação mais inclusiva. As tecnologias educacionais buscam personalizar o ensino, ajustando-se às necessidades específicas de cada aluno e proporcionando experiências de aprendizado imersivas e envolventes. Elas também facilitam a colaboração, otimizam a gestão do tempo e fornecem feedback rápido. O ensino envolve ações e estratégias dos educadores para transmitir conhecimento, enquanto aprender é um processo ativo dos alunos, que interagem com o conteúdo e constroem seu próprio conhecimento. A tecnologia na educação apresenta diversas tendências futuras, como a personalização do ensino, a educação online e híbrida, e a integração de realidade virtual. A pandemia acelerou a adoção dessas tecnologias, levando a transformações no ensino. Entretanto, são destacados desafios como a disparidade no acesso à tecnologia, a necessidade de capacitação adequada para educadores, além de questões relacionadas à segurança e privacidade. Selwyn (2015) argumenta que a tecnologia deve ser usada de forma crítica e reflexiva, considerando seu contexto, objetivos e impactos sociais. Os professores podem adotar uma postura crítica, incentivando a reflexão dos alunos sobre as tecnologias e promovendo debates sobre questões como privacidade e equidade. O futuro da educação com tecnologia é promissor, com a personalização do ensino e a integração de recursos tecnológicos, preparando os alunos para os desafios do mundo atual.

Palavras-chave: tecnologia. educação. ensino-aprendizagem. metaverso.

⁵⁰ Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). vladimir.fontoura@acad.ufsm.br.

⁵¹ Pós-Graduada em Espaços e Possibilidades para Educação Continuada. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). siqueira.fernanda@acad.ufsm.br.

GRUPO DE TRABALHO (GT)

**EDUCAÇÃO INTEGRAL E A EDUCAÇÃO
BÁSICA: POLÍTICAS E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS GARANTINDO
APRENDIZAGENS E DIREITOS DA
CIDADANIA**

VOZES DO GRÊMIO ESTUDANTIL NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Ângela Bueno Grueiro

Grupo de Trabalho (GT): Educação integral e a educação básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania

Resumo

A educação de crianças na atual sociedade brasileira impõe desafios decorrentes das políticas neoliberais. A má distribuição de renda gera exclusão social, acentuando a pobreza e causando efeitos perversos como violência, discriminação, desigualdades. Neste cenário, um dos desafios que se coloca é a oferta de educação integral, aqui entendida como uma educação libertadora, que garante a formação humana e o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando todas as dimensões do ser - cognitiva, emocional, social, cultural, física e intelectual. O grêmio estudantil enquanto estrutura formal de representação dos estudantes, espaço de aprendizagem, de convivência e de cidadania, pode se tornar um importante aliado para a promoção de subjetividades colaborativas, entrelaçando: escola, comunidade, cidade educadora. O debate das cidades educadoras relaciona-se densamente com o conceito de educação integral que potencializa todas as dimensões do desenvolvimento humano, estendendo-se ao longo de toda a vida em diferentes espaços sociais, para além da escola. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo o estudo da constituição e atuação do grêmio estudantil na escola de educação infantil, prática ainda pouco recorrente mas importante para a construção da cidadania na gestão democrática. **Metodologia:** Pesquisa de campo para interação com os educadores e estudantes em unidades escolares de educação infantil que contam com o grêmio estudantil já constituído. A pesquisa terá cunho qualitativo, com entrevistas e aplicação de questionário semiestruturado para educadores e gestores das escolas. **Resultados Esperados:** Espera-se produzir conhecimento acadêmico sobre como um grêmio estudantil infantil pode atuar na promoção da formação integral de seus estudantes nos territórios onde vivem e desejam viver. Assim como preceitua o conceito de Cidade Educadora para as práticas sociais e políticas. Espera-se ainda, expandir o conceito de que a escola tem como função preparar os educandos para a cidadania futura, notabilizando a ideia de que no presente estes educandos da educação infantil já se constituem como sujeitos históricos e de direitos, inclusive de participação ativa com igualdades de oportunidades e justiça social num contexto de educação integral. **Conclusões/Considerações:** Considerando a linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, a realização desta pesquisa em âmbito de rede municipal, ampliará o debate e auxiliará na consolidação do caminho para a escola de educação integral em Atibaia/SP, com seus espaços, tempos, vinculação com o território, e com a cidade que educa.

Palavras-chave: Cidade Educadora. Grêmio Estudantil. Educação Integral. Educação Infantil

ALFABETIZAÇÃO INTEGRAL: UM DOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Angela Chuvas Naschold⁵²

Jaqueline Moll⁵³

Grupo de Trabalho (GT): Educação integral e a educação básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania

Resumo

A pesquisa se dispõe a desenvolver seu trabalho fundamentada no conceito de alfabetização integral sob uma perspectiva que transcende a mera decodificação, nesse caminho a alfabetização delinea-se como um processo multifacetado que permeia a vida do indivíduo. Ela se inicia na gestação, se estende por toda a vida e exige a articulação entre diversos setores da sociedade. Essa concepção busca a justiça curricular, a inclusão e fundamentalmente a democratização (FREIRE, 2011; TEIXEIRA, 1986; HABERMAS, 1978, 1989, 1987) superando dicotomias artificiais e reconhecendo a multiplicidade de caminhos para a aprendizagem. Através da desdualização, a alfabetização integral se configura como um processo contínuo de construção e reconstrução, valorizando a ciência, a riqueza humana e a diversidade. A alfabetização integral visa formar cidadãos críticos, autônomos e engajados na construção de um mundo melhor. Nesse contexto a conexão com a comunidade local é a chave para a transformação social. Através de iniciativas como oficinas para pais, grupos de leitura, palestras, eventos e parcerias com entidades locais, podemos construir bairros mais fortes, famílias mais integradas e um futuro melhor para todos. Essas ações fortalecem os laços entre a escola, os pais e os filhos, promovem a alfabetização integral, ampliam horizontes, tecem redes de apoio e constroem um futuro mais acolhedor, justo e sustentável para a cidade. Cada ação individual, por menor que seja, contribui para essa transformação, impulsionando-nos em direção a um futuro promissor e fortalecendo as raízes que nos unem como comunidade. A pesquisa para a realização do trabalho seguirá a metodologia translacional (COLOMBO, 2019), aplicando conceitos e materiais de alfabetização do projeto "Leitura + Neurociências na Educação Integral" (NASCHOLD, 2015) em um ambiente real de ensino. A coleta de dados será realizada por meio de diversos instrumentos, como diários de campo, filmagens, entrevistas e questionários. A análise dos dados será qualitativa e quantitativa, utilizando o software Iramuteq para auxiliar na organização e categorização das informações. A triangulação dos dados, combinando diferentes instrumentos de coleta, garantirá a abrangência, confiabilidade e validade dos resultados. A pesquisa busca gerar conhecimento que possa ser aplicado na prática, solucionando problemas e melhorando a qualidade da educação, com foco na inclusão, na justiça curricular e na democratização das práticas educacionais e comunitárias.

Palavras-chave: Alfabetização Integral. Democratização. Desdualização do saber. Transformação Social. Metodologia Translacional.

⁵²Graduada em Pedagogia (FAPA). Possui mestrado em Educação (UFRGS), doutorado em Educação (UFRGS) e pós-doutorado em Linguística Aplicada (Instituto de Letras da PUCRS). É professora do Departamento de Educação da UFRN e pesquisadora convidada do Instituto do Cérebro (UFRN). Integra como pesquisadora associada a Rede Nacional de Ciência para Educação (Rede CPE) e participa dos Grupos de Pesquisa do CNPq Ensino e Linguagem do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN e Trabalho, Movimentos Sociais, Saúde e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Integra a REDHUMANI

⁵³Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/FW. E-mail: jaquelinemoll@gmail.com

EDUCAÇÃO INTEGRAL: RELATO DE UMA IMERSÃO

Caroline Luisa Ludwig Führ⁵⁴

Edna Alves Pereira da Silva⁵⁵

Ilda Renata da Silva Agliardi⁵⁶

Jaqueline Moll⁵⁷

Grupo de Trabalho (GT): Educação integral e a educação básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania.

Resumo

Este escrito é fruto das percepções que tivemos e das informações que nos foram fornecidas, durante a vivência proporcionada pelo Seminário de imersão investigativa em escolas de Educação Integral da região metropolitana de Porto Alegre/RS, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação de Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGECi - UFRGS) e proposto pela Professora Dra. Jaqueline Moll. No período de 29 de maio a 02 de junho de 2023, foram visitadas 06 escolas que ofertam Educação Integral em jornada ampliada. Além das visitas, realizamos o estudo dos documentos e PPPs das escolas, um levantamento das publicações, incluindo artigos, TCCs, Dissertações e Teses relacionadas ao trabalho pedagógico que ocorrem nessas instituições de ensino, e também, o registro de nossas impressões através de escritos e fotos. Através da observação direta ficou perceptível que cada escola possui suas peculiaridades, no entanto todas ofertam a Educação Integral em jornada ampliada. Durante a imersão, saltou aos nossos olhos as diferentes formas de compreender e desenvolver a Educação Integral, sendo que todas as escolas ofertam 07 horas diárias ou mais como preconiza a LDBEN, considerando cada uma, suas singularidades e contextos, atendendo a realidade territorial na qual estão inseridas. Também percebemos que existem diferentes formas de oferecer e de compreender a Educação Integral. Mas o que une a maioria das escolas visitadas é a vontade de fazer diferente e fazer a diferença na vida dos estudantes. A proposta pedagógica das escolas visitadas perpassa o tipo de formação e tipo de cidadão que a escola quer formar para conviver em sociedade, isto é, formar o educando na sua integralidade. Não é o melhor, o mais rápido, o mais inteligente. Mas a formação integral oportunizada pelas escolas visitadas preconiza devolver para a sociedade um ser mais humano. Que sabe conviver, se relacionar, cooperar e viver socialmente em comunidade. E afinal, qual é o diferencial dessas escolas? Concluímos que é oferecer e ter lugar para todos e para cada um, é ser espaço de construção, de inclusão, de cooperação, de tolerância e de muito aprendizado, na escola de Educação Integral você pode ser quem de fato você é, e ser feliz. A imersão nos mostrou que Darcy Ribeiro (1997) tinha razão quando disse que “A Escola Pública é a maior invenção do mundo” e é nela que está à solução para esse mundo também.

Palavras-chave: Educação Integral. Escola Pública. Imersão.

⁵⁴ Doutoranda em Educação em Ciências pelo PPGECi/UFRGS. Professora da extensão e Ensino Superior da SETREM – Três de Maio, RS. E-mail: cllfuhr@gmail.com

⁵⁵ Doutoranda em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestra em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia. Professora da Rede Municipal de Educação de Malhada de Pedras-BA. E-mail: ednaapsilva10@gmail.com.

⁵⁶ Doutoranda em Educação em Ciências pelo PPGECi/UFRGS. Professora da rede municipal de Capão da Canoa. E-mail: itrenata@hotmail.com.

⁵⁷ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/FW. E-mail: jaquelinemoll@gmail.com

EJA E HISTÓRIAS DE VIDA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO DO PROJETO MUXIRUM

Cleidiane Carlos Ribeiro⁵⁸
Láisa Veroneze Bisol⁵⁹

Grupo de Trabalho (GT): Educação integral e a educação básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania

Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar as histórias de vida dos estudantes do Projeto Muxirum no estado de Mato Grosso, mais especificamente no município de Nova Xavantina, identificando as marcas particulares dos diferentes perfis identitários e sua relação com o contexto escolar. Para tanto, os objetivos específicos deste trabalho são: pesquisar os documentos oficiais do Projeto Muxirum a fim de compreender com amplitude a proposta; analisar o significado da experiência do projeto para a educação de jovens e adultos; conhecer as histórias de vida de estudantes do EJA com relação à sua formação; identificar as aproximações entre as trajetórias dos estudantes com o Projeto Muxirum. O referido projeto, dentro do estado, representa um papel central na alfabetização de jovens e adultos, além de ser mais que um aprendizado, ele idealiza uma conquista aos alunos. Trata-se de um projeto novo que ainda não foi suficientemente debatido em âmbito acadêmico, apesar de sua importância para a inclusão social e cultural dos alunos na sociedade. O Muxirum também tem como intuito fortalecer a democracia, o que reflete nos princípios legais e contribui substancialmente para a formação de cidadãos engajados, capazes de atuar de maneira ética e crítica na sociedade. Para alcançar o objetivo proposto será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo com entrevistas em forma de questionários composto por perguntas abertas e análise de conteúdo. Ao fim da pesquisa espera-se responder a seguinte questão: quais são as histórias de vida dos estudantes do Projeto Muxirum nesses 03 anos de implantação no município e qual é o perfil identitário e a relação de ambos no contexto escolar? Uma vez que a pesquisa está em fase inicial, ainda não é possível indicar os resultados obtidos, porém estima-se que com a metodologia adotada será possível realizar descobertas interessantes que contribuam para a reflexão social e acadêmica.

Palavras-chave: Projeto Muxirum; Educação de Jovens e Adultos; Histórias de vida.

⁵⁸ Especialista em Administração Escolar com ênfase em Gestão de pessoas - Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena (AJES); Graduada em Bacharelado em Turismo - Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Servidora Pública Estadual de Mato Grosso - cargo Técnico Administrativo Educacional. E-mail: a110217@uri.edu.br

⁵⁹ Doutora em Letras – Estudos literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutora em Comunicação e Informação Contemporânea pela Universidade de Santiago de Compostela (USC-ES); Mestre em Letras – Literatura Comparada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFSM. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) da URI – campus de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7153-1085>. E-mail: laisabisol1@gmail.com.

COMO A ESCOLA ESTÁ FAZENDO A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE

Edilange Batista Galvão⁶⁰
Cibele Maria Lima Rodrigues⁶¹

Grupo de Trabalho (GT): Educação integral e a educação básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo compreender como os gestores e professores interpretam/traduzem a Política de Educação Integral no contexto de uma Escola Municipal de Jaboatão dos Guararapes, município do estado de Pernambuco. Como referencial teórico-metodológico foi utilizado a abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen J. Ball e colaboradores, sobretudo, o conceito de atuação (Ball, Maguire e Braun, 2016). Foi realizado um estudo de caso, no qual foram entrevistadas 21 pessoas (equipe técnica, equipe gestora e docentes) de uma escola que possui da educação infantil ao ensino fundamental (anos iniciais e finais), além da análise documental e observação de campo. Considerando o ciclo de políticas, foram analisados os textos da política desse município, e a partir dessa análise foi identificado as influências do Programa Mais Educação e do Programa de Educação de Tempo Integral da Secretaria do Estado de Pernambuco. Para a organização e análise dos dados foi utilizado a técnica de análise de conteúdo do tipo temática, fundamentada em Bardin (2011), por ser uma das técnicas mais seguras de sistematização e por possibilitar a ideia de inferência para compreender como o discurso foi produzido. A partir dos dados coletados foi identificado que essa política foi criada em 2013, e atualmente, está funcionando em 13 escolas da rede (que representa 19% do total de escolas dessa rede de ensino) e que ao longo desses anos, houve mudanças nos textos da política, em específico, na matriz curricular e na lei. Dentre as mudanças, destaca-se que foi inserido momentos para planejamento e formação coletiva. Já nas entrevistas, foram analisadas questões referentes ao contexto situado, material, profissional e externo da escola e como resultado, foi percebido a partir da compreensão das interpretações e traduções dos sujeitos da pesquisa, uma distância entre a proposta de educação integral contida nos textos da política e o que vem sendo feito na prática, principalmente, nas declarações dos docentes entrevistados, pelos quais relatam que não existe momentos coletivos para estudar, repensar, avaliar e refletir sobre a própria prática e sobre a política. Entretanto, mesmo com a ausência de momentos formativos que discutam a educação integral, ainda assim, eles compreendem as concepções presentes no texto da política, sobretudo, os conceitos e ações que diferenciam as concepções de aluno em tempo integral e educação integral e ainda reconhecem que na prática, não estão conseguindo garantir plenamente uma atuação pedagógica numa perspectiva de formação na integralidade e sinalizam para a necessidade de formação específica sobre educação integral para manter viva a ideia de uma educação integral numa perspectiva de formação humana. E assim, essas formações iria movimentar o currículo para além da ditadura dos corpos sentados que engessa os estudantes nas atividades em sala de aula.

Palavras-chave: Educação de Tempo Integral. Contexto da Prática. Atuação.

⁶⁰Mestre em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI/UFRPE/Fundaj). Técnica Pedagógica das Redes Municipais do Jaboatão dos Guararapes e do Recife/PE. edilange@gmail.com.

⁶¹Doutora em Sociologia (UFPE). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI/UFRPE/Fundaj); Pesquisadora Titular (Fundaj). cibele.rodrigues@fundaj.gov.br.

SAÚDE DO DOCENTE

Elaine Tunes Parreira⁶²
Jordana Wruck Timm⁶³

Grupo de Trabalho (GT): Educação integral e a educação básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania

Resumo

Através de pesquisa bibliográfica, objetiva-se conhecer os estudos já realizados sobre a saúde do docente, com interesse em mapear, identificar, classificar e analisar quantitativamente e qualitativamente publicações relacionadas ao tema do bem e mal-estar docente. Foi realizada uma busca das Produções Acadêmicas, a nível de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado de Instituições Públicas Federais, Estaduais e Particulares no Banco de Dados dos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Considerando o objetivo da pesquisa, na busca utilizou-se o booleano AND para dois descritores que vem ao encontro com o tema de investigação: “*bem-estar docente*” AND “*mal-estar docente*”. Dessa forma, coletou-se no Portal da CAPES e na BDTD, informações correspondentes às pesquisas no período de 2002 a 2023, ou seja, nos últimos vinte e um anos. Foram encontradas trinta e duas produções acadêmicas. Essas trinta e duas publicações foram analisadas pelo título e sete foram excluídas por não possuírem relação com o tema que será estudado. Para seleção de leituras foi utilizado também alguns critérios para escolha das pesquisas como, por exemplo, as que tiverem temas que viessem de encontro a temática proposta na presente pesquisa, a mesma linha de pesquisa ou que fosse o mais próximo possível; que as palavras chaves fizessem referências ao bem-estar e mal-estar do docente e que tivessem sido realizadas em escolas públicas que atendem Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA. Foram selecionados vinte e cinco títulos e resumos. Após identificar esses títulos e fazer uma leitura prévia/flutuante (a qual é o primeiro contato com o documento, para obter as primeiras impressões) dos resumos, foram selecionados cinco trabalhos/produções acadêmicas/as para serem estudados para compor as análises deste estudo. Nesta pesquisa bibliográfica evidenciou-se um expressivo número de situações que corroboram com os fatores de mal-estar docente (histórico-político-social-cultural-econômico-psicológico, biológico etc.). Concluiu-se que diferentes caminhos e experiências podem contribuir para o mal-estar e o bem-estar docente. Alguns fatores que contribuem para o mal-estar docente além de falta de investimento e apoio por parte da sociedade e do estado, tornando a profissão repleta de desafios e intensas dificuldades, favorecendo à desmotivação para exercer a profissão. Os outros principais intensificadores do mal-estar docente são: salários baixos, as sobrecargas de trabalho, indisciplina discente, desvalorização profissional por parte da sociedade, governo e familiares de alunos, burocracias escolares e trabalhos além da carga horária que acaba interferindo na vida pessoal, causando um grande nível de estresse, contribuindo também com o cansaço excessivo, levando ao esgotamento físico/psicológico/emocional.

Palavras-chave: Bem-Estar Docente. Mal-Estar Docente. Saúde Docente.

⁶² Pedagogia. Professora da sala de Recursos Multifuncionais. E-mail: a110265@uri.edu.br

⁶³ Orientadora. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen (PPGEdu/URI). E-mail: jordanawruck@hotmail.com

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAETITÉ DURANTE OS ANOS DE 2012 A 2020

Iamara Junqueira Sousa Carvalho⁶⁴

Marinalva Nunes Fernandes⁶⁵

Grupo de Trabalho (GT): Educação integral e a educação básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania

Resumo

Este resumo é resultado da pesquisa da dissertação de mestrado que teve como objetivo principal analisar o Programa Mais Educação (PME), promovido pelo Ministério da Educação a partir de 2008, como estratégia indutora na implantação da política pública de educação integral, na Rede Municipal de Educação de Caetité. Um estudo desenvolvido no recorte temporal de 2012 a 2020, que aborda as possíveis contribuições e impactos do PME nesta rede de ensino. A temática proposta surgiu a partir de nossa experiência profissional, que, ao longo de caminhos trilhados na educação, sempre nos conduziram, mesmo indiretamente, a concepções que constituem pilares da educação integral. Ao longo do tempo, passamos a reconhecer que o desenvolvimento de atividades artísticas, culturais e esportivas, o reconhecimento e valorização das identidades socioculturais e tantas outras ações passaram a compor e contribuir com o repertório escolar, significativamente, para formação integral dos educandos. Desta maneira, para compreender a realidade em estudo, foi importante a contextualização histórica da educação integral no Brasil, em que se constata ao longo dos tempos a luta pela educação pública de qualidade para todos. Neste cenário, temos as contribuições educacionais do caetiteense Anísio Teixeira, pioneiro da educação integral no Brasil e defensor da escola pública de qualidade para todos os cidadãos. Dessa forma, realizamos uma pesquisa com a abordagem qualitativa e fundamentada na perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético. Para a metodologia, foram utilizados instrumentos mistos como: análise documental; grupo focal, com ex-gestores e, a entrevista narrativa, com a Secretária Municipal de Educação de Caetité e da Coordenadora do Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada. Profissionais que atuaram nesta rede de educação no período analisado. As informações obtidas trazem o indicativo do PME como a referência na implantação de uma política pública municipal de educação integral em tempo integral em Caetité. Processo iniciado no de 2020 em uma escola municipal do ensino fundamental – anos finais. Contudo, conforme dados analisadas, tratou-se de uma ação que necessitava de uma melhor estruturação, sendo apontados alguns fatores preponderantes para esta consolidação como: financiamento; acompanhamento e avaliação processual; estruturação física das unidades escolares; alimentação e planejamento mais contundentes sob as rotas de passagem do transporte escolar; intersetorialidade e territorialidade; reestruturação curricular com aplicabilidade pedagógica consciente, partindo do pressuposto teórico definido pela rede de ensino.

Palavras-chave: Educação Integral. Políticas Públicas Educacionais. Programa Mais Educação. Rede Municipal de Educação de Caetité – BA.

⁶⁴ Mestra em Ensino, Linguagem e Sociedade (UNEB/ Campus VI). Professora na Rede Municipal de Educação de Caetité/BA. Membro do Comitê Territorial Baiano de Educação Integral Integrada e do Observatório Nacional de Educação Integral. E-mail: iamarajunqueira@gmail.com

⁶⁵ Doutora em Educação pela PUC/GO. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS/UNEB, Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem – GPCSL/CNPQ. Email: mnfernandes@uneb.br

O PAPEL DA MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INTEGRAL: ELEMENTOS DESEJÁVEIS NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO MUSICAL NA FORMAÇÃO HUMANA

Jean Leandro Horas⁶⁶
Adriano Canabarro Teixeira⁶⁷

Grupo de Trabalho (GT): Educação integral e a educação básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania

Resumo

O presente estudo tem como proposta inicial apresentar a musicalidade como importante elemento dentro do projeto pedagógico na educação integral, baseada na proposta de Keith Swanwick que, através do método CLASP, apresenta aspectos que devem ser trabalhados em sala de aula para que os indivíduos possam desenvolver-se através da música. Para tanto, é necessário contemplar a formação estética, que possui um olhar voltado à humanização e à sensibilidade, pois trabalha aspectos importantes das artes para desenvolver, além de questões profissionais, também a subjetividade humana. Nesse sentido, o educador como principal agente da educação integral, necessita de uma formação voltada a tal aspecto. Além disso, o texto apresenta, ainda, a tecnologia digital como um possível recurso didático para o aprimoramento da percepção musical pois observa-se a presença constante e crescente de tecnologias digitais no cotidiano de crianças e jovens que dominam as principais funções dos smartphones, computadores e outras tecnologias digitais. Assim, este estudo pretende verificar quais os elementos desejáveis no processo de desenvolvimento da musicalidade? Em vista disso, para responder à essa questão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com contribuição de autores como: Maffioletti (2001), Swanwick (2003), Mársico (2003), Pereira (2006), entre outros. Por fim, este estudo busca construir uma argumentação em torno da ideia de que a formação integral se dá também por meio da música, como preconiza a BNCC, podendo ser potencializada pela utilização de tecnologias digitais. Além disso, este estudo enfatiza a dimensão estética como possibilidade de formação docente, voltada à sensibilidade e à humanização, características importantes para o profissional que atua diretamente na formação integral dos sujeitos. Neste sentido, verifica-se a necessidade de ampliar as discussões sobre a temática em questão.

Palavras-chave: Musicalidade. Educação Integral. Formação Estética. Tecnologias Digitais.

⁶⁶ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões campus Frederico Westphalen-RS (URI) – Bolsista CAPES PROSUC II; Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo (UPF) – Bolsista CAPES PROSUC II, durante este período participou do Grupo de Pesquisa em Cultura Digital na Educação; Especialista em Regência Coral pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Graduado em Música - Licenciatura pela Universidade de Passo Fundo (UPF); Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões campus Frederico Westphalen-RS (URI) BOLSISTA PROUNI. Email: jeanhorsequipe@gmail.com

⁶⁷ Bolsista de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT) do CNPq. Atualmente é Secretário de Educação do Município de Passo Fundo/RS, coordenador do grupo de Coordenação da Cidade Educadora de Passo Fundo e membro da Comissão Especial da Informática na Educação da Sociedade Brasileira da Computação. Concluiu o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS em 2005, período no qual realizou estágio de doutorado na Universidade de Roma Tre - Itália. É pós-doutor em Educação pela UFRGS com apoio do CNPq e, também, Pós-Doutor Sênior CNPq no Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação. É Pesquisador e professor Titular na Universidade de Passo Fundo onde atua no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado - e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática - Mestrado e Doutorado. É líder do Grupo de Pesquisa em Cultura Digital na Educação e responsável pelo programa de extensão Programando o Futuro. Email: teixeira@upf.br

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: POLÍTICAS, PROPOSTAS E PROGRAMAS

Maria Rizocleide Soares Frutuoso⁶⁸

Rachel Costa de Azevedo Mello⁶⁹

Grupo de Trabalho (GT): Educação integral e a educação básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania

Resumo

Este artigo tem como tema a trajetória da educação integral no Brasil e, para isso, destacamos autores que se tornaram proeminentes na trajetória destas políticas e na construção da educação integral no país. O objetivo da pesquisa é compreender a trajetória das políticas, propostas e programas de educação integral no Brasil, com o propósito de entender os desafios existentes no passado e no presente. Realizamos uma narrativa histórica da trajetória da política de educação integral a partir dos documentos da legislação e dos programas existentes. Constatamos que a educação integral no Brasil ainda não se constitui uma política educacional pública nacional e um direito garantido a todos os estudantes. Contudo, ao longo de 133 anos, a partir do advento da república no Brasil, verificamos que a educação integral vem sendo pauta de debates e se constituindo em sistemas de ensino estaduais e municipais, como uma das possibilidades de enfrentar o fracasso escolar, ao propor mais tempo para aprender na escola. E ainda vem se fazendo presente em políticas educacionais indutoras, programas e experiências e constitui um caminho a ser trilhado na educação pública brasileira. Concluimos que a narrativa histórica apresentada agrega novas reflexões críticas sobre a política de educação integral, podendo contribuir para a sua inserção em um projeto de educação brasileira, democrático e republicano, voltado à ampliação do tempo e das aprendizagens escolares.

Palavras-chave: educação integral. política educacional. história.

⁶⁸Licenciada em Letras/Inglês Formação. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/FUNDAJ) da linha 3 Políticas, Programas e Gestão de Processos Educacionais e Culturais. E-mail: rizofrutuoso@gmail.com

⁶⁹Doutorado em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE. Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional ProEF- Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: rachel.mello@ufrpe.br

RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA DE MATO GROSSO: FORMAÇÃO DE AGENTES DEMOCRÁTICOS E EFETIVOS NA SOCIEDADE

Rodenil Gonçalves de Jesus⁷⁰
Daniel Pulcherio Fensterseifer²

Grupo de Trabalho (GT): Educação Integral e Educação Básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania

Resumo

Este estudo apresenta os princípios da Escola do Legislativo de Mato Grosso, objetivando analisar o direito à educação democrática e efetiva, onde baseia suas ações no desenvolvimento de processos formais e informais de educação, por intermédio da formação permanente e continuada, acessível visando fortalecer a atuação do Poder Legislativo, na construção de uma sociedade justa e igualitária. Aponta as distinções e a complementaridade entre informação e educação na construção dessas capacidades e competências, bem como o papel a ser desempenhado por todos os poderes e órgãos públicos na promoção de um esforço educativo, compartilhado e articulado, em prol da cidadania e da democracia. Através de cursos, seminários, palestras, debates e demais ações sociais, a Escola do Legislativo do Mato Grosso buscar aproximar a sociedade, com debates, reflexões, trocas, ampliações de saberes que empodera democraticamente o sujeito para que se torne um efetivo cidadão atuante, conciso de seus direitos. A Escola do Legislativo é um órgão que possui ações voltadas não somente para os servidores da Câmara Municipal, transpondo os limites da sede do Poder Legislativo, levando informação e conhecimento sobre formação política a diversas regiões do Estado de Mato Grosso, promovendo ciclos de debates e palestras em parceria com as associações representativas do Poder Legislativo Municipal e estadual, sensibilizando a todos os envolvidos de forma qualitativa. O que aqui se defende, então, é que a democracia e educação, embora atuando sob perspectivas, princípios e contextos próprios, são processos que se articulam e complementam no sentido da construção das bases para o adequado funcionamento da sociedade. Esse trabalho desenvolveu-se como pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e análise qualitativa. Entendendo como um processo subjetivo e envolto por um laço social, democrático e de alta relevância para impactos qualitativos na formação integral dos agentes envolvidos no processo de representação e participação democrática, Ribeiro (2007) se incumbiu de trazer essa discussão para o âmbito do Poder Legislativo, próprio “[...] para a ampliação do acesso à informação e ao conhecimento e para constituição de um ambiente favorável ao aprendizado coletivo” Nesse ponto, mais que concordar com o referido autor, propõe-se reconhecer e defender o potencial do parlamento como espaço público acessível, e democrático. Concluiu-se que a escola do legislativo, exerce a primorosa relevância em desenvolver processos formais de educação, por intermédio da formação permanente e continuada, visando fortalecer a atuação do Poder Legislativo, na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Palavras-chave: Democracia. Escola do Legislativo. Educação, sociedade.

⁷⁰ Mestre do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: a097464@uri.edu.br

² Doutorado em Ciências Criminais pela (PUCRS). Professor Titular da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br

A POLÍTICA EDUCACIONAL EM TEMPO INTEGRAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS INICIAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE

Sarah Porto da P. B. Pereira⁷¹
Cibele Maria Lima Rodrigues⁷²

Grupo de Trabalho (GT): Educação integral e a educação básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania

Resumo

A pesquisa tem por objetivo analisar o Programa Municipal de Educação Integral (PMEI) do Recife para os anos iniciais do Ensino Fundamental e os processos de atuação, na perspectiva dos atores que participam de tal política. Como referencial teórico nos ancoramos nos estudos de Stephen Ball, Meg Maguire e Anette Braun (2016). Na metodologia optamos pela abordagem do Estudo de Caso. Para tanto, realizamos: entrevistas com uma parte da equipe da Secretaria de Educação do município; entrevistas com as gestoras das escolas em tempo integral; análise dos documentos orientadores de tal política. Na análise dos dados, utilizamos a Análise Textual Discursiva - ATD (Moraes e Galiazzi, 2006), por entender que a política produz vontades de verdade (Foucault, 1996) e os atores podem produzir novos sentidos para tal política. O município do Recife iniciou a experiência de educação em tempo integral em 2002, justamente com cinco escolas dos anos iniciais (Medeiros, 2016; Melo, 2017). Atualmente (2024), conta com quatro escolas de tempo integral de anos iniciais (1,96% do total de escolas de anos iniciais), sendo três delas oriundas da primeira experiência em 2002, atendendo a 705 estudantes. Na atual gestão, o Programa Municipal de Educação Integral foi instituído pela Portaria n° 2103 de 27 de dezembro de 2019. A gestão municipal tem investido na infraestrutura e na oferta de materiais e recursos pedagógicos, não apenas nas EMTIs, mas em todas as escolas da rede de ensino. Nas escolas em tempo integral, os docentes trabalham nos dois turnos. Existem professores temporários que não gozam dos mesmos direitos que os efetivos (que possuem um adicional no salário). Foi possível concluir que a política de educação integral municipal se baseia nos discursos da Nova Gestão Pública (NGP), na lógica neoliberal (Verger e Normand, 2015). Nesse interim, o currículo tem como centralidade a “adesão à BNCC” e a busca por resultados. Sendo assim, no turno da manhã são ofertadas as disciplinas de: Língua Portuguesa; Arte; Educação Física; Matemática; Ciências; História e Geografia. Esses componentes curriculares fazem parte da política de ensino da rede do Recife, comum a todas as escolas do município de anos iniciais do ensino regular. No turno da tarde são oferecidas as chamadas Atividades Complementares: Orientação e Estudos; Comunicação e Linguagem (letramento literário e musicalização); Iniciação à Pesquisa Científica; Jogos Matemáticos; Ambiente e Saúde; Tecnologia Educacional; Projeto de Vida. Há uma percepção de uma escola de turnos, em detrimento de um currículo integrado, de acordo com as entrevistas. Nesse sentido, há uma predominância das atividades “cognitivas” com ausência da perspectiva da formação integral, a exemplo da falta de profissionais de educação física, apesar de ser indicado no currículo a oferta desse componente.

Palavras-chave: Educação integral. Ensino fundamental anos iniciais. Política educacional.

⁷¹ Mestre em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI/UFRPE/Fundaj). sarah.portop@gmail.com.

⁷² Doutora em Sociologia (UFPE). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI/UFRPE/Fundaj); Pesquisadora Titular (Fundaj). cibele.rodrigues@fundaj.gov.br.

O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL: POLÍTICAS EM AÇÃO

Silvia Maria Leite de Almeida⁷³

Grupo de Trabalho (GT): Educação integral e a educação básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania

Resumo

Em julho de 2023, foi publicada a Lei 14.640, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, a partir dessa lei, outras normas foram exaradas do Ministério da Educação, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Poder Executivo da União para regulamentar a referida lei, que ainda continua sendo regulamentada e aguarda resolução do Conselho Nacional de Educação. Uma das normas mais importantes para a política da Escola em Tempo Integral é a Portaria n. 2.036, de novembro de 2023, a qual define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa, o que se destaca nesta Portaria é a sua preocupação conceptiva no que se refere à Educação Integral, o foco na formação ampliada de educadores e a valorização do seu trabalho, há uma sensibilidade socioambiental e também reconhecimento e valorização da diversidade e inclusão, ademais entende que a Educação Integral por uma perspectiva singular, plural e transversal, possui uma preocupação com a justiça curricular e educacional, entre tantos outros pontos importantes. Diante dessa política, coube a Secretaria de Educação Básica, do MEC, através da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, conceber um programa para apoiar as Secretarias de Educação a elaborar, planejar, aprimorar e institucionalizar políticas de educação integral em tempo integral com qualidade e equidade. Para a etapa piloto, realizada neste ano de 2024, a expectativa é apoiar e capacitar até 12 mil gestores públicos em todo o país engajados com a criação, expansão e qualidade das matrículas de tempo integral na educação básica. Este texto traz o resultado preliminar de dados obtidos pelos cursistas da Formação para Secretários/as e Equipes Técnicas de Secretarias de Educação municipais e estaduais da região Nordeste, realizada pela Universidade Federal da Bahia, no corrente ano. Ao iniciar o curso, no Ambiente Virtual de Aprendizagem foi disponibilizado um formulário a fim de verificar quais entes já possuem política de EI. O formulário possui as seguintes questões, a indicação do estado que pertence, o nome do município, a indicação da existência de ato normativo da política de EI em tempo integral no entes, se houve participação da equipe técnica da secretaria, dos conselhos de educação, dos gestores e dos coordenadores escolares e da comunidade escola, também foi solicitado o link para acessar o ato normativo que foi solicitado. O formulário foi disponibilizado na plataforma *Google forms* e ficou disponível pelo prazo de 3 meses. A formação realizada pela UFBA atende aos 9 estados do Nordeste e a 1.708 municípios, o público é de secretários/as de educação e técnicos das secretarias. Foram matriculados 4.026 cursistas e destes 1616 responderam. Dessa amostra, foi realizado o levantamento de quantos municípios haviam leis de política de EI. Verificou-se que 195 entes federados da região Nordeste possuem leis municipais ou estaduais que atendem a política da escola em tempo integral. Além disso, foi informado que há vários municípios que possuem outro tipo de norma, como resolução, portarias e outros instrumentos.

Palavras-chave: Educação Integral; Política Pública; Escola em Tempo Integral; Programa Escola em Tempo Integral.

⁷³ Doutora em Educação (UFRGS), Pós doutoranda (URI). Professora Associada UFBA. E-mail: silvia.leite@ufba.br

VOCAÇÃO ESPORTIVA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO DE CASO EM CUIABÁ-MT

Weder Camillo de Souza⁷⁴

Silvia Regina Canan⁷⁵

Claudionei Vicente Cassol⁷⁶

Grupo de Trabalho (GT): Educação integral e a educação básica: Políticas e práticas pedagógicas garantindo aprendizagens e direitos da cidadania

Resumo

A pesquisa tem como objetivo examinar a proposta de Educação Integral do Ensino Médio na Escola Estadual Governador José Fragelli, em Cuiabá-MT, que é voltada ao esporte. O foco é entender como essa proposta contribui para a formação integral dos estudantes e identificar os elementos pedagógicos que a tornam viável. A pesquisa busca responder à seguinte questão: A proposta político-pedagógica de educação da Escola Estadual Governador José Fragelli tem potencial para promover a formação integral dos alunos, e quais componentes pedagógicos são essenciais para essa construção? A Escola Estadual Governador José Fragelli faz parte do programa Escolas Plenas do estado de Mato Grosso, que visa combinar o currículo acadêmico tradicional com um leque variado de atividades esportivas. A pesquisa analisa como as práticas esportivas estão integradas ao contexto educacional e o impacto dessa integração na formação dos alunos, além de comparar essa abordagem com outras propostas de educação em tempo integral. O estudo envolve a análise da estrutura curricular, o programa de formação dos professores e os resultados obtidos através de pesquisa bibliográfica e questionários aplicados. O objetivo é contribuir para uma compreensão mais detalhada do modelo educacional implementado na escola e seus efeitos no aprendizado dos estudantes. A pesquisa adota uma abordagem hermenêutica-dialética, exploratória e quali-quantitativa, com características de estudo de caso, complementada por pesquisas documental e de campo. Questionários com perguntas abertas e fechadas são utilizados como principal instrumento de coleta de dados. A investigação destaca a importância da escola voltada ao esporte na formação integral dos alunos, enfatizando o desenvolvimento físico e as habilidades socioemocionais, cognitivas, culturais e científicas. A análise da Proposta Pedagógica da Escola Estadual Governador José Fragelli identifica elementos pedagógicos que são eficazes na realização de seus objetivos de vocação esportiva e educação integral. A pesquisa pretende contribuir para o entendimento e aprimoramento da educação integral, preparando os alunos para os desafios contemporâneos tanto no campo acadêmico quanto esportivo e pessoal.

Palavras-chave: Educação Integral. Vocação Esportiva. Formação de Alunos.

74 Doutorando em Educação do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil. Professor efetivo de Educação Física – SEDUC MT. E-mail: wcsroomt@gmail.com.

75 Doutora em Educação pela UNISINOS. Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Mestre em Educação pela UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista em Alfabetização pela PUC/RS; Licenciada em Pedagogia pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria/RS. E-mail: silvia@uri.edu.br.

76 Pós-Doutorado em Educação nas Ciências (Unijuí - 2020), Doutor em Educação nas Ciências (Unijuí - 2018); Mestre em Educação (Unisinos, 2006); Licenciado em Filosofia, História Psicologia da Educação (FAFIMC - 1989). E-mail: cassol@uri.edu.br.

GRUPO DE TRABALHO (GT)

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
POLÍTICAS E DIRECIONAMENTOS
METODOLÓGICOS**

DESAFIOS DA DOCÊNCIA NAS ESCOLAS ISOLADAS RURAIS EM SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT (1930-1945)

Francisca da Silva Duarte⁷⁷

Grupo de Trabalho (GT): Formação de Professores: políticas e direcionamentos metodológicos

Resumo

Este texto busca refletir sobre as condições existentes para o exercício da profissão docente nas escolas primárias isoladas rurais localizadas no município de Santo Antônio de Leverger-MT, durante o período de 1930 a 1945, denominado pelos historiadores como Era Vargas. A pesquisa insere-se na temática que trata das instituições escolares com uma perspectiva de abordagem historiográfica e documental. O objetivo principal consistiu em compreender as condições de trabalho docente existentes na época, compondo assim um quadro com alguns vestígios que nos possibilitam pensar sobre a docência num panorama voltado para a historiografia da educação. A metodologia adotada foi a operação historiográfica De Certeau (2011), com base em fontes documentais, tais como: Mensagens dos Presidentes, atestados de exercício e legislações oficiais que foram analisadas pela ótica da Nova História Cultural. O referencial teórico contempla autores como: Magalhães (2004); Sanfelice (2007); Nosella; Buffa (2009), que são fundamentais para discutir a temática abordada. Os resultados apontam que nos discursos oficiais dos governantes a atuação dos docentes eram vistas como carente de aprimoramento diante da insurreição de novas propostas metodológicas. No entanto, outras fontes indicam que as condições de trabalho pelas quais os profissionais do magistério primária estavam submetidos, geravam dificuldades tanto materiais quanto naturais, que eram inerentes ao contexto em que as escolas primárias rurais estavam inseridas no município lócus da pesquisa. Esses fatores acarretavam dificuldades prementes na contratação de professores diante das adversidades peculiares do local, mesmo sendo a carreira docente respaldada pelo Regulamento de Instrução Pública de 1927, que apresentava os benefícios da profissão, bem como as formas de ingresso no magistério. Diante disso, constatamos que apesar de todas essas dificuldades, essas não impediram os sujeitos de se lançarem na carreira do magistério, desempenhando um importante papel ao longo do período pesquisado, contribuindo para com o ensino da população infantil existente à época no município de Santo Antonio de Leverger-MT. Dessa forma, espera-se que este texto contribua com a reflexão da importância do papel do professor em contextos diversos e em diferentes épocas, perpassando pelas fragilidades e reafirmando sua potencialidade como ferramenta de contribuição para ações efetivas no contexto educacional.

Palavras-chave: Docência. História da educação. Santo Antonio de Leverger-MT. Ensino primário. Operação Historiográfica.

⁷⁷ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM/UFMT). E-mail: franciscaduarte1994@gmail.com.

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA-MT

Cleonice Moreira dos S. Taboza⁷⁸

Claudionei Vicente Cassol⁷⁹

Grupo de Trabalho (GT): Formação de professores: políticas e direcionamentos
metodológicos

Resumo

A reflexão em apresentação, se ocupa da formação continuada de docentes que tem se mostrado atividade essencial na educação infantil, uma vez que acontecem mudanças permanentes no processo educativo e o/a professor/a precisa estar atualizado/a, compreender as leis e fortalecer sua prática pedagógica no sentido da formação integral e da ciência. Diante das mudanças sociais, tecnológicas e pedagógicas, os/as professores/as da educação infantil enfrentam diversos desafios que demandam busca de atualização constante dos conhecimentos e das práticas. O objetivo desta pesquisa, em andamento, é analisar os impactos e as repercussões da formação continuada de professores/as da educação infantil no município de Juscimeira-MT, com ênfase na prática pedagógica com a intencionalidade de pensar processos educacionais e demonstrar influências que as formações continuadas exercem sobre as práticas docentes. Para o desenvolvimento, a pesquisa adota metodologia de revisão de literatura sistemática. Abordagem permite realizar uma análise abrangente e estruturada das publicações existentes e viabilizar identificação e síntese das evidências relevantes sobre o tema em questão. Quanto aos procedimentos, realiza-se uma revisão sistemática da literatura para identificar e analisar os estudos existentes a partir de critérios específicos como como o período de publicação, a relevância do tema e o tipo de estudo. A segunda fase da pesquisa envolve realização de entrevistas semiestruturadas com 15 professores/as de educação infantil. Os resultados ainda não encontrados, pois a pesquisa está em andamento, têm sua produção a partir das reflexões acerca das políticas de formação continuada implementadas nas três esferas do poder – federal, estadual e municipal – para a educação infantil e impactos para o processo de ensino e de aprendizagem. A pesquisa, em andamento, tem potencial para fornecer questionamentos, concepções e dados acerca dos impactos das políticas de formação continuada na prática docente e nos processos de construção do conhecimento. Ao refletir esses aspectos, se espera contribuir para a melhoria dos processos educativos, demonstrar a importância de investir na formação continuada de qualidade e acessível a todos/as os/as professores/as.

Palavras-chave: Políticas de Formação Continuada. Formação Continuada Docente. Educação Infantil. Prática Docente na Infância. Juscimeira-MT.

⁷⁸ Especialista em Psicopedagogia. Mestranda no PPGEDU (URI-Frederico Westphalen-RS)/IBG (Rondonópolis-MT). Professora. E-mail: a110373@uri.edu.br.

⁷⁹ Professor no PPGEDU (URI, Frederico Westphalen-RS) e no CEEDO (Cerro Grande-RS). Pós-Doutorando no PPGE (Unochapéco-SC).

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DIRETRIZES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: AVANÇOS E RETROCESSOS PARA ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Edivaldo Soares Vieira de Atahaide⁸⁰

Grupo de Trabalho (GT): Formação de professores: políticas e direcionamentos metodológicos

Resumo

Este estudo está inserido na linha de pesquisa “Políticas Públicas e Gestão da Educação”, do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – PPGEDU/Mestrado e Doutorado, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Câmpus de Frederico Westphalen/RS, na temática de Políticas Públicas e Gestão da Educação, no viés das Políticas Públicas de Formação de Professores. O objetivo principal foi evidenciar as políticas públicas para a formação de professores da Educação Básica, especificamente para o professor que ensina a disciplina de matemática, assim, buscamos fazer um parâmetro entre as Resoluções específicas para a formação do professor da Educação Básica e os Projetos Pedagógicos do Curso (PPCs) de Matemática da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade de Cassilândia/MS, durante os anos de 1994 a 2023, buscando identificar possíveis avanços e retrocesso destas políticas públicas educacionais para a formação de professores de matemática. Tratou-se de um estudo de revisão bibliográfica de documentos oficiais, elaborado a partir de elementos identificados nesses documentos e destacando pontos e autores que reforçam a ideia central do trabalho. Os dados coletados nesta pesquisa foram examinados utilizando a análise de conteúdo, conforme estabelecido por especialistas em educação. Este estudo adotou uma perspectiva histórico-crítica, baseando-se em princípios dialéticos. Neste sentido, constatamos que, apesar de possuir legislação específica, a formação do educador tem pontos relevantes que podemos avaliar como positivos, com destaque, evidencia-se uma ênfase maior no estágio ou o acréscimo de conceitos além da teoria, o aumento na carga horária das disciplinas pedagógicas e a inserção de pontos cruciais para a construção de uma base relevante para o futuro professor, mas, também, temos pontos assinalados como negativos ou retrocessos, entre eles está a forma como são construídas as políticas públicas educacionais e as participações dos professores que, em quase todas, não ocorre. Neste contexto, a partir do objeto deste estudo, pudemos verificar que, segundo os dados analisados, ainda há casos em que não fica evidente a importância das políticas públicas educacionais para a formação do professor e que os educadores não participam da elaboração de tais políticas, voltadas para a sua formação. Em outro ponto, observamos que a Resolução de 2015, que dispõe sobre a formação inicial para professores, traz a inserção de diversidades no currículo de formação do educador entre outras particularidades. Neste mesmo contexto, observamos uma adequação nos PPCs analisados e uma inserção de elementos até então aquém da formação inicial dos professores. A partir desses resultados, sugerimos maior participação dos professores da Educação Básica na elaboração das políticas de formação de professores.

Palavras-chave: Formação do Professor de Matemática; Políticas Públicas Educacionais; Formação de Professores.

⁸⁰ Mestre em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Professor da educação básica do Mato Grosso. esvda@hotmail.com

A EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA ALFABETIZA MT EM PRÉ-ESCOLAS EM SINTONIA COM O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Ester Rodrigues da Silva Paz⁸¹

Silvia Regina Canan⁸²

Grupo de Trabalho (GT): Formação de professores: políticas e direcionamentos metodológicos

Resumo

A constituição da Educação Infantil nas creches, por muito tempo, se deu por meio de um atendimento assistencialista e, na pré-escola, foi constituída como espaço de preparação para a alfabetização. Por essas características, a sociedade passou a compreendê-la como um lugar de atendimento o que, também a tornava um espaço que não necessitava de profissionais com formação. O desenvolvimento de pesquisas e mudanças na legislação que passaram a garantir o direito à educação para todos, desde o bebê, permite iniciar um processo de mudança desse cenário. Damos destaque à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a partir da qual a finalidade da Educação Infantil passou a ser o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos de idade [...]. Para além da Educação Infantil, a LDB (1996) também passou a determinar que é “incumbência da escola elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Nesse contexto, no Estado do Mato Grosso, foi homologado o Programa Alfabetiza MT, que tem por objetivo a alfabetização das crianças. Esse propósito, do ponto de vista da finalidade da Educação Infantil, se apresenta incoerente, logo, que seu propósito é o desenvolvimento integral da criança. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo, analisar se o Programa Alfabetiza MT está contemplado nos Projetos Político-Pedagógicos/PPPs das Escolas Municipais de Educação Infantil/EMEIIs da cidade de Rondonópolis/MT. Sua finalidade foi compreender a concepção de criança e de Educação Infantil presente nos PPPs analisados, se as diretrizes do programa Alfabetiza MT estão presentes no Projeto da Escola e, ainda, o que dizem os documentos oficiais sobre essa temática. Uma das conclusões que o estudo proporcionou foi de que o Programa Alfabetiza MT não é citado nos PPPs das EMEIIs estudadas. Em relação a concepção de Educação Infantil, os PPPs estabelecem o que está nos documentos oficiais para tal etapa, já o Programa Alfabetiza MT não discute a finalidade da Educação Infantil, mas sim o direito de aprendizagem da criança na Pré-escola. Foi possível observar que a apropriação da leitura e da escrita pelas crianças está contemplada nas formações do Programa Alfabetiza MT, contudo, nos PPPs não foi encontrada tal discussão, permitindo concluir que em função de não ser finalidade da Educação Infantil alfabetizar, motiva as escolas ao entendimento de que não há necessidade de discussões que envolvam a apropriação da leitura e da escrita na Educação Infantil. A pesquisa em tela teve como base teórica principal autores como Celso Vasconcelos, Paulo Roberto Padilha, Mônica Correia Baptista, Zilma Moraes Ramos de Oliveira, Celso Antunes. Esteve inserida na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

Palavras-chave: Educação Infantil. Projeto Político-Pedagógico. Alfabetização

⁸¹ Mestre em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Câmpus de Frederico Westphalen-RS/Ciências Humanas/ estersilvapaz@gmail.com

⁸² Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Câmpus de Frederico Westphalen-RS/ Ciências Humanas/ silvia@uri.edu.br.

A EFETIVIDADE DAS POLITICAS EDUCACIONAIS E SEUS IMPACTOS NA PRÁTICA DOCENTE: O PROGRAMA LEEI NO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT

Evakeila Pereira Santana Sousa⁸³

Silvia Regina Canan⁸⁴

Grupo de Trabalho (GT): Formação de professores: políticas e direcionamentos metodológicos

Resumo

Pesquisar políticas de formação continuada de professores da Educação Infantil é como observar o céu em um dia nublado, onde muitas nuvens obscurecem a visão. Nesse campo subjetivo, encontramos discursos variados e escolhas que refletem concepções que moldam os modelos pedagógicos ainda presentes nas práticas docentes atuais. Com tudo os indicadores de desempenho na alfabetização geram ações e programas de Políticas de Formação Continuada o programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), que compõe o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a qual visa contribuir na profissionalização docente em relação às infâncias e ação pedagógica na educação infantil. Assim sendo, o compromisso político da formação continuada com a Educação e com o fazer pedagógica é reafirmado e colocado em questão perante a responsabilidade social. A efetivação de políticas de formação continuada está diretamente atrelada às demandas legais, esta pesquisa, vinculada aos estudos da Linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação do Mestrado em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), pesquisa a ser desenvolvida na Rede Municipal de Nova Xavantina e tem como objetivo geral analisar o que revelam os dados do Programa Alfabetiza Mato Grosso sobre avanços ou não, acerca da aprendizagem das crianças da Educação Infantil – Pré I e II, a formação continuada torna-se uma ferramenta ainda mais necessária para que professores possam tomar decisões pautadas em evidências sobre o desempenho dos estudantes, definir estratégias e refletir sobre o fazer docente. Para isso, os seguintes objetivos específicos foram delineados: 1) Definir o conceito de formação continuada que fundamentará o estudo, a partir de autores de referência nesta área, a fim de melhor compreender como esse conceito é discutido e trabalhado; 2) Conhecer o Programa Alfabetiza Mato Grosso, para entender como ele foi implantado; 3) Analisar, a partir dos dados disponíveis, se o programa contribuiu para melhorar os resultados de aprendizagem das crianças da EI; 4) Pesquisar sobre os principais programas de formação continuada implantados a partir do ano de 2002, buscando compreender sua contribuição para a formação de professores; 5) avaliar, a partir de um olhar sobre a legislação vigente, quais os principais conceitos, semelhanças e diferenças que ficam evidentes nos programas PNAIC e LEEI. A metodologia que visou utilizar é de caráter qualitativo, baseada na pesquisa documental, levantamento de dados na plataforma compromisso nacional criança alfabetizada, analisar os dados da Rede Municipal de Nova Xavantina, buscar dados relevantes com à Secretaria de Educação do município que possa contribuir para a pesquisa em ação. Considerar a formação do LEEI como parte da formação docente, suporte teórico ainda em análise para compreensão dos conceitos dos elementos que constituíram esta pesquisa, Os resultados aqui obtidos pela pesquisa espero que venha contribuir com meu município e apontar caminhos para com as angústias dos professores da educação infantil do Pré I e II.

Palavras-chave: Política de Formação Continuada de Professores. Programa LEEI. Educação Infantil.

⁸³ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação – URI/FW

⁸⁴ Doutora em Educação e Professora do Programa de Pós Graduação em Educação – URI/FW

DE 2002 À 2024, O QUE SUGEREM AS DCNS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES?

Ieda Pertuzatti⁸⁵
Silvia Regina Canan⁸⁶

Grupo de Trabalho (GT): Formação de professores: políticas e direcionamentos metodológicos

Resumo

Neste ensaio apresentamos parte da pesquisa em desenvolvimento para compor a análise de documentos realizado para a construção da tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da URI – Frederico Westphalen, junto a linha de Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação, que teve como objetivo geral: analisar as teses defendidas a partir da homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Formação de Professores da Educação Básica aprovadas em 2002, considerando, também, as diretrizes de 2015, 2019 e 2024. O recorte aqui apresentado buscou analisar quais concepção(ões) que este(s) documento(s) estabelecem sobre a formação de professores, apoiados nos objetivos de estudar as normativas aprovadas no século XXI sobre a formação de professores para a Educação Básica, buscando compreender qual (is) as concepções que estes documentos estabelecem sobre a formação de professores; analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores aprovadas em 2002, 2015, 2019 e 2024, no propósito de conhecer a concepção de formação de professores que apresentam; e também compreender se há interferência de organismos internacionais na formulação das políticas de formação de professores para a Educação Básica no Brasil, para entender os objetivos propostos por estas normativas. A investigação se orienta, epistemologicamente, pelo materialismo histórico-dialético e sugere a compreensão da realidade a partir de suas contradições, buscando apresentar possibilidades de transformação. Os resultados encontrados estão permitindo desenvolvermos uma análise da historicidade das políticas de formação de professores, neste caso as DCNs, bem como do movimento cíclico que estas normativas apresentam e as influências do espaço globalizado nas reformas do currículo de formação de professores. Possuindo ciência das constantes mudanças educacionais nacionais, e da influência exercida pelo sistema político e econômico, compreendemos que a formação de professores precisa acompanhar e dar suporte às necessidades e desafios impostos à educação brasileira diante das mudanças que ocorrem no cenário educacional, principalmente da Educação Básica. Pressupõe-se que a formação inicial de professores deva estar conectada acompanhando as mudanças e desafios impostos pela sociedade contemporânea na educação, entendemos que a formação docente precisa atentar-se para as mudanças sociais que ocorrem, dando suporte para que o profissional docente esteja ciente do seu papel na formação cidadã. Após a leitura e análise destas normativas, percebemos o movimento que todas apresentam na necessidade de qualificar a formação docente, com princípios e intencionalidades diferentes no que se refere à visão de educação e formação docente. Em alguns momentos se complementam em outros se distanciam quase que radicalmente, regidas principalmente pelo envolvimento social, econômico, ideológico, cultural e político do momento em que são constituídas. Compreendemos que o momento histórico tem sido determinante na mudança das políticas educacionais.

Palavras-chave: Formação de professores, políticas de formação de professores, Diretrizes de formação de professores.

⁸⁵ Doutoranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Professora na Rede Municipal de Educação de Nova Erechim Endereço: Nova Erechim - SC, Brasil. E-mail: ieda.pertuzatti@gmail.com.

⁸⁶ Doutora em Educação. Professora PPGEDU - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Endereço: Frederico Westphalen - RS, Brasil E-mail: silvia@uri.edu.br.

RECOMENDAÇÕES DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES NO BRASIL: AS DIRETRIZES REPRESENTAM DESAFIOS OU ADVERSIDADES DOCENTES NO FORMAR PROFESSORES PEDAGOGOS

Jussani Derussi⁸⁷
Silvia Regina Canan⁸⁸

Grupo de Trabalho (GT): Formação de professores: políticas e direcionamentos metodológicos

Resumo

A pesquisa procura analisar as influências das diretrizes de formação inicial e continuada de professores que atuam na Educação Básica, a fim de compreender os possíveis desafios e adversidades inerentes às diretrizes. Este texto é resultado de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da URI/FW e, a partir dele, apresentaremos conclusões preliminares a respeito do tema em questão. Uma das principais preocupações está relacionada à identificação de elementos que podem ser considerados desafios ou adversidades na implementação de políticas públicas voltadas à formação de professores no Brasil. A presente pesquisa apresenta um panorama nacional referente à formação inicial em Pedagogia e à formação continuada. Trataremos do papel do professor na atualidade, dada a globalização e o progresso da Agenda Global da Educação, que parece estar conforme os objetivos e interesses da economia política internacional. A pesquisa é caracterizada como qualiquantitativa, uma vez que serão analisadas diretrizes oficiais e aplicados questionários semiestruturados junto aos professores que atuam no curso de pedagogia. O estudo está relacionado à identificar contradições nos relatórios censitários de 2022, dados que podem ser considerado um desafio ou uma adversidade, na implantação das Políticas Públicas voltadas à formação de professores no país, a partir de uma comparação entre a BNC-formação (2019), que tende a seguir modelos europeus, e o Parecer CNE/CP n.º 4/2024, aprovado em 12/03/2024 e homologado com inúmeras discussões, seus desafios e adversidades. A segunda etapa procura traçar um perfil dos futuros profissionais que ingressam na área de Pedagogia, identificando desta forma a faixa etária, a frequência no curso, o tempo de estudo, as instituições que frequentam (se são públicas ou privadas) e os desafios enfrentados ao iniciar a carreira em sala de aula. O objetivo deste estudo é responder à seguinte questão: as políticas públicas de formação de professores, em suas diretrizes, determinam as práticas pedagógicas dos professores que atuam na pedagogia? Abordaremos o papel do professor na atualidade, dada a globalização e o progresso da Agenda Global da Educação, que está, em nosso entendimento, posta segundo os objetivos e interesses da economia e da política internacional. A pesquisa procura discutir a relevância de os professores terem conhecimento das recomendações que regem a sua profissão, de modo a aumentar a participação nos debates sobre quais saberes são necessários para atuar na educação. Os resultados preliminares indicam que a Profissão de Professor Pedagogo sofre uma pressão intensa das agências internacionais, visando preparar o professor com habilidades e competências docentes para atender as demandas de conhecimentos exigidos para o século XXI, frente à globalização. Além disso, é possível notar o progresso da Agenda Global da Educação, que está relacionada, na sua maioria, aos escopos e interesses da economia política internacional.

Palavras-chave: Diretrizes de formação. Formação de professor. Desafios e adversidades.

⁸⁷ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da URI/FW na linha de Políticas Públicas e Gestão da Educação. Pedagoga, Assistente Técnico Pedagógica - Coordenadoria Regional de Educação - CRE-Chapecó. E-mail:jjjderussi@gmail.com.

⁸⁸ Doutora em Educação. Professora do PPGEDU – Programa de Pós-graduação em Educação da URI/FW na linha de Políticas Públicas e Gestão da Educação. E-mail silvia@uri.edu.br

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA AMÉRICA LATINA: MAPEAMENTO DOS EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA (2015-2019)

Maria de Lourdes Pinto de Almeida⁸⁹
Lourdes Evangelina Zilberberg Oviedo⁹⁰
Ketlin Elís Perske⁹¹

Grupo de Trabalho (GT): Formação de professores: políticas e direcionamentos metodológicos

Resumo

Este texto é fruto de uma investigação macro que teve por objetivo mapear os egressos dos cursos de Pedagogia de 3 países: Brasil, Chile e México. As Universidades envolvidas foram a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Universidade do Oeste Catarinense (Unoesc); *Pontificia Universidad Católica de Valparaíso* (Chile); *Universidad Católica del Maule*, (Chile), *Universidad Católica Silva Henríquez* (Chile). *Universidad de Colima* (México). O recorte temporal foi de 2015 a 2018, segunda metade da segunda década do século XXI, contexto histórico latinoamericano dominado por um Estado Neoliberal que se desmascara e assume na maioria dos países um discurso autoritário e conservador, impactando diretamente na formação de professores. Nesse sentido, coube indagar sobre a relação da formação acadêmica com a prática pedagógica que desenvolve na Escola. A metodologia utilizada foi a histórico-crítica, baseada na teoria de Demerval Saviani (2013) que tem por objetivo compreender as questões educacionais tendo por base o desenvolvimento histórico objetivo, que por sua vez, encontra fundamento no materialismo histórico-dialético. O percurso metodológico consistiu na aplicação de um questionário aos egressos dos cursos de Pedagogia das universidades envolvidas no projeto. Como resultados, tivemos a confirmação de que esta investigação se fez relevante pois exigiu uma reflexão sobre o papel de cada Universidade na formação do pedagogo, com indagações que vão desde “quem estamos formando, para que e para quem?” Com os resultados pudemos perceber ainda os principais impactos das Políticas Curriculares Nacionais na formação do docente brasileiro. Chile e México não possuíam Políticas Curriculares determinantes na formação docente. A pesquisa nos mostrou que se faz mister o debate quanto às políticas de formação docente, práxis pedagógica e estruturação curricular dos cursos de Pedagogia da América Latina e nos mostra que as políticas e práticas pertinentes à formação do professor para educação básica necessitam de uma reforma, considerando-se as profundas mudanças da sociedade latino-americana a partir de 2015. Assim sendo, vale a pena lembrar que quem forma o professor atuante na área do ensino na educação básica e ou superior é a Universidade e que, portanto, há uma imensa responsabilidade desta com o contexto histórico educacional escolar contemporâneo.

Palavras-chave: Políticas de Formação de Professores. Egressos da Pedagogia. Docência na América Latina.

⁸⁹ Doutora em Filosofia, História e Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: malu04@gmail.com.

⁹⁰ Doutora em Política e Gestão da Educação Superior pela Universidad Nacional de Tres de Febrero, da Argentina. Diretora de Internacionalização na Fundação Armando Alvares Penteado (Brasil). E-mail: rel.internacional@faap.br

⁹¹ Mestra em Políticas Públicas e Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Servidora técnica-administrativa em educação na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: ketlin.perske@ufsm.br.

A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE DISSERTAÇÕES.

Maria Lúcia Rodrigues⁹²

Silvia Regina Canan⁹³

Grupo de Trabalho (GT): Formação de professores: políticas e direcionamentos metodológicos

Resumo

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um programa do governo brasileiro criado para melhorar a qualidade da educação básica, com foco na alfabetização de crianças até oito anos de idade. Embora o principal objetivo do PNAIC seja a alfabetização, ele também desempenha um papel fundamental na formação de leitores, pois a alfabetização é a base para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. O questionamento chave que a presente pesquisa busca responder é: Quais os contributos trazidos pelo PNAIC no que se refere à mediação didática do professor ao realizar a leitura deleite para crianças em processo de formação leitora – 1º ao 3º ano, a partir dos relatos contidos em estudos já desenvolvidos em dissertações? O objetivo geral deste trabalho consiste em investigar os contributos do PNAIC no que se refere à mediação didática do professor ao realizar a leitura deleite para crianças em processo de formação leitora – 1º ao 3º ano, tendo em vista compreender se a aplicação de práticas e estratégias de incentivo à leitura no âmbito escolar trouxeram contribuições para o processo de ensino aprendizagem dos discentes, a partir dos relatos contidos em estudos já desenvolvidos em dissertações. Para alcançar ao objetivo proposto foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e documental, e a análise desses estudos ocorreu a partir da perspectiva da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2006). Já nos primeiros resultados pode-se perceber que através do PNAIC foi possível melhores ofertas de formação continuada para professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental voltadas para o ensino da leitura e escrita e incentivo ao gosto pela leitura, criação de bibliotecas escolares e a promoção de eventos de leitura, como feiras e clubes do livro. O programa conta ainda com material didático e recursos pedagógicos adequados para o ensino da leitura, e inclui ações de avaliação e monitoramento do processo de alfabetização, possibilitando identificar as dificuldades. Outro ponto positivo é o incentivo da diversificação de gêneros textuais, como jornais, revistas, poemas, contos, entre outros, ampliando o repertório de leitura dos alunos.

Palavras-chave: PNAIC. Leitura. Alfabetização.

⁹² Professora da rede pública no município de Nova Xavantina-MT e aluna de Mestrado em Educação pelo PPGEDU da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – ORCID: 0000-0001-7248-7776 - marialucianx@hotmail.com

⁹³ Doutora em Educação e professora do PPGEDU da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – ORCID: 0000-0003-4504-3680-Silvia@uri.edu.br.

ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE DOS CONSELHOS ESCOLARES EM MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO

Márcio Paz Câmara⁹⁴
Silvia Regina Canan⁹⁵

Grupo de Trabalho (GT): Formação de professores: políticas e direcionamentos metodológicos

Resumo

Introdução: A pesquisa foi conduzida na Assessoria Pedagógica do Município de Torixoréu/MT, a qual abrange os municípios de Ponte Branca/MT, Ribeirãozinho/MT e Torixoréu/MT. O estudo teve como foco a participação dos conselheiros e a efetividade dos conselhos escolares como instrumentos de gestão democrática nas escolas. **Objetivo:** O objetivo da pesquisa foi analisar a representatividade e a participação ativa dos conselheiros escolares, identificando os fatores que influenciam a eficácia desses conselhos na tomada de decisões e na promoção de uma gestão democrática nas escolas envolvidas. **Metodologia:** A metodologia eleita foi qualitativa, por meio de uma pesquisa de campo na qual, após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 44305921.3.0000.5352), foram aplicados questionários, via *Google Forms*, a 32 conselheiros escolares. A coleta de dados ocorreu entre 17 e 23 de junho de 2021, com retorno de 23 questionários completos. Os questionários incluíram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e abordaram aspectos como escolaridade, tempo de atuação no conselho e métodos de convocação para as reuniões. **Resultados:** A pesquisa revelou que a maioria dos conselheiros possui especialização (pós-graduação *lato sensu*), indicando um nível de escolarização compatível com a função. No entanto, constatou-se que apenas a escolaridade não garante uma participação efetiva, sendo necessários também fatores como capacitação e comprometimento. A rotatividade dos membros foi observada, com a maioria dos conselheiros atuando há menos de um ano. Em relação às reuniões, foi identificado que a convocação por meios tecnológicos, como *WhatsApp*, tem prevalecido sobre a convocação escrita oficial. **Conclusões:** A pesquisa evidenciou que os conselhos escolares desempenham um papel importante na gestão democrática das escolas, mas enfrentam desafios relacionados à participação ativa e à representatividade. A rotatividade dos membros, apesar de ser vista negativamente em termos de continuidade, pode ser uma oportunidade para envolver mais membros da comunidade. A adoção de tecnologias para a convocação de reuniões reflete uma adaptação às novas realidades sociais, embora seja importante garantir que todos os membros sejam devidamente informados e participem ativamente das decisões.

Palavras-chave: Conselhos Escolares. Gestão Democrática. Participação Comunitária. Educação Básica.

⁹⁴ Mestrado em Educação. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: a097461@uri.edu.br.

⁹⁵ Doutorado em Educação. Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: silvia@uri.edu.br.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DA CARREIRA

Sibele Sehnem⁹⁶

Luci Mary Duso Pacheco⁹⁷

Grupo de Trabalho (GT): Formação de professores: políticas e direcionamentos
metodológicos

Resumo

A pedagogia da alternância é uma metodologia educacional que combina períodos de aprendizado teórico em sala de aula com períodos de prática em contextos reais, como o ambiente de trabalho ou a comunidade. Essa metodologia é especialmente utilizada em áreas rurais e em programas de educação profissional e técnica, visando integrar a teoria com a prática de forma mais eficaz. Este estudo tem o objetivo de analisar as atitudes, habilidades e competências trabalhadas no ensino da pedagogia da alternância e o impacto na carreira dos jovens, na visão dos alunos do novo ensino médio da Escola de Educação Básica Pe. Vendelino Seidel, de Iporã do Oeste, SC. Foi aplicado um questionário via uso do *google docs* aos estudantes matriculados no novo ensino médio da referida escola. Obteve-se 104 respostas. Os resultados evidenciam que as atitudes que tiveram maior representatividade nas respostas foram a responsabilidade, a autonomia e a resiliência. As habilidades foram as técnicas, de comunicação e interpessoais. As competências foram as práticas, de aprendizado ao longo da vida e as sociais. E o impacto na carreira na percepção dos alunos ocorre via habilidades técnicas, trabalho em equipe, desenvolvimento pessoal e comunicação. A contribuição da pedagogia da alternância na formação dos alunos ocorre via formação de pessoas empoderadas enquanto cidadãos, capazes de exercer uma função profissional suportada por conhecimento técnico e preparo prático. Portanto, é um método que contribui para o desenvolvimento de competências práticas e *soft skills*. E isso aumenta o potencial de empregabilidade e propensão ao empreendedorismo dos jovens. Sobretudo, auxilia no desenvolvimento pessoal e social e é uma preparação para se adaptar as mudanças no mercado de trabalho. Enquanto metodologia educacional, a pedagogia da alternância sinaliza ser uma proposta de formação completa e contextualizada, que prepara os alunos para os desafios do mercado de trabalho, especialmente por manter a conexão com a realidade local.

Palavras-Chave: Educação. Desenvolvimento Profissional. Práticas Educativas.

⁹⁶Doutoranda em Educação. Mestra em Ciências Fisiológicas. Professora na E.E.B. Pe. Vendelino Seidel, Iporã do Oeste, SC. email: a105624@uri.edu.br.

⁹⁷ Doutora em Educação, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU – URI, professora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI/RS. Email: luci@uri.edu.br.

A CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES IMPACTANDO POSITIVAMENTE O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS AUTISTAS

Vanessa Silva Oliveira
Silvia Regina Canan

Grupo de Trabalho (GT): Formação de professores: políticas e direcionamentos metodológicos

Resumo

A capacitação de professores para atuar no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um elemento importante no cenário educacional contemporâneo, especialmente no que concerne à inclusão escolar. A problemática reside na necessidade de os docentes adquirirem tanto conhecimentos teóricos quanto competências práticas que lhes permitam mediar eficazmente a educação de alunos autistas, promovendo seu desenvolvimento linguístico, cognitivo e social. Este estudo qualitativo tem como objetivo analisar de que maneira a formação contínua dos professores pode influenciar positivamente o processo de aprendizagem e a inclusão de crianças com TEA, assegurando que recebam o suporte necessário para atingir seu pleno potencial. A relevância desta abordagem fundamenta-se na crescente demanda por práticas pedagógicas inclusivas que reconheçam e respondam às necessidades específicas dos alunos com TEA, garantindo sua participação ativa nas atividades escolares e seu desenvolvimento em um ambiente que respeita suas particularidades. Nesse sentido, a abordagem pedagógica deve ser inclusiva e articulada entre pedagogos, educadores especiais, monitores e a família, um trabalho conjunto que promova a autonomia e a integração social das crianças autistas, preparando-as para uma vida plena e integrada na sociedade. Entretanto, um dos desafios mais significativos no desenvolvimento educacional das crianças com TEA é o desenvolvimento da linguagem. Por isso, os professores precisam estar preparados para adotar metodologias adaptadas às necessidades desses alunos, utilizando ferramentas e técnicas específicas que facilitem a aprendizagem. A presença de monitores, conforme indicado pela Nota Técnica nº 20/2015 do MEC emerge como elemento que garante o apoio necessário durante as atividades diárias, complementando o trabalho dos professores, principalmente porque a inclusão escolar deve ser iniciada o mais cedo possível, a partir do diagnóstico precoce. Isso, pois, a integração em ambientes de aprendizagem regulares, aliada a intervenções terapêuticas, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento psicológico, cognitivo e emocional dessas crianças. A colaboração interdisciplinar entre profissionais da educação e da saúde, conforme proposto por Schmidt (2014), viabiliza uma abordagem mais abrangente e eficaz, que leva em consideração tanto os desafios quanto as potencialidades das crianças com TEA. Para que essa colaboração se concretize, a prática pedagógica inclusiva demanda que os professores adquiram conhecimentos específicos sobre o TEA, que vão além do contexto escolar, englobando aspectos familiares, econômicos e sociais da criança. Nesse contexto, é de grande valia a participação ativa dos docentes em diagnósticos e entrevistas com os pais, para a coleta de informações que orientarão a abordagem educacional. Essa integração proporciona a compreensão mais detalhada do comportamento, afetos e interesses da criança, bem como das possíveis origens do transtorno, e capacita o professor a criar um ambiente de aprendizagem adaptado e eficaz, desde o início. Dessa forma, para que o processo de inclusão seja bem-sucedido, é necessário que os professores possuam uma formação pedagógica sólida e contínua, que os capacite a trabalhar com crianças autistas com comprometimento e sensibilidade. As adaptações curriculares, o uso de materiais didáticos visualmente estimulantes e a adequação do ambiente físico da sala de aula são medidas que auxiliam aos professores no atendimento às necessidades dos alunos autistas. E, ao atuar como mediador no processo de inclusão, o professor pode facilitar a participação das crianças nas atividades e promover o reconhecimento das diferenças entre os alunos, incentivando o desenvolvimento de laços afetivos e de solidariedade, fomentando a autoconfiança e a independência das crianças autistas. Outro elemento importante é o planejamento de atividades que respeitem as dificuldades individuais e promovam o aprendizado, para que as crianças se sintam motivadas e envolvidas no processo educacional. Nessa mesma direção, a prática pedagógica inclusiva também deve considerar a adaptação da comunicação e o uso de estratégias visuais, conforme sugerido por Oliveira (2016), para superar as dificuldades de comunicação enfrentadas pelos alunos com TEA. Complementando, a observação contínua e imparcial dos professores, conforme proposto por Cunha (2013), permite identificar tanto as dificuldades quanto os potenciais das crianças autistas, facilitando intervenções mais eficazes. Beyer (2007) afirma que o sucesso da educação inclusiva depende diretamente da formação dos professores e de sua capacidade de implementar práticas pedagógicas coerentes com o projeto inclusivo. Conclui-se que a capacitação contínua dos professores e a colaboração interdisciplinar são essenciais para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades específicas das crianças com TEA. A presença de

monitores e outros profissionais de apoio, trabalhando de forma coordenada com os professores, pode garantir que essas crianças recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento integral. Dessa forma, é possível criar um ambiente de aprendizagem que acolha e promova o crescimento e a autonomia das crianças autistas, preparando-as para uma vida plena e integrada na sociedade.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Capacitação de Professores, Inclusão Escolar, Desenvolvimento Infantil.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA PRÁTICA EDUCACIONAL

Tatiane Araujo Crestani⁹⁸

Silvia Regina Canan⁹⁹

Grupo de Trabalho (GT): Formação de professores: políticas e direcionamentos
metodológicos

Resumo

Introdução: A formação continuada é um processo individual e coletivo e é fundamental que todos os envolvidos no processo educacional estejam comprometidos com a sua efetividade, a fim de garantir a formação de profissionais qualificados e preparados para os desafios do século XXI. Baseados na busca de assuntos de programas de formação continuada, aborda-se o seu significado, seus desafios e possibilidades dentro do contexto escolar. O objetivo desse artigo é abordar a definição de formação continuada, seus objetivos principais e sua relevância para o cenário educacional atual, construindo um breve recorte do livro de Francisco Imbernón, *Formação Continuada de Professores*, costurando as opiniões e experiências de outros estudiosos como Paulo Freire e Selma Pimenta, além de outros pesquisadores da área. Apresenta-se um artigo construído por meio da metodologia da pesquisa bibliográfica qualitativa descritiva, que elenca em subtítulos o conceito e a definição de formação continuada, passando pelos desafios e pelas possibilidades, concluindo de forma a apresentar um apanhado de ideias e concepções que buscam contribuir com o enriquecimento do conhecimento acadêmico. Ao analisar os estudos utilizados para essa pesquisa foi possível evidenciar que os docentes necessitam de qualificação, tanto na área pedagógica quanto nos campos específicos do conhecimento.

Palavras-chave: Formação continuada. Desafios. Possibilidades. Contexto Escolar.

⁹⁸ Aluna do Curso de Pós Graduação Strictu Sensu em Educação. Licenciatura Plena em História e Pedagogia pela URCAMP/SB. Universidade da Região da Campanha. Professora Orientadora Educacional. Mestranda em Educação PPGEDU - URI/FW a105627@uri.edu.br

⁹⁹ Doutora em Educação pela UNISINOS. Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Mestre em Educação pela UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista em Alfabetização pela PUC/RS; Licenciada em Pedagogia pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria/RS silvia@uri.edu.br

AS BOAS PRÁTICAS DOCENTES NO COTIDIANO ESCOLAR

Larissa Bortoluzzi Rigo¹⁰⁰
Luci Mary Duso Pacheco¹⁰¹

Grupo de Trabalho (GT): Formação de professores: políticas e direcionamentos
metodológicos

Resumo

Buscando refletir de que forma as boas práticas docentes podem contribuir para o cotidiano da comunidade escolar, o trabalho proposto contempla reflexões que buscam essas boas práticas, o seu sentido e significado (VYGOTSKY, 2003), visando contribuir para a identidade (MELO, SILVA e FACÃO, 2021) dos professores, ou seja, de que forma, a docência molda, de forma positiva a prática diária (PITON, 2007). Nóvoa (2017) contribui com esses pensamentos, quando conceitua a posição, ou seja, as possibilidades de construção desse profissional docente e a organização dessa profissão, seja, interna ou externamente. O autor entende posição “como uma representação de cinco entradas para pensar a formação profissional dos professores” (NÓVOA, 2017, 1119): postura (construção pessoal), condição (interior a profissão docente), estilo (seu próprio agir e organizar o trabalho), arranjo (encontrar novas formas de atuação) e opinião (afirmação pública da profissão). Para essa organização, o autor lembra de que forma a identidade deste profissional não pode ser fixa, mas sim, de se pensar em uma construção identitária que molda o processo do ser docente, justamente porque esse profissional constrói sua identidade no seu meio, no seu lugar de pertencimento. E se a escola é um lugar ‘seu’, o objetivo principal dessa reflexão é identificar quais são as boas práticas adotadas e que podem ser reverberadas para que outros profissionais também as constituam, não enquanto suas identidades fixas, mas sim, nas suas composições pedagógicas, e que podem ser disseminadas entre os educadores.

Palavras-chave: Boas práticas; Formação docente; Identidade do professor.

¹⁰⁰ Doutora em Comunicação pela PUCRS. E-mail: lary_rigo@yahoo.com.br

¹⁰¹ Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Coordenadora do PPGEDU, URI campus, Frederico Westphalen. E-mail: luci@uri.edu.br

GRUPO DE TRABALHO (GT)

**FORMAÇÃO DO DOCENTE DE LETRAS E
SUAS INTERCONEXÕES COM DEMANDAS
PROFISSIONAIS, SOCIAIS, TECNOLÓGICAS
E CULTURAIS**

A MULTIMODALIDADE EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA INGLESA DO PNLD 2021 DO NOVO ENSINO MÉDIO: MÍDIAS E TEXTOS

Carolina de Ribamar e Silva¹⁰²

Luana Teixeira Porto¹⁰³

Grupo de Trabalho (GT): Formação do docente de Letras e suas interconexões com demandas profissionais, sociais, tecnológicas e culturais

Resumo

No âmbito dos estudos da Educação, a pesquisa encontra-se inserida na área de processos educativos, linguagens e tecnologias. Nesse contexto, aborda a análise acerca do enfoque multimodal presente ou não nos livros didáticos aprovados pelo MEC por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2021. O objetivo central do estudo é discutir a importância da multimodalidade no ensino-aprendizagem de LI na configuração do Novo Ensino Médio, mapear a existência ou não da multimodalidade nas obras específicas selecionadas pelo PNLD e averiguar a qualidade dessa abordagem. Como objetos de pesquisa, são selecionadas duas obras: *Anytime*, de Amadeu Marques e Ana Carolina Cardoso (2020) e *Moderna Plus*, de Ricardo Almeida (2020). Para tanto, recorre-se à pesquisa bibliográfica centradas em referências de Paiva (2018), Morais (2020), Kress e Leeuwen (2001), Hashimoto (2020) e Arnt (2018). Este estudo tem como principal proposta de investigação, portanto, a análise de livros didáticos, com foco em seu alinhamento com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na utilização de recursos multimídia. Especificamente, buscar-se-á avaliar a adequação dos livros às competências e habilidades propostas pela BNCC na área de Linguagens, identificar a presença e a qualidade dos recursos multimídia, investigar a relação entre a multimodalidade e o desenvolvimento das quatro habilidades linguísticas (leitura, escrita, oralidade e escuta), analisar como os recursos multimodais contribuem para o desenvolvimento de habilidades do século XXI e, por fim, propor um modelo de análise que possa servir como referência para futuras pesquisas sobre o tema. O desenvolvimento da pesquisa tem mostrado que o professor precisa (re)conhecer a multimodalidade, saber selecionar materiais didáticos ofertados e, também, desenvolver a habilidade de criar suas próprias sequências didáticas ancoradas nos preceitos da multimodalidade.

Palavras-chave: Multimodalidade. Livro didático. Língua inglesa. PNLD.

¹⁰² Doutoranda em Educação do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil. Professora efetiva de Língua Inglesa – SEDUC MT. E-mail: carolina.ribamar@gmail.com.

¹⁰³ Doutora em Letras - Área de Concentração em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em Letras - área de Concentração em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Graduada em Letras - Licenciatura Plena/Habilitação Português e Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Maria. luana@uri.edu.br

A EXPERIÊNCIA DOCENTE EM LETRAS E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO LEITORA PERMANENTE

Elisângela Bertolotti¹⁰⁴
Ana Paula Teixeira Porto¹⁰⁵

Grupo de Trabalho (GT): Formação do docente de Letras e suas interconexões com demandas profissionais, sociais, tecnológicas e culturais

Resumo

A formação leitora é processo fundamental que se baseia no desenvolvimento contínuo da prática de leitura, essencial para o exercício da docência em Letras. A leitura não apenas enriquece o repertório cultural, mas também aprimora habilidades pedagógicas e permite que o professor atue como ferramenta mediadora entre o aluno e o texto literário, tendo em vista que, segundo Soares (2013, p. 55), "o professor que é um leitor ativo possui maior capacidade de promover uma leitura crítica e reflexiva em seus alunos." Diante disso, este trabalho tem a intenção de abordar sobre a experiência docente e letras, diante de reflexões acerca da formação do professor leitor e da importância da efetivação de práticas de leitura em sala de aula, como instrumentos de incentivo à diálogos e interconexões interpretativas. Para tal proposição, utilizar-se-ão, além da apresentação de relato, considerações dos autores Lajolo (1986), Candido (1988), Zilberman (2009), Santaella (2004), TERUYA (2006), entre outros. A formação do professor não é apenas acadêmica, mas também prática e contínua. O contato com os textos permite o desenvolvimento de práticas eficazes de ensino, as quais podem adaptadas às necessidades sociais e humanas. Logo, a formação do docente leitor deve ser compreendida como um processo que integra o hábito da leitura ao desenvolvimento profissional.

Palavras-chave: prática de leitura, docente em letras, formação leitora.

¹⁰⁴ Doutora em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/FW. Email: elisangelabertolotti@gmail.com.

¹⁰⁵ Doutora e mestre em Letras. Professora dos Programas de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/FW. E-mail: anapaula@uri.edu.br.

FORMAÇÃO DE LEITORES NAS CIDADES EDUCADORAS

Frederico Cutty Teixeira¹⁰⁶

Luana Teixeira Porto¹⁰⁷

Grupo de Trabalho (GT): Formação do docente de Letras e suas interconexões com demandas profissionais, sociais, tecnológicas e culturais

Resumo

Esta pesquisa busca examinar a realidade da leitura em municípios brasileiros que adotaram a Carta das Cidades Educadoras, focando nas ações de incentivo à leitura, nos desafios enfrentados e nas perspectivas para fortalecer comunidades leitoras. O estudo analisa políticas públicas e programas destinados à promoção da leitura implantados por municípios aderentes ao Programa, avaliando seus impactos e identificando iniciativas passíveis de replicação em outras localidades. A metodologia deste trabalho combina pesquisa bibliográfica e documental com uma abordagem qualitativa. A amostra consiste em municípios selecionados regionalmente, com base em dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca das taxas de analfabetismo, garantindo representatividade das diversas realidades regionais do Brasil. Apesar da existência de diversas políticas públicas voltadas à formação de leitores e a cultura do livro, ainda existem desafios consideráveis na implementação dessas ações, especialmente em regiões brasileiras com elevados índices de analfabetismo. A pesquisa considera que, para fortalecer as ações de incentivo à leitura nas Cidades Educadoras, podem ser necessárias estratégias complementares, como o aumento de parcerias entre escolas, bibliotecas públicas e instituições culturais que busquem através da formação contínua de mediadores de leitura, que busque também incluir o uso de tecnologias digitais para tornar a leitura mais acessível e atrativa. Tais medidas são essenciais para proporcionar a criação do hábito de leitura em pessoas de todas as idades, tornando assim as cidades mais inclusivas através de programações de eventos literários, contribuindo para o desenvolvimento integral dos cidadãos e para a concretização dos princípios da Carta das Cidades Educadoras.

Palavras-chave: Cidades Educadoras. Políticas Públicas. Incentivo à Leitura. Educação.

¹⁰⁶ Graduado em Biblioteconomia pela UFSC. Bibliotecário-Documentalista do Instituto Federal Farroupilha Campus Frederico Westphalen. E-mail: frederico.cutty@iffarroupilha.edu.br.

¹⁰⁷ Doutora em Letras. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado em Educação da URI. E-mail: luana@uri.edu.br

INTERSECÇÕES NECESSÁRIAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NOS PAÍSES LUSÓFONOS

Jacinta Lúcia Rizzi Marcom¹⁰⁸
Ana Paula Teixeira Porto¹⁰⁹

Grupo de Trabalho (GT): Formação do docente de Letras e suas interconexões com demandas profissionais, sociais, tecnológicas e culturais

Resumo

Sabe-se que a tecnologia digital tem impactado significativamente o modo de vida das pessoas, gerando debates fundamentais no contexto educacional. Na lusofonia, tal questão também requer pesquisas que evidenciem a promoção de uma educação de qualidade e da valorização da cultura dos povos que falam a língua portuguesa. Nessa seara, um aspecto relevante é a formação inicial de professores, notadamente no que diz respeito à inserção das tecnologias digitais. As divergências presentes nas publicações de diversos pensadores contemporâneos que discutem a temática têm levantado questionamentos sobre a maneira adequada de incorporar as novas tendências aos processos de formação acadêmica desses profissionais. Diante dessas provocações, este estudo exploratório, de natureza qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica, busca identificar e analisar os principais elementos que devem fazer parte de uma proposta de formação docente que contemple as tecnologias digitais e esteja alinhada às demandas atuais dos países que tem o português como primeira língua. Os resultados destacam 1) a urgência de uma política pública que promova o acesso equitativo de todos os futuros professores às tecnologias digitais; 2) a necessidade de adequação dos currículos nos cursos de formação de professores, visando, o desenvolvimento das competências fundamentais para a utilização das tecnologias digitais no ambiente educacional. Destaca-se que esse aprimoramento deve ser conduzido de maneira imersiva, que em outras palavras implica experienciar essa inserção na prática pedagógica, estabelecendo conexões entre suas aplicações e os processos que ocorrem no ambiente escolar; 3) a reestruturação curricular precisa contemplar a interculturalidade e a diversidade de conhecimentos, ou seja, uma formação de professores adequada para as diversas realidades da lusofonia; 4) o investimento e a valorização na internacionalização de conhecimentos, colaborações, parcerias e boas práticas para resolução de situações que sejam similares nos contextos. A pertinência desse enfoque está em reconhecer a importância do conhecimento gerado em todos os países, sem permitir que qualquer sabedoria sobreponha a realidade vivenciada por cada um. Nesse elemento acrescenta-se a possibilidade, por exemplo, de brasileiros lerem autores africanos e vice-versa, bem como professores de Angola ensinarem em cursos brasileiros uma vez que essa troca de experiências enriquece o processo formativo, favorecendo uma apropriação de diferentes realidades da lusofonia. Em resumo, uma formação que integre as tecnologias, valorize a diversidade e o intercâmbio de práticas educacionais, emerge como um caminho promissor capaz de fortalecer a educação na lusofonia. Entretanto, percebe-se que apesar do anseio pela evolução dos currículos dos cursos de formação docente e a inserção das tecnologias digitais ainda são muitos os desafios. Há a necessidade de criar políticas públicas, vontade política de valorizar a docência e o desejo dos professores em se engajarem nesses objetivos. Essas iniciativas, alinhadas às agendas e demandas desse novo contexto, não devem ser encaradas como soluções salvadoras, mas podem contribuir para a construção colaborativa de um novo jeito de fazer educação. O estudo continua, pois há diversas variáveis a ser exploradas. Sugerimos investigar e produzir conhecimentos sobre as diretrizes para a construção de uma base curricular internacional para a lusofonia, incluindo a participação de stakeholders.

Palavras-Chave: Formação de professores. Tecnologias digitais. Educação na lusofonia.

¹⁰⁸ Doutoranda em Educação. Pedagoga. jacinta.marcom@ifsc.edu.br.

¹⁰⁹ Doutora em Letras. Professora. anapaulateixeiraporto@gmail.com.

ESCRITA E MUNDO DIGITAL: COMO A INTELIGENCIA ARTIFICIAL CONTRIBUI NA ESCRITURA ACADÊMICA

Jaqueline Weiler Brock¹¹⁰

Luana Teixeira Porto¹¹¹

Grupo de Trabalho (GT): Formação do docente de Letras e suas interconexões com demandas profissionais, sociais, tecnológicas e culturais

Resumo

O ambiente acadêmico está vivenciando novos tempos com oportunidades e desafios que emergem do desenvolvimento tecnológico, em especial da inteligência artificial (IA). O ChatGPT, tecnologia de inteligência artificial desenvolvida pela OpenAI BASEADA EM UMA REDE NEURAL CHAMADA gpt-3 (Generative Pretrained Transformer 3) ganhou os noticiários internacionais devido ao impacto esperado na elaboração de textos acadêmicos/ científicos. O ChatGPT é treinado para lidar com milhões de textos da internet que permite a geração de textos de forma autônoma, com uma grande variedade de tópicos e estilos. É projetado para ser usado em vários aplicativos, incluindo assistentes virtuais, geradores de conteúdo, e-mails automatizados, entre outros. Ele pode ser usado para responder perguntas, escrever artigos e outros tipos de conteúdo. O objetivo é com os pesquisadores e estudantes que esses sejam éticos e possam refletir com os tópicos A inteligência artificial (IA) tem o potencial de melhorar significativamente a escrita acadêmica, mas também pode levantar questões éticas importantes. De natureza bibliográfica, a pesquisa está amparada no estudo da escrita do mundo digital e na escrita acadêmica com base nos autores FARIAS, Salomão sobre a obra Inteligencia Artificial na construção de Textos Científicos e SAMPLE, Ian. Revistas científicas proibem listagem de ChatGPT. Por um lado, a IA pode ser usada para ajudar os acadêmicos a pesquisar e escrever artigos, dissertações e teses. A inteligência artificial, como o ChatGPT, pode oferecer várias oportunidades para a escrita acadêmica. Mas, vale lembrar que a IA não substitui a escrita acadêmica humana. O acadêmico ainda é responsável pela veracidade dos dados e pela originalidade do conteúdo. Além disso, é importante garantir que o uso de IA seja ético e responsável, evitando a manipulação de dados ou a geração de conteúdo falso.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Mundo Digital. Escrita Acadêmica.

¹¹⁰ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), câmpus de Frederico Westphalen-RS, Brasil, Mestre em Educação pela Unoesc, professora da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina. professorajjaque@gmail.com.

¹¹¹ Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-graduação – Mestrado e Doutorado em Educação da URI, E-mail: luana@gmail.com.

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA: DESAFIOS PARA INCLUSÃO DIGITAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Leandro Pinto de Oliveira Júnior¹¹²

Luana Teixeira Porto¹¹³

Grupo de Trabalho (GT): Formação do docente de Letras e suas interconexões com demandas profissionais, sociais, tecnológicas e culturais

Resumo

A inserção das tecnologias na educação está tornando cada vez mais comum e traz uma série de benefícios e também de desafios no processo de ensino aprendizagem. O ensinar com tecnologia rompe as práticas tradicionais mantidas pelos professores ao sistema educacional, favorecendo a participação ativa dos alunos em atividades escolares, para o ensino-aprendizagem. O uso dessas práticas garante aos estudantes uma aprendizagem interativa e personalizada, pois inúmeros são os recursos como: livros digitais, vídeos educativos, jogos digitais, entre outros. Muitos desses recursos fazem partes do cotidiano dos estudantes e isso pode transformar a aprendizagem mais eficientes e inclusiva se for adaptada as necessidades dos estudantes. Nesse sentido, este estudo discute os desafios para a inclusão digital no ambiente escolar, considerando a formação docente e também a ambiência tecnológica necessária para que essa realidade esteja presente nos ambientes das escolas públicas brasileiras. Essa reflexão se faz necessária uma vez que a inclusão digital desempenha um papel central na educação e na sociedade e sua inserção na sala de aula apresenta alguns desafios que devem ser analisados. A capacitação dos professores sobre o uso das ferramentas digitais é exemplo de um desafio que deve ser superado. Muitos ainda enfrentam dificuldades para se adaptar ao uso de novas ferramentas e metodologias. Outros desafios também devem ser considerados como relevantes, como a desigualdade de acesso as tecnologias, pois muitos estudantes ainda não possuem acesso a esse recurso e também a qualidade dos conteúdos disponíveis. Nem todo o conteúdo disponível através de tecnologias é de alta qualidade ou apropriado para o ambiente educacional.

Palavras-chave: Educação, tecnologias e atuação docente.

¹¹² Graduado em Geografia pela UFMT. Professor da rede estadual de ensino do Estado de Mato Grosso. E-mail: a110227@uri.edu.br

¹¹³ Doutora em Letras. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado em Educação da URI. E-mail: luana@uri.edu.br

A MAGIA DO CINEMA NA SALA DE AULA: EXPLORANDO O POTENCIAL INTERDISCIPLINAR E A ANÁLISE CRÍTICA COMO RECURSO EDUCACIONAL

Ricardo Luiz de Moura¹¹⁴

Láisa Veroneze Bisol¹¹⁵

Grupo de Trabalho (GT): Formação do docente de Letras e suas interconexões com demandas profissionais, sociais, tecnológicas e culturais

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo explorar o potencial do cinema como recurso educacional na sala de aula, analisando suas contribuições e possibilidades em diferentes disciplinas. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica de obras e estudos relevantes sobre o tema. Na contextualização, é abordada a importância do cinema como uma ferramenta pedagógica que permite uma abordagem diferenciada e estimulante no processo de ensino e aprendizagem. São destacados aspectos como a conexão direta com os alunos, a imersão audiovisual e a capacidade de promover o pensamento crítico e a reflexão. O objetivo da pesquisa consiste em compreender como o cinema pode ser utilizado de forma efetiva na sala de aula, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos. Através da análise crítica e interpretação dos filmes, do potencial interdisciplinar, das recomendações práticas e da influência da mídia na sociedade, busca-se oferecer uma visão abrangente do tema. A metodologia adotada neste trabalho envolveu a revisão bibliográfica de obras de renomados autores, bem como a consulta a referências acadêmicas que abordam a relação entre cinema e educação. A análise crítica dos textos permitiu a construção de uma fundamentação teórica sólida e embasada. Como principais resultados encontrados, destaca-se a relevância do cinema como recurso Educacional, capaz de estimular o interesse, o engajamento e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais nos alunos. Além disso, foi observado o potencial interdisciplinar do cinema, permitindo a conexão entre diferentes áreas do conhecimento e uma abordagem contextualizada dos conteúdos curriculares. Diante desses resultados, convidamos o leitor a aprofundar-se nos demais itens do trabalho, explorando a análise crítica e interpretação dos filmes, os exemplos práticos e recomendações para o uso do cinema em diferentes disciplinas, além das Considerações finais que consolidam as principais contribuições do trabalho. Esperamos que este resumo desperte o interesse do leitor e o motive a mergulhar nos detalhes e reflexões proporcionados ao longo do trabalho, visando ampliar o conhecimento sobre o uso do cinema como uma ferramenta enriquecedora no contexto educacional.

Palavras-chave: Cinema; Recurso educacional; Sala de aula; Interdisciplinaridade; Análise crítica.

¹¹⁴ Formado em Letras pela Universidade de Cuiabá (UNIC); Mestre em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Email: ricardo.moura3108@gmail.com.

¹¹⁵ Doutora em Letras – Estudos literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutora em Comunicação e Informação Contemporânea pela Universidade de Santiago de Compostela (USC-ES); Mestre em Letras – Literatura Comparada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFSM. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) da URI – campus de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7153-1085>. E-mail: laisabisol1@gmail.com.

INTERDISCIPLINAR E A ANÁLISE CRÍTICA COMO RECURSO EDUCACIONAL

Ricardo Luiz de Moura¹¹⁶

Laísa Veroneze Bisol¹¹⁷

Grupo de Trabalho (GT): Formação do docente de Letras e suas interconexões com demandas profissionais, sociais, tecnológicas e culturais

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo explorar o potencial do cinema como recurso educacional na sala de aula, analisando suas contribuições e possibilidades em diferentes disciplinas. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica de obras e estudos relevantes sobre o tema. Na contextualização, é abordada a importância do cinema como uma ferramenta pedagógica que permite uma abordagem diferenciada e estimulante no processo de ensino e aprendizagem. São destacados aspectos como a conexão direta com os alunos, a imersão audiovisual e a capacidade de promover o pensamento crítico e a reflexão. O objetivo da pesquisa consiste em compreender como o cinema pode ser utilizado de forma efetiva na sala de aula, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos. Através da análise crítica e interpretação dos filmes, do potencial interdisciplinar, das recomendações práticas e da influência da mídia na sociedade, busca-se oferecer uma visão abrangente do tema. A metodologia adotada neste trabalho envolveu a revisão bibliográfica de obras de renomados autores, bem como a consulta a referências acadêmicas que abordam a relação entre cinema e educação. A análise crítica dos textos permitiu a construção de uma fundamentação teórica sólida e embasada. Como principais resultados encontrados, destaca-se a relevância do cinema como recurso Educacional, capaz de estimular o interesse, o engajamento e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais nos alunos. Além disso, foi observado o potencial interdisciplinar do cinema, permitindo a conexão entre diferentes áreas do conhecimento e uma abordagem contextualizada dos conteúdos curriculares. Diante desses resultados, convidamos o leitor a aprofundar-se nos demais itens do trabalho, explorando a análise crítica e interpretação dos filmes, os exemplos práticos e recomendações para o uso do cinema em diferentes disciplinas, além das Considerações finais que consolidam as principais contribuições do trabalho. Esperamos que este resumo desperte o interesse do leitor e o motive a mergulhar nos detalhes e reflexões proporcionados ao longo do trabalho, visando ampliar o conhecimento sobre o uso do cinema como uma ferramenta enriquecedora no contexto educacional.

Palavras-chave: Cinema; Recurso educacional; Sala de aula; Interdisciplinaridade; Análise crítica.

¹¹⁶ Formado em Letras pela Universidade de Cuiabá (UNIC); Mestre em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Email: ricardo.moura3108@gmail.com.

¹¹⁷ Doutora em Letras – Estudos literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutora em Comunicação e Informação Contemporânea pela Universidade de Santiago de Compostela (USC-ES); Mestre em Letras – Literatura Comparada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFSM. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) da URI – campus de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7153-1085>. E-mail: laisabisol1@gmail.com.

GRUPO DE TRABALHO (GT)

LA INTERNACIONALIZACIÓN DE LA
EDUCACIÓN SUPERIOR EN AMÉRICA
LATINA: DEBATES TEÓRICOS,
METODOLÓGICOS, POLÍTICOS Y
EDUCACIONALES

POLÍTICAS E ABORDAGENS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO COMPARADO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Jaílson Bonatti¹¹⁸
Silvia Regina Canan¹¹⁹
Pablo Daniel García¹²⁰

Grupo de Trabalho (GT): La internacionalización de la educación superior en América Latina: debates teóricos, metodológicos, políticos y educacionales

Resumo

A Internacionalização da Educação Superior inclui processos, práticas e políticas voltadas para o desenvolvimento da cooperação e a formação de redes de pesquisa interinstitucionais em contextos transnacionais na sociedade globalizada. Com a finalidade de promover um ambiente plural de relações intelectuais, científicas e produtivas, incentiva o aprimoramento da pesquisa, do ensino e da extensão, além de garantir a inserção efetiva das universidades no espaço social contemporâneo. No contexto latino-americano, essa abordagem vai além das concepções tradicionais e busca promover a integração regional solidária na perspectiva da emancipação social e política. Esta pesquisa tem como objetivo compreender o desenvolvimento e os conceitos envolvidos nas políticas e abordagens de internacionalização no contexto interinstitucional de duas universidades no Brasil e na Argentina a partir da década de 1990. Trata-se de uma pesquisa básica, com uma base filosófica na teoria crítica, especificamente na vertente Materialista Histórica. A abordagem é qualitativa e utiliza o método de Estudo de Caso Comparado para analisar material documental e bibliográfico. A compreensão da teoria crítica, particularmente, com a utilização do método de estudo de caso comparado tem permitido uma análise coerente das abordagens e políticas de internacionalização em contextos transnacionais. Neste estudo foi possível constatar que a internacionalização proporciona ambientes plurais de relações intelectuais e científicas, sobretudo, com foco na inclusão de diferentes perspectivas e metodologias. Por este motivo, a internacionalização desempenha um papel importante na promoção da integração regional na América Latina, visto que, as universidades dessa região têm adotado práticas e conceitos adequados às realidades de cada espaço geopolítico, inclusive sustentadas em legislações nacionais e acordos multi e bilaterais com outros espaços de educação superior. A partir disso, conclui-se que as potencialidades de abordagens e políticas têm possibilitado que a internacionalização incorpore as dimensões de solidariedade regional e emancipação social no desenvolvimento das universidades e comunidades a elas atreladas.

Palavras-chave: Educação Superior. Internacionalização. Integração Regional. América Latina.

¹¹⁸ Doutorando em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Bolsista integral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). jailson.1bio@gmail.com.

¹¹⁹ Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora Permanente do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação (PPGEDU/URI). silvia@uri.edu.br.

¹²⁰ Doctor en Educación, Profesor-Investigador en la Universidad Nacional de Tres de Febrero. Investigador de carrera en el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). pgarcia@untref.edu.ar

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CRES 2018 E NA CMES 2022

Diego Palmeira Rodrigues¹²¹

Lourdes Evangelina Zilberberg Oviedo¹²²

Marilia Costa Morosini¹²³

Grupo de Trabalho (GT): La internacionalización de la educación superior en América Latina: debates teóricos, metodológicos, políticos y educacionales

Resumo

O objetivo do presente trabalho é analisar o sentido e abrangência do conceito de internacionalização na Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e do Caribe, realizada em Córdoba, (CRES 2018) e na Conferência Mundial de Educação Superior (CMES 2022), de Barcelona. Como percurso metodológico adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental da declaração da CRES 2018, na ausência de uma declaração final na CMES 2022, optamos por analisar o documento: "Más allá de los límites. Nuevas Formas de Reinventar la Educación Superior". Entre as principais descobertas da pesquisa, destaca-se o fato de que na CRES reafirma-se a visão da educação superior como bem público direito de todos e responsabilidade do Estado e uma internacionalização humanista e solidária, que deve contribuir para uma melhor compreensão entre as culturas e as nações. Já no caso dos documentos analisados no marco da CMES, também se reafirma o princípio de Educação Superior como bem público e direito de todos. Porém, destaca-se a necessidade de reinventá-la de forma que possam ser atingidos os objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), no contexto da Agenda Mundial 2030. No que diz respeito à internacionalização, o destaque vai para o conceito de cooperação internacional por meio de redes que permitam criar um ecossistema global baseado nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ONU, 2015). Embora ambas as conferências representem o pensamento de um mesmo organismo internacional, as conferências, CRES 2018 e CMES 2022 refletem o tempo histórico e o território que abrangem e fundamentam suas proposições.

Palavras-chave: Internacionalização. Educação Superior. Integração Solidária., Conferência Mundial de Educação Superior. Conferência Regional de Educação Superior.

¹²¹ Doutor em Educação pela UNOESC. Técnico em Assuntos Educacionais da UFFS. diego@uffs.edu.br.

¹²² Doutora em Política e Gestão da Educação Superior pela UNTreF. Diretora de Internacionalização da FAAP. rel.internacional@faap.br.

¹²³ Doutora em Educação pela UFRGS. Professora Titular da PUCRS. marilia.morosini@puccrs.br.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA NO BRASIL DE 2020 A 2023: PRIMEIRAS (DES)APROXIMAÇÕES

Maria de Lourdes Pinto de Almeida¹²⁴

Estefani Baptistella¹²⁵

Ketlin Elís Perske¹²⁶

Grupo de Trabalho (GT): La internacionalización de la educación superior en América Latina: debates teóricos, metodológicos, políticos y educacionales

Resumo

Este projeto faz parte de uma investigação macro que teve como mentora a coordenadora do Grupo Internacional de Estudos e Pesquisas de Educação Superior, GIEPES, sediado na Unicamp, Profa Dra Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira. Esta pesquisa surge em julho de 2017 e está na 3ª etapa de desenvolvimento. Vale a pena ressaltar que a UFSM teve, desde o início, participação neste projeto de escopo internacional, com um grupo de 09 países: Argentina, Brasil (UPF, Unicamp, UFSM, Unoesc, Furb, URI, UFMS), Uruguai (IUSUR, UdeLar), Venezuela (Universidad del Zulia), México (Universidad de Colima), Portugal (Aveiro), Espanha (Universidad de Granada), Chile (PUCValparaíso) e Colombia (Universidad Nacional Pedagógica). Esta terceira etapa de desenvolvimento tem como objetivo analisar as políticas, os processos e as estratégias de ação organizadas e/ou desenvolvidas pelas Universidades envolvidas no recorte temporal de 2020 a 2023. Neste projeto, tentáculo do macro, o objetivo será investigar esta problemática na Universidade Federal de Santa Maria. Se faz mister destacar que as políticas e os processos de internacionalização sofreram mudanças drásticas em todas as Instituições de Educação Superior do mundo por conta da pandemia trazida pelo vírus COVID 19 no início de 2020. Os procedimentos metodológicos pretendem identificar um “novo” panorama acadêmico da UFSM neste foco da internacionalização no quesito da mobilidade acadêmica, trazendo um mapeamento das políticas, ações e estratégias pretendidas e efetivadas neste recorte temporal delimitado. O método utilizado na análise do material coletado será o dialético tendo as categorias contradição e totalidade como base da metodologia histórico-crítica. A pesquisa será bibliográfica com análise documental. O instrumento de coleta de dados utilizado segue o modelo do projeto macro, cuja base foi elaborada pela coordenadora do GIEPES, e na sequência, democraticamente debatido e finalizado pelos pesquisadores envolvidos na investigação. Estudar este tema atual e polêmico é de extrema importância para a Educação Superior haja vista que tivemos inúmeras mudanças nos planejamentos elaborados pelas universidades devido à expansão do vírus COVID 19 neste período denominado de pandêmico. A internacionalização *in home* já faz parte de uma realidade nas Instituições de Ensino Superior (IES) e frequentemente dissemina-se o discurso de que a pandemia do COVID 19 modificou o cenário de busca pelo conhecimento científico nesta relação do local / global, (e vice versa). Vale a pena ressaltar que, não devemos ser ingênuos e irresponsáveis em considerar a internacionalização como algo estritamente positivo, afinal ela envolve grande responsabilidade social e pedagógica. Esta é uma questão importante que também será discutida neste projeto de investigação pois com a pandemia, este cenário tende a sofrer alterações significativas, principalmente com relação a mobilidade acadêmica, considerada pela maioria das instituições como sendo o *carro-chefe* da internacionalização.

Palavras-chave: Internacionalização da educação superior. Mobilidade acadêmica. Políticas e processos de internacionalização. Internacionalização na universidade federal.

¹²⁴ Doutora em Filosofia, História e Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: malu04@gmail.com.

¹²⁵ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Professora da rede pública do município de Itaara/RS. E-mail: estefanibaptistella@gmail.com

¹²⁶ Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Servidora técnica-administrativa em educação na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: ketlin.perske@ufsm.br.

INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: DEMOCRATIZAÇÃO E MULTICULTURALIDADE

Patricia Viera-Duarte¹²⁷

Grupo de Trabalho (GT): La internacionalización de la educación superior en América Latina: debates teóricos, metodológicos, políticos y educacionales

Resumo

Com os estudos atuais sobre migrações e migrantes, emergem novas hipóteses: “o fenômeno migratório estaria revelando um antigo problema de negação da diversidade cultural em países nos quais a população tinha uma auto percepção de homogeneidade”. Assim, com a novas migrações fica em evidencia a coexistência de diferentes culturas num mesmo país. Chama a atenção as respostas rápidas a essas diferenças quando estão associadas às migrações e aos migrantes enquanto nas cidades fronteiriças as culturas nativas locais foram historicamente invisibilizadas pelos tomadores de decisão em matéria de políticas públicas. Nesta palestra apresenta-se um novo contexto de democratização universitária no Uruguai com a concreção dos Centros Universitários Regionais (CENUR) na Udelar e dos Institutos Regionais (ITR) da UTEC. Observa-se que grande parte destas novas regiões no interior deste país fazem fronteira com o Brasil ou com a Argentina. No caso da fronteira do Uruguai com o Brasil, há algumas coincidências temporais desde 2005, como a criação de novas universidades federais no Brasil: novos campi na fronteira com o Uruguai, criação de um Pólo de Ensino Superior em Rivera (Uy) e a Comitê Binacional de Ensino Superior (política local de fronteira Uy/Br). A partir destas experiencias surge a hipótese e que a visibilidade do fenômeno migratório pareceria motivar aos tomadores de decisão a abandonarem a lógica nacional (currículo único) e empreenderem novas políticas públicas em território com uma abordagem multicultural e interinstitucional que permeie as salas de aula universitárias e a possibilidade de internacionalização do currículo em novos formatos. Esta hipótese é apoiada pelo referencial teórico de Knight (2008, p. 23) que traz o conceito de Internacionalização do currículo (IeC) e descreve uma abordagem mais ampla (às dimensões tradicionais da Internacionalização (Knight; de Wit, H., 1995) em que as alianças com grupos culturais e étnicos locais são essenciais Segundo Knight, a internacionalização do currículo é um dos aspectos que constituem a Internacionalização do currículo (IeC), mas acrescenta “uma diversidade de atividades” e alianças culturais concretas e processos de ensino/aprendizagem específicos. Com o objetivo de sistematização desses processos locais/internacionais e para explorar as experiências utilizaram-se, como técnicas de coleta de dados- (i) exploração documental, (ii) entrevistas em profundidade e (iii) grupos focais. Como resultados parciais pode-se afirmar que a descentralização da oferta universitária no Uruguai foi uma conquista e ao mesmo tempo é também um novo desafio para uma verdadeira democratização que deve ser observado juntamente com novos formatos de internacionalização para garantir a qualidade do processo. As fronteiras são lócus de experimentação de novos formatos de internacionalização do currículo e de internacionalização ad home conforme a re- conceitualização feita por Jeane Knight (2005; 2008). Sugere-se aprofundar as experiencias de internacionalização do currículo na modalidade ad home nas sedes universitárias fronteiriças.

Palavras-chave: Internacionalização universitária. Democratização. Multiculturalidade.

¹²⁷ Doutora em Educação. Pesquisadora no Centro de Estudos sobre Políticas Educativas (CEPE) no Centro Universitario Regional (CENUR) Noreste de Udelar. Directora del Campus Rivera de la Universidad de la República de Uruguay.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INTERNACIONALIZAÇÃO EM UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

Silmara Terezinha Freitas¹²⁸

Maria de Lourdes Pinto de Almeida¹²⁹

Grupo de Trabalho (GT): La internacionalización de la educación superior en América
Latina: debates teóricos, metodológicos, políticos y educacionales

Resumo

Este estudo tem como foco o desenvolvimento da internacionalização na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), uma universidade comunitária situada no interior catarinense. Em um cenário marcado por um forte apelo à internacionalização, segundo padrões promovidos por organismos internacionais e adotados pelo Estado brasileiro, a pesquisa busca compreender as razões e impactos desse processo dentro da Unoesc. O objetivo do estudo é analisar como a internacionalização se desenvolve na Unoesc, considerando seu contexto histórico e institucional, bem como sua inserção no cenário educacional mais amplo. A pesquisa procura identificar as contradições e características específicas desse processo em uma universidade comunitária, além de avaliar os desafios e avanços na busca por reconhecimento nacional e internacional. A metodologia adotada no estudo é o método dialético, que combina pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem histórico-crítica foi utilizada, com ênfase nas categorias analíticas de historicidade, totalidade e hegemonia. Esse enfoque permitiu compreender o desenvolvimento histórico da Unoesc e a internacionalização no contexto das transformações sociais mais amplas. Os resultados da pesquisa indicam que a internacionalização na Unoesc é um processo dinâmico e contemporâneo. Esse processo é evidenciado tanto no discurso presente nos documentos institucionais da universidade quanto na elaboração do Plano de Internacionalização, que abrange os cursos de graduação e os programas de pós-graduação *stricto sensu*. A internacionalização na Unoesc visa superar barreiras regionais e conquistar reconhecimento no cenário educacional, tanto nacional quanto internacional. A pesquisa conclui que a internacionalização na Unoesc, embora dinâmica e bem estruturada, enfrenta desafios típicos de instituições comunitárias situadas em regiões menos centralizadas. No entanto, o estudo oferece contribuições importantes para o desenvolvimento contínuo desse processo, especialmente no contexto da Unoesc. Além disso, promove um diálogo crítico entre pesquisadores e universidades sobre a internacionalização, destacando a necessidade de entender esse fenômeno além de um simples processo de relações internacionais mediadas pela globalização, capitalismo e intervenções neoliberais.

Palavras-chave: Políticas de Educação Superior. Internacionalização da Educação Superior. Universidades Comunitárias.

¹²⁸ Mestre em Educação. Horus Faculdades. silmara.fisica@gmail.com.

¹²⁹ Doutora em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. malu04@gmail.com

MOBILIDADE DOCENTE NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA UFMS

Silvia Helena Andrade de Brito¹³⁰

Margarita Victoria Rodríguez¹³¹

Grupo de Trabalho (GT): La internacionalización de la educación superior en América Latina: debates teóricos, metodológicos, políticos y educacionales

Resumo

A internacionalização da educação superior, um dos elementos fundamentais da atuação das universidades no século XXI, é o ponto de partida para as reflexões apresentadas nesta comunicação, que tem como objeto a mobilidade internacional docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em especial focando-a nas duas primeiras décadas do século XXI. Nosso objetivo é analisar como se desenvolveu este processo, e seu impacto sobre a pesquisa/formação em curso na instituição. Para tal, foram consideradas tanto as iniciativas documentadas pela Agência de Internacionalização e Inovação (iniciativas individuais e/ou coletivas, inclusive da pós-graduação); como aquelas relativas à programas como o CapesPrint. Os dados mostram o crescimento do quantitativo de professores saindo da UFMS, principalmente entre 2014 e 2019, antes da pandemia de Covid, com a retomada gradativa deste processo a partir de 2023. Neste mesmo período, também houve aumento no número de professores estrangeiros na UFMS, sobretudo para missões de trabalho e pesquisa. Particularmente em relação ao CapesPrint, 12 docentes realizaram/realizam missões de trabalho entre 2022 e 2024. Em termos de conclusões, o processo de internacionalização na UFMS ainda é muito mais visível quando se trata da mobilidade discente, em relação à mobilidade docente. Outra questão é que há mais professores da UFMS se dirigindo ao exterior – seja para capacitação como para missão de estudo/pesquisa – do que com professores do exterior vindo se estabelecer na UFMS. Um dos projetos que alcançou esta meta foi, certamente, o CapesPrint, dada a condição de financiamento para a permanência de professores estrangeiros no país.

Palavras-chave: Internacionalização da educação superior. UFMS. Mobilidade internacional docente.

¹³⁰ Doutora em Educação. Pesquisadora Voluntária do PPGEdu/UFMS/FAED-Campo Grande. E-mail: shelenabrito@gmail.com

¹³¹ Doutora em Educação. Professora Associada IV do PPGEdu/UFMS/FAED-Campo Grande. E-mail: poroyan@uol.com.br

GRUPO DE TRABALHO (GT)

**JUVENTUDES E HORIZONTES POLÍTICOS,
CIENTÍFICOS E HUMANISTAS CENÁRIOS
DO ENSINO MÉDIO, EJA E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL**

CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA À EDUCAÇÃO: TEORIA E CONHECIMENTO

Camila Torzeski Praissler¹³²

Marielena Batista de Souza¹³³

Claudionei Vicente Cassol¹³⁴

Grupo de Trabalho (GT): Juventudes e horizontes políticos, científicos e humanistas
cenários do Ensino Médio, EJA e Educação Profissional

Resumo

Esta proposta de pesquisa aborda compreensões da fenomenologia e contribuições para a educação, no viés da teoria e do conhecimento. Fenomenologia é compreendida como uma corrente filosófica do século XX. Possui raízes profundas que se estendem através do trabalho de Edmund Husserl, considerado o pai da fenomenologia moderna. Husserl desenvolveu uma abordagem rigorosa e sistemática para estudar a experiência consciente, destacando a importância de retornar às coisas mesmas e de suspender julgamentos pré-concebidos (*epoché*) para melhor compreender a essência dos fenômenos. O objetivo geral desta proposta de estudos é compreender as contribuições da fenomenologia para a educação. Para a viabilização do objetivo geral, objetivos particulares que consideram identificar, a partir da revisão de literatura, compreensões referentes à fenomenologia e desenvolver análises na sua relação com a educação, a teoria e o conhecimento, são preocupações que buscam compreender processos educacionais. A reflexão se esforça por explorar a fenomenologia e suas contribuições para a educação, partindo de suas raízes históricas e filosóficas. A fenomenologia de Husserl influenciou consideravelmente a educação. Suas concepções foram aplicadas para explorar e entender as experiências subjetivas de estudantes e professores/as. A abordagem fenomenológica na educação enfatiza a importância de considerar as perspectivas individuais e as experiências vividas por alunos/as, na promoção de possibilidades, alternativas e perspectivas para os processos de ensino e de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação. Fenomenologia. Conhecimento. Teoria.

¹³² Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus de Frederico Westphalen-RS. Especialista em Orientação Educacional. Graduada em Pedagogia. Professora de Educação Básica. E-mail: a105623@uri.edu.br.

¹³³ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus de Frederico Westphalen-RS. Especialista em Educação Infantil. Graduada em Pedagogia. Professora de Educação Básica. E-mail: a105696@uri.edu.br.

¹³⁴ Pós-Doutorando no PPGE Unochapecó - Chapecó-SC. Doutor em Educação nas Ciências – PPGEC – Unijuí (Bolsa PROSUC/CAPES). Professor na URI – Frederico Westphalen-RS e no CEEDO – Cerro Grande-RS. E-mail: cassol@uri.edu.br.

A LIBERDADE DE ESCOLHA DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS: AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO OU LIMITAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO?

Janaina Rossarolla Bando¹³⁵
Daniel Pulcherio Fensterseifer¹³⁶

Grupo de Trabalho (GT): Juventudes e horizontes políticos, científicos e humanistas
cenários do Ensino Médio, EJA e Educação Profissional

Resumo

O presente trabalho é fruto de projeto de tese de doutorado cujo tema é a “A liberdade de escolha dos itinerários formativos: autonomia e emancipação ou limitação ao direito à educação?”. A tese proposta reside na afirmativa de que há um discurso por trás da liberdade de escolha dos alunos acerca dos itinerários formativos. No entanto, esta liberdade mascara uma precoce autonomia e emancipação que influenciam diretamente na determinação de sua carreira profissional. Sob o ponto de vista da *Therapeutic Jurisprudence*, o discurso pode ser de liberdade, mas o efeito pode ser completamente oposto, no sentido de comprometer o sujeito a se limitar naquilo que escolheu (ou lhe foi escolhido) quando não tinha maturidade para fazer esta escolha. Como objetivo geral se busca verificar qual a percepção dos alunos, professores e gestores sobre as mudanças e preparação para escolha dos itinerários formativos no Novo Ensino Médio, o qual se desdobra em três objetivos específicos, sendo: a) identificar quais itinerários formativos foram implementados na escola estudo de caso; b) investigar quais dificuldades/facilidades encontradas pelos alunos, professores e gestores na escolha dos itinerários formativos; e c) compreender os impactos que a mudança no ensino médio causam sobre os alunos, do ponto de vista da *Therapeutic Jurisprudence*. A pesquisa será estudo de caso com objetivos exploratório e descritivo, utilizando-se os procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O universo encontra-se na literatura dos últimos 05 anos, a amostra na análise de documentos referentes a reforma do ensino médio, em específico quanto aos itinerários formativos e o corpus no resultado da pesquisa de campo. O procedimento a ser adotado será o fichamento da revisão bibliográfica e documentação direta, bem coleta de dados através de questionário o qual será aplicado aos alunos, professores e gestores da escola estudo de caso, buscando-se compreender no que a *Therapeutic Jurisprudence* pode contribuir na concepção do protagonismo juvenil no contexto dos itinerários formativos no Novo Ensino Médio. Para tanto, adotar-se-á o método da análise de conteúdo para analisar os dados. Ao final, se espera obter informações suficientes que possibilitem o embasamento para proposição de elementos que possam auxiliar os sistemas de ensino na organização e implementação dos itinerários formativos no currículo do ensino médio.

Palavras-chave: Educação; Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas.

¹³⁵ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). Advogada, docente e coordenadora de curso. E-mail: janaina.bando@hotmail.com

¹³⁶ Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Advogado e docente. E-mail: danielpulcherio@uri.edu.br

EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRESAS: UM ESTUDO DESDE A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NA 4ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Karolainy Guse Martins¹³⁷
Daniel Pulcherio Fensterseifer¹³⁸

Grupo de Trabalho (GT): Juventudes e horizontes políticos, científicos e humanistas
cenários do Ensino Médio, EJA e Educação Profissional

Resumo

Historicamente, o sistema carcerário brasileiro é marcado por questões complexas e desafiadoras, com condições precárias, falta de estrutura e violência intrínseca. Neste sentido, a educação carcerária surge como uma ferramenta essencial para reduzir a reincidência criminal, bem como para promover oportunidades realistas de futuro as pessoas privadas de liberdade no seu retorno ao convívio externo. No entanto, o Brasil não possui uma política nacional consolidada de educação para o sistema penitenciário, sendo um país marcado pelo intenso contraste entre o previsto na teoria e a prática, bem como pela existência de objetivos docentes eventualmente antagônicos aos dos corpos de segurança, sendo a prisão, de acordo com Mayer (2013), antieducativa em si. Diante disso, o presente projeto de pesquisa busca estudar a educação carcerária como o direito previsto na legislação brasileira inerente e inalienável dos indivíduos, sejam eles privados de liberdade ou não. Assim, busca-se um olhar inovador e mais humanizado sobre a educação que reconhece sua importância e necessidade, abordando os estigmas e preconceitos sofridos, a pouca valorização do trabalho docente, e a carência de recursos humanos e materiais. O objetivo geral desta pesquisa é analisar de que forma o Direito à Educação é prestado para as pessoas presas na Quarta Região Penitenciária, correspondente a área de abrangência da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Trata-se de pesquisa qualitativa exploratória - pois busca encontrar ferramentas e processos educacionais carcerários utilizados e utilizáveis em todo Brasil -, e quanto aos meios configura-se como pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A partir da pesquisa espera-se analisar as políticas educacionais carcerárias do estado do Rio Grande do Sul, analisar a educação como fator protetivo da criminalidade, analisar a legislação sobre educação para pessoas presas, bem como fomentar a elaboração de pesquisas multidisciplinares e estimular a pesquisa empírica relacionada ao Direito. Para tanto, foi realizada a coleta de dados, em 06 Estabelecimentos Penais da 4ª Região Penitenciária da SUSEPE, no Rio Grande do Sul, contando com a participação de 02 servidores da SUSEPE e de 2 apenados do regime fechado de cada um dos estabelecimentos, totalizando uma amostra de 24 participantes. A partir da coleta, foi possível verificar quais e como as atividades educacionais são ofertadas nestes estabelecimentos, bem como a perspectiva dos detentos e dos servidores sobre a educação para pessoas presas.

Palavras-chave: Educação. Cárcere. Prisão.

¹³⁷ Graduanda do quarto semestre de Direito na URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Estagiária na Delegacia de Polícia Civil de Frederico Westphalen. a101132@uri.edu.br.

¹³⁸ Doutor e Mestre em ciências criminais. Professor do programa de pós-graduação em educação (mestrado e doutorado) e do curso de Direito da URI – Universidade Regional Integrada do Auto Uruguai e das Missões. danielpulcherio@uri.edu.br.

AS LINGUAGENS E O ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO NO ÂMBITO DA LEITURA E DA ESCRITA

Nair Gonçalves de Souza Barranco
Laísa Veroneze Bisol

Grupo de Trabalho (GT): Juventudes e horizontes políticos, científicos e humanistas
cenários do Ensino Médio, EJA e Educação Profissional

Resumo

A educação passou por grandes transformações ao longo dos anos, e mesmo com muitos avanços em vários aspectos, ainda há inúmeros aspectos a serem analisados e aprimorados no contexto do Ensino Médio brasileiro. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as causas do desinteresse dos estudantes de ensino médio, no âmbito linguagem, especialmente no que concerne à leitura e à escrita, haja vista que, hodiernamente, observa-se uma grande dificuldade na formação de jovens leitores. Nesse sentido, os objetivos específicos deste trabalho perpassam por compreender os possíveis impulsionadores da desmotivação do estudante no que se refere à leitura e à escrita. Ainda em estágio inicial, a investigação se propõe, também, a desenvolver práticas pedagógicas que sejam efetivas para a melhoria na formação de sujeitos nesse âmbito. O percurso metodológico adotado para este estudo inclui a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Assim, a problemática norteadora desta pesquisa envolve o questionamento: de que forma as práticas pedagógicas em linguagem podem amenizar o problema do desinteresse dos estudantes com relação à leitura e a escrita na contemporaneidade? Uma vez que este estudo ainda está em fase inicial, não é possível responder a tal questionamento, no entanto, espera-se que a partir da metodologia proposta, seja possível apresentar soluções para a referida questão ou, ao menos, contornar a situação por meio de práticas inovadoras e novas possibilidades de reflexão neste âmbito.

Palavras-chave: práticas pedagógicas; linguagem; ensino médio; contemporaneidade.

A POLÍTICA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO

Rachel Costa de Azevedo Mello¹³⁹

Jaqueline Moll¹⁴⁰

Grupo de Trabalho (GT): Juventudes e horizontes políticos, científicos e humanistas
cenários do Ensino Médio, EJA e Educação Profissional

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional da rede estadual de ensino de Pernambuco. Realizamos uma análise documental da política de ensino médio que pautou a escolarização em uma escola específica de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, situada na cidade do Recife e realizamos entrevistas em grupo focal com os estudantes de ensino médio, buscando compreender a percepção dos mesmos sobre a referida política, no cotidiano escolar. Concluímos que a política de ensino médio integrado e sua inserção em uma escola pública de tempo integral resolveu problemas da escolarização como o enfrentamento do dualismo, a integração entre os componentes curriculares da formação básica com os da formação profissional e proporcionou a atuação participativa e dialógica entre gestores, professores e estudantes. No entanto, na percepção dos estudantes, a política não resolveu o problema do tempo escolar, uma vez que o tempo integral impôs rotinas exaustivas e limitadas às aulas. A análise empreendida nesta pesquisa, nos informa da importância de análise das políticas, considerando a participação dos estudantes enquanto protagonistas das mesmas. Destacamos que a política de ensino médio integrado implementada na rede estadual de Pernambuco aponta um caminho para a formação da juventude, ao romper com o dualismo e proporcionar aos estudantes a garantia do direito à educação nesta etapa.

Palavras-chave: Ensino médio integrado. Políticas educacionais. Educação integral.

¹³⁹ Doutorado em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE. Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF- Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco. Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: rachel.mello@ufrpe.br

¹⁴⁰ Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Pós-doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Professora titular do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Câmpus de Frederico Westphalen. Frederico Westphalen- RS. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: jaquelinemoll@gmail.com

GRUPO DE TRABALHO (GT)

**AS INFÂNCIAS E A EDUCAÇÃO INFANTIL
EM DEBATE**

NATUREZA E INFÂNCIAS: ENCONTROS POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL MENOR

Alessandra Neiss¹⁴¹
Adilson Cristiano Habowski¹⁴²

Grupo de Trabalho (GT): As infâncias e a Educação Infantil em debate

Resumo

Esse projeto de dissertação tem como temática a natureza, as infâncias e os encontros por uma Educação Ambiental Menor. Pensamos que essa conexão oferece uma outra perspectiva em torno da educação ambiental, com menos prescrições e mais sensível às sutilezas das relações que estabelecemos com a natureza. Possui como objetivo geral, problematizar as vivências com as crianças na natureza a partir de uma Educação Ambiental Menor. Seus objetivos específicos são: (a) experimentar as infâncias e a natureza sob a perspectiva das miudezas e sutilezas de uma Educação Ambiental Menor; e (b) cuidar dos espaços ao redor da escola por meio das oficinas que serão realizadas com as crianças. A pesquisa está situada no campo da Educação Ambiental Menor (Paula Corrêa Henning; Fabiana Aparecida de Carvalho e Leonardo Aparecido de Souza Bergamo); em conexão com interlocutores que assinalam a infância como potência de um devir, a infância enquanto condição de existência (Walter Kohan; Carlos Skliar; Giorgio Agamben). Temos como inspiração o Método Cartográfico de Pesquisa-Intervenção, pois compreendemos que ela pode possibilitar ao pesquisador um devir-criança, um encontro com as crianças, permitindo ouvir suas perspectivas, acompanhar nas suas experiências, suas ações e compreender suas escolhas. Assim, a produção e análise de dados se dará no aspecto processual da relação do pesquisador com as crianças. A escolha dessa metodologia se justifica pela sua abordagem como um percurso, que o pesquisador cartógrafo irá observar, vivenciar, acompanhar e analisar a partir dos rastros que emergirem no percurso das crianças na natureza. Trata-se de um exercício de escuta sensível através da atenção flutuante do pesquisador, uma abordagem mais fluida e menos categorizada para acolher as infâncias. A cartografia opera na experimentação, na experiência, como um exercício de invenção que vai além das ideias de uma verdade única. Ela lida com a complexidade e a incerteza associada a ela, levantando questões, investigando o conjunto de forças em cada situação e esforçando-se para evitar a conformidade com dogmatismos reducionistas. A pesquisa será realizada com crianças de uma turma do segundo ano dos Anos Iniciais de uma escola do município de Itapiranga (SC). Esta escola, localizada no campo, oferece uma diversidade de elementos da natureza, com amplos gramados, árvores, um bosque, um campo de areia e uma horta. A turma envolvida na proposta possui 13 alunos, todos inseridos no ensino regular no período matutino e que participam do projeto integral em três dias da semana. Os instrumentos de pesquisa previstos incluem registros fotográficos pelas crianças, registros fotográficos do pesquisador cartógrafo e um diário de campo. Ao redor da escola, no registro das miudezas junto à natureza, que o pesquisador e as crianças afetam-se. Trata-se da experimentação de outros modos de nos relacionarmos com as infâncias e com a natureza, de maneira que, mesmo que mínima, escapem do modelo dominante de prescrições. Pretende-se com a pesquisa viver junto com as crianças, ao vivenciar os espaços da natureza, brincando e cartografando por meio de narrativa essas experiências.

Palavras-chave: Natureza. Infâncias. Educação Ambiental Menor.

¹⁴¹ Mestranda no PPGEduc da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Docente da rede estadual de ensino de Santa Catarina. E-mail: a110598@uri.edu.br.

¹⁴² Doutor em Educação pela Universidade La Salle (2023). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. Pós-doutorando no PPGEduc da Universidade La Salle, com bolsa do CNPq (Pós-Doutorado Júnior) – PDJ. E-mail: adilsonhabowski@hotmail.com

TENDÊNCIAS NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana da Silva¹⁴³

Luci Mary Duso Pacheco¹⁴⁴

Grupo de Trabalho (GT): As infâncias e a Educação Infantil em debate

Resumo

Diante do cenário atual de formação de professores em que o mesmo deve estar em constante aprendizagem, a educação infantil é uma das áreas mais emblemáticas, uma vez que ser professor de educação infantil é um tanto desafiador pois trabalha com uma das mais importantes fases do desenvolvimento humano. Ela é a primeira etapa da educação básica, na qual a criança obtém seus primeiros conhecimentos do mundo externo, cabendo aos professores criar estímulos que possam desenvolver o seu cognitivo, a coordenação motora, a linguagem, o emocional e socioemocional da criança. Mas essa tarefa não é fácil, pois além de envolver muitos estudos sobre teóricos da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, envolve trabalhar com seres humanos de diferentes contextos sociais e de visões e perspectivas de mundo. Nossas crianças não são as mesmas de outros tempos, as necessidades mudam conforme a época histórica de cada geração. Vemos no cenário atual crianças preocupadas com quais jogos virtuais irão poder jogar e comprar desde que tirem boas notas, segundo seus pais. Algumas famílias acabam usando da aprendizagem dos seus filhos como moeda de troca. A prática docente hoje está cada vez mais desafiadora, com conhecimentos e métodos a serem aprimorados o tempo todo. Nessa perspectiva é importante saber o que tem sido estudado em relação à formação do professor da educação infantil nas pesquisas e nas produções científicas nos últimos dez anos. Por meio de um estudo documental nos repositórios de pesquisa pretende-se identificar quais são as tendências nas produções científicas da formação de professores da educação infantil, que estão sendo pesquisadas em dissertações de mestrado e teses de doutorado na área da educação para auxiliar os professores nestes desafios que envolvem em seu cotidiano de escola e que de certa forma interferem em sua prática pedagógica.

Palavras-chaves: formação de professores; produções científicas; educação infantil

¹⁴³ Pedagoga. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado e Doutorado – PPGEDU/URI – Campus de Frederico Westphalen. E-mail: anamaelidasilva@gmail.com

¹⁴⁴ Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado e Doutorado – PPGEDU/URI – Campus de Frederico Westphalen. E-mail: lucimdpacheco@gmail.com

FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Camille Bertha Stülp¹⁴⁵
Jordana Wruck Timm¹⁴⁶

Grupo de Trabalho (GT): As infâncias e a Educação Infantil em debate

Resumo

A atuação fonoaudiológica educacional visa, junto da equipe pedagógica, projetos e atividades que estimulem as habilidades de linguagem, fala, comunicação, auditivas, de leitura e escrita de alunos típicos e atípicos visando sobretudo a aprendizagem efetiva. O objetivo do presente trabalho é verificar o estado do conhecimento a respeito da temática envolvida entre fonoaudiologia e a educação infantil. A pesquisa foi verificada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando os descritores “fonoaudiologia” AND “educação infantil”. Os resultados obtidos foram classificados de acordo com o tipo de publicação, ano de publicação e temática envolvida sob análise do título. Foram obtidos 42 trabalhos, destes 35 foram frutos de dissertações de mestrado, 4 de teses de doutorado e 4 produtos de profissionalizantes. 10 publicações são dos últimos 10 anos, sendo 5 dos últimos 5 anos; os demais 33 artigos são anteriores ao ano de 2015. Dos 43 trabalhos encontrados, 20 puderam se encaixar no grande tema da atuação fonoaudiológica na educação infantil, englobando a atuação preventiva com os pré-escolares e também a formação dos professores quanto às contribuições da fonoaudiologia, 14 destes trabalhos são específicos da educação infantil, entretanto, somente 4 referem-se especificamente à atuação educacional do fonoaudiólogo. Destes 20 trabalhos, 10 trabalhos são dos últimos 10 anos. Os outros trabalhos encontrados foram classificados nas duas grandes áreas: 5 trabalhos da atuação do fonoaudiólogo como ferramenta de reabilitação e/ou prevenção vocal de professores; 18 trabalhos relativos à atuação fonoaudiológica, principalmente clínica, com crianças em idade escolar, destes 4 foram voltados para atuação específica com leitura e escrita. Observa-se, portanto, que nos últimos anos os estudos a respeito da atuação fonoaudiológica educacional tem crescido, principalmente com relação à educação infantil. Entretanto, observa-se ainda a lacuna no estudo da atuação específica do fonoaudiólogo nas ações de promoção e prevenção em saúde no âmbito escolar.

Palavras-chave: Fonoaudiologia. Educação infantil. Formação de professores.

¹⁴⁵ Fonoaudióloga, Mestranda em educação. a110564@uri.edu.br

¹⁴⁶ Doutora em Educação. Orientadora no PPGEDU. jordana@uri.edu.br

HUMANIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VALORIZANDO A INFÂNCIA

Emily Kummer Muller¹⁴⁷

Marines Aires¹⁴⁸

Grupo de Trabalho (GT): As infâncias e a Educação Infantil em debate

Resumo

A concepção do papel da criança na sociedade tem evoluído ao longo do tempo. No passado, as crianças eram frequentemente consideradas como mini-adultos, esperando-se que se comportassem de maneira semelhante aos mais velhos. Na época da Revolução Industrial, a educação infantil estava centrada principalmente nas necessidades básicas das crianças, negligenciando o afeto e o desenvolvimento integral. As creches eram locais onde as crianças permaneciam enquanto seus pais trabalhavam. Essa abordagem era funcional para a sociedade industrial, mas não priorizava o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças. Felizmente, ao longo do tempo, houve uma mudança significativa na compreensão da importância do afeto e do aprendizado na primeira infância. Este estudo visa refletir sobre a importância da Educação infantil para o desenvolvimento integral de cada criança. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica que contempla a proposta de Pesquisa que será desenvolvida durante o Mestrando em Educação. Existem várias tendências pedagógicas sobre desenvolvimento integral das crianças, contudo a metodologia Florença defende o desenvolvimento crítico, protagonista e criativo da criança. Dessa forma, Hansen (2019), estabelece cinco princípios da Pedagogia Florença: O Laço de amor, que condiz com o afeto e cuidado que os profissionais devem ter ao se dirigir às crianças, na maneira de tocar, falar e olhar. A partir da criação deste vínculo é que as crianças passam a ter a confiança no adulto, se sentindo confortável para experimentar diversas vivências de maneira respeitosa com o desenvolvimento de cada criança. Ambiente preparado, busca a preparação do ambiente em que a criança está inserida, ter o cuidado se o espaço condiz com a faixa etária para não ocorrer conflitos. As rotinas e rituais, tem o objetivo de compreender qual será as vivências oportunizadas pelos adultos, para que as crianças se sintam confortáveis e seguros com o que irá acontecer, a rotina deve pensada para o coletivo e individualmente, de maneira flexível às necessidades. Limites e regras é essencial para ela poder compreender como se convive em sociedade, pois, quanto mais cedo a criança compreender a existência das mesmas, melhor ela será inserida na sociedade. A observação ativa, condiz com a maneira em que o adulto intermédia as vivências das crianças, os professores devem estar sempre às observando, porém, nem sempre intervindo, pois, para a criação da autonomia, protagonismo e a segurança de si as crianças devem ser desafiadas a resolver suas necessidades até quando possível sozinhas e somente quando necessário o professor intervém. A humanização busca compreender que as crianças são capazes de se desenvolver por meio de vivências respeitadas, onde serão desafiadas a interagir somente quando se sentem confiantes. Tendo como principal o afeto e cuidado com que as crianças possam se desenvolver como seres criativos, proativos e que se desenvolvam com respeito cada um dentro de seu tempo. A discussão sobre o tema essencial e precisa ser debatido cada vez mais em formações de professores para poderem compreender as condutas essenciais para que a sociedade possa ter cada vez mais pessoas capacitadas e seguras de si, sendo protagonistas de suas histórias.

Palavras-chave: Educação Infantil. Humanização. Respeito. Autonomia. Protagonismo

¹⁴⁷ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação, da URI/FW(PPGEDU) Pós-graduada em Educação Infantil e Anos Iniciais, Graduada em Pedagogia. Professora alfabetizadora dos Anos Iniciais do ensino fundamental. E-mail: emilykummermuller5@gmail.com

¹⁴⁸ Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENF/UFRGS). Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação, da URI/FW(PPGEDU). Pós Doutora em Educação/PPGEDU/URI. E-mail: maires@uri.edu.br

CONTRIBUIÇÕES DE TESES DE DOUTORAMENTO PORTUGUESAS À AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA

Erone Hemann Lanes¹⁴⁹
Maria Cristina Parente¹⁵⁰
Jordana Wruck Timm¹⁵¹

Grupo de Trabalho (GT): As infâncias e a Educação Infantil em debate

Resumo

A compreensão atual do conceito de avaliação na educação infantil é fruto de um longo processo de construção teórica e empírica, que tem se beneficiado das contribuições de diferentes pesquisadores e áreas do conhecimento, como a psicologia, a sociologia e a pedagogia. Essas pesquisas têm evidenciado a necessidade de se considerar as especificidades da infância, respeitando os ritmos, interesses e necessidades de cada criança e de se adotar uma perspectiva formativa e processual da avaliação. Buscando ampliar a compreensão acerca do que já esteve na pauta de pesquisas sobre avaliação em educação de infância a nível de doutoramento em Portugal, o objetivo deste trabalho consiste em analisar a produção científica portuguesa sobre avaliação da aprendizagem na educação de infância, com vistas a identificar possíveis contribuições às pesquisas brasileiras, bem como às práticas de avaliação na educação infantil desenvolvidas no Brasil. Trata-se de um estudo apoiado nos pressupostos da pesquisa qualitativa, do tipo estado do conhecimento. Procedeu-se à busca bibliográfica no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal com os descritores ‘avaliação educação de infância’, ‘avaliação aprendizagem infância’, ‘avaliação aprendizagem pré-escolar’, a partir das quais foram selecionadas quatro teses para compor o corpus de análise. Os resultados apontaram a relevância das pesquisas para a constituição do corpus de referenciais que abordam o tema no Brasil, sobretudo no sentido de compreender a avaliação seus modelos e concepções, para então prospectar práticas adequadas a essa etapa da educação no âmbito da avaliação alternativa e autêntica. Destaca-se também a possibilidade de participação efetiva das crianças como parte das metodologias adotadas pelas teses, aspecto considerado como um caminho para ampliar as possibilidades de avaliação alternativa e autêntica tanto em Portugal quanto no Brasil.

Palavras-chave: Avaliação. Educação de infância. Estado do conhecimento.

¹⁴⁹ Doutoranda em Educação (URI/FW). Bolsista Capes, modalidade I. E-mail: eronehl@gmail.com

¹⁵⁰ Doutora em Estudos da Criança (UMinho/Ciec). Professora Auxiliar no Instituto de Educação da Universidade do Minho. E-mail: cristinap@ie.uminho.pt

¹⁵¹ Doutora em Educação (PUC/RS). Professora orientadora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: jordana@uri.edu.br

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, E AS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eurídice Soares Rissato¹⁵²

Marines Aires¹⁵³

Grupo de Trabalho (GT): As infâncias e a Educação Infantil em debate

Resumo

Este trabalho tem como objetivo destacar a importância das práticas educativas em relacionada ao uso das Tecnologias na Educação Infantil. Considera-se importante destacar que o uso deve ser permeado pelas interações e brincadeiras, sendo que ela pode ser usada para estimular a criatividade e desenvolver a imaginação das crianças por meio de vivências e proposituras significativas. A base nacional comum curricular/BNCC, de modo a orientar os projetos pedagógicos das unidades de educação infantil, propôs que neles as crianças tenham garantidos os direitos de aprendizagens e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (Base nacional comum curricular/BNCC-2017), possibilitando que as crianças desde a tenra idade se tornarem fluentes e articulem os seis direitos de aprendizagens com a linguagem tecnológica e no manuseios das mesmas, utilizando as para novos aprendizados. Sabemos também que ao se propor as Tecnologias na Educação Infantil, vai muito além do mero manuseio estéticos dos aparelhos; e sim letrar as crianças em uma linguagem tecnológica para que possam compreender, questionar e lidar criticamente com a complexidade do ambiente digital. Para a realização desse estudo e o alcance do objetivo traçado, foi desenvolvida uma revisão da literatura sobre a temática. Como principais resultados, compreende-se que ao garantir nos espaços educativos infantins, o uso equilibrado das tecnologias em favor da ampliação dos saberes e articulado com as práticas pedagógicas na educação infantil, asseguramos então uma relação mais ativa, ampliando assim a bagagem de conhecimento de modo mais consolidado, permitindo que as crianças possam aprender com os diversos assuntos e formas, sendo protagonista dos seus modos de ser e estar nas relações de ensino e aprendizagens que lhes são ofertados nesta etapa de ensino. Porém, é preciso compreender que as práticas devem estar articuladas ao currículo, de forma lúdicas e significativas, onde se possa reverberar as culturas infantins ampliando assim seus conhecimentos. Concluiu-se que a base nacional comum curricular/BNCC preconiza que as práticas pedagógicas devem estimular o uso didático com as tecnologias para a construção de aprendizagens significativas e lúdicas, a fim de que as crianças desde a educação infantil efetivem competências elencadas como necessária para nosso mundo atual que está em constante movimento, permitindo o desenvolvimento integral da crianças para atuar como protagonista de suas aprendizagens potentes.

Palavras Chaves: tecnologias, educação infantil, Bncc, prática pedagógicas, desenvolvimento.

¹⁵² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: a110222@fw.uri.br

¹⁵³ Orientadora. Doutora em Enfermagem (PPG/ENF/UFRGS/). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: maires@fw.uri.br;

SABERES DOCENTES QUE CONSTITUEM A IDENTIDADE DAS PROFESSORAS PESQUISADORAS QUE ATUAM COM/PARA AS INFÂNCIAS NA REDE PÚBLICA DE RONDONÓPOLIS/MT

Marta Chrislainy Santos Fernandes¹⁵⁴

Jordana Wruck Timm¹⁵⁵

Grupo de Trabalho (GT): As infâncias e a Educação Infantil em debate

Resumo

A educação escolar passa por constantes mudanças e transformações, notadas principalmente por quem a executa, o/a professor/a. Visando atender as demandas impostas às escolas e à docência, seja pelo meio social no qual está inserida, seja pelas legislações que mudam repetidamente, percebe-se necessário continuamente repensar a formação de professores para que dê conta desse cenário em constante mudança. Essas alterações, evolução e instabilidades acometem todas os níveis, inclusive, aqueles destinados a trabalhar com as infâncias, mais especificadamente, a Educação Infantil, etapa em que se observa que a cada novo tempo a discussão sobre essa etapa ganha proporções significativas no que se refere ao debate sobre o progresso das atuações que integram essa faixa etária. Nesse cenário, no Brasil têm-se atualmente assegurado em legislação, a Educação Infantil com primeira etapa da Educação Básica, tendo como principal o educar e cuidar, sendo ação complementar das famílias. Surgindo assim os seguintes questionamentos. Como que as professoras que trabalham nessa fase da vida estão formando-se? Quais saberes as docentes carregam consigo para construção de uma identidade de pesquisadora? Analisando sobre essas indagações, delinea-se como objetivo compreender quais são os saberes que constituem a formação e identidade das professoras-pesquisadoras que atuam com/para infância. Com isso, a nível de mestrado, foi pensada, planejada e executada uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados em campo, a partir do uso de questionário semiestruturado aplicado, via *google forms*, com professoras que atuam em pré-escolas, com a intenção mais específica de entender quais são esses saberes que constituem a identidade de professoras pesquisadoras da rede pública de Rondonópolis/MT. Concluiu-se que a profissão de docente da Educação Infantil é complexa, sendo necessário maiores investimentos em formação continuada, tanto dentro das instituições escolares, como fora do ambiente escolar com a intenção de aprofundamento e compreensão do que realmente abrange o trabalho com as crianças, reiterando suas vivências e experiências, respeitando o seu jeito de observar, pontuar e ver o mundo.

Palavras-chave: Professoras. Saberes docentes. Infâncias. Pesquisadora. Formação de professores.

¹⁵⁴ Mestre em Educação pela URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/ Câmpus de Frederico Westphalen/RS. E-mail: a102412@uri.edu.br.

¹⁵⁵ Orientadora. Doutora em Educação (PUCRS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: jordana@uri.edu.br

GRUPO DE TRABALHO (GT)

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO E OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE IGUALDADE DE GÊNERO. POLÍTICAS PÚBLICAS

Ágata Brasil Eloy
Cesar Riboli

Grupo de Trabalho (GT): Avaliação das Políticas Públicas

Resumo

A educação é uns dos pilares mais importantes dentro de uma sociedade, sendo responsável pela eficiência máxima do desenvolvimento social/humano que é tão estudado ao longo dos anos. Como devemos melhorar nossa maneira como professores de enxergar os alunos e dar uma qualidade de ensino cada vez melhor com mais inserção de métodos pedagógicos democráticos. Na relação de gênero na educação, observamos que as mulheres se tornam maioria na docência e gestão da educação básica brasileira. Dados coletados pelo ¹⁵⁶Censo Escolar 2022, no corpo docente, composto por 2.315.616 profissionais na área, 1.834.295 (79.2%) são professoras. Mostrando em dados uma majetoridade de mulheres nessa área de desenvolvimento. Mas no Ensino da educação superior vendo pelos dados do Censo da Educação Superior (2021) traz que mais mulheres estão sendo maioria matriculadas no ensino superior, dos 8.987.120 (58,1%) são mulheres. Mas quando o tópico é a docência na educação do ensino superior os homens acabam se tornando maioria mesmo com os números de inscrições maiores de mulheres. Sendo 167.384 (52,98%) em seu todo 315.928 professores homens nessa área. Mesmo as mulheres sendo maioria em inscrições em cursos superiores, ainda ocorre um fenômeno social de discriminação e/ou preconceito de gênero. De desigualdade salarial na profissão de docentes, sendo pessoas de gênero feminino recebem um salarial inferior ao de pessoas de gênero masculino que exercem o mesmo cargo. O ¹⁵⁷ 1 Relatório de Transparência Salarial publicado mostra dados que provam que as mulheres ganham 19,4% a menos do que os homens na área docente do Brasil. Sendo ainda mais alarmante quando os dados mostram que mulheres negras, além de estarem em menor número no mercado de trabalho, também recebem menos do que mulheres brancas. Tendo uma remuneração média da mulher negra é de R\$ 3.040,89, a da não negra é R\$ 4.552,45, a diferença de 49,7%, escancarando os preconceitos raciais e de gênero na nossa sociedade brasileira. As políticas de incentivo existem e o relatório de informações indica que a efetividade da contratação de mulheres é incentivada pelo estado federal e municipal. Com flexibilidade do regime de trabalho para apoio à parentalidade, a profissionais mulheres Assim, temos uma breve noção, em dados e estatísticas, que as mulheres, mesmo ocupando os mesmos cargos que homens, se esforçam mais ainda para chegarem e estarem nesses postos de trabalho não são vistas como iguais. Os casos se agravam mais ainda quando é abordado o racismo na área educacional. Por isso é tão necessário políticas públicas, que possam reaver esse sistema desigual. Onde mulheres mesmo tendo a mesma capacitação que um homem seja tratada como igual perante as instituições. Assim como consta a Lei nº 14.611/2023, o Decreto nº 11.795/2023 e a Portaria nº 3.714/2023, que foi criada ajustada para ir contra a disparidade salarial por conta do gênero. Deve-se cada vez mais falar sobre esse assunto para que abordam de forma incisiva os erros cometidos por puro preconceito e que não aconteçam mais numa sociedade democrática de direito. Que homens e mulheres possam ser vistos como iguais e tomar seus devidos postos por mérito do trabalho exercido.

Palavras – Chave: Efetividade; Gênero; Políticas Públicas

¹⁵⁶<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>.

¹⁵⁷<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/03/mulheres-ganham-19-4-a-menos-que-os-homens-revela-o-relatorio-de-transparencia-salarial>.

RESUMOS EXPANDIDOS

GRUPO DE TRABALHO (GT)

INCLUSÃO DAS MINORIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: LIMITES E POSSIBILIDADES

DIREITO EDUCATIVO E MINORIAS: DESAFIOS E CAMINHOS PARA A INCLUSÃO

Mariluz Terezinha Pertuzzatti
Cesar Riboli

Grupo de Trabalho (GT): Inclusão das minorias na educação básica: limites e possibilidades

Resumo

O estudo tem como objetivo analisar a importância da inclusão das minorias na sociedade contemporânea, principalmente no campo educacional. Destacando que a educação contemporânea como um campo em transformação, deve ir além da transmissão de conhecimento, promovendo ações que promovam mudanças pessoais e sociais. A relação entre o Estado, sociedade e políticas públicas é fundamental para assegurar uma educação inovadora, inclusiva e de qualidade que atenda às necessidades de todos e que respeite e valorize as diferenças. A inclusão e a diversidade são pontos centrais na transformação social, exigindo adaptação da educação para acolher todos os educandos equitativamente. O papel do professor e a formação continuada são cruciais para implementar metodologias inovadoras. Além disso, o estudo explora os desafios e possibilidades da inclusão educacional nas escolas públicas brasileiras, apontando a necessidade de políticas eficazes, formação continuada de educadores, currículo inclusivo e tecnologias assistivas para superar as barreiras existentes e promover uma educação que valorize a diversidade e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: minorias, direito educativo, inclusão.

A educação contemporânea se configura como um espaço privilegiado para a discussão de temas essenciais para a sociedade, como a inclusão de minorias, iniciando nos ambientes acadêmicos e irradiando para o contexto social mais amplo. Este processo visa contribuir de maneira efetiva para a compreensão e reflexão sobre a realidade educacional no Brasil e no mundo, interligando esses aspectos com as práticas escolares. Refletir sobre a inclusão das minorias no contexto da educação contemporânea não é oferecer respostas definitivas, mas sim levantar questionamentos entre todos os envolvidos, promovendo mudanças sociais necessárias em uma sociedade em constante movimento social, econômico e cultural.

A educação contemporânea busca debater os assuntos que precisam ser pensados por toda a sociedade, começando pelos ambientes acadêmicos, de forma que esse conhecimento possa contribuir de forma efetiva, refletindo sobre a realidade educacional no Brasil e no mundo e interligando esses aspectos com as práticas escolares. Pensar a educação contemporânea não é trazer respostas, mas levantar questionamentos entre todos os envolvidos nesse processo, a fim de promover mudanças sociais necessárias que a sociedade moderna nos traz através do constante movimento social, econômico e cultural pelo qual vem passando.

Ao abordar as transformações sociais e as mudanças que vêm ocorrendo ao longo do tempo até chegarmos a sociedade moderna, percebemos que há uma estreita ligação entre o estado, a sociedade e as políticas públicas. Conforme postulam Zygmunt Bauman e Carlo Bordoni na obra “Estado de crise” onde eles afirmam que: “O contemporâneo passa a ser marcado pelo fim dos padrões, da estabilidade, da segurança e das certezas. Surge o tempo da indefinição, do medo e da insegurança. Ou seja, uma sociedade que se converteu em algo temporal e instável que carece de aspectos sólidos. Em outras palavras, as relações interpessoais se tornam cada vez mais efêmeras e voláteis.”

Diante dessa afirmação dos autores, cabe refletirmos sobre como a educação vem evoluindo junto com essas mudanças sociais que estão ocorrendo de forma globalizada e constante. Como os processos educativos contemporâneos estão ocorrendo no meio de tantas mudanças sociais, políticas, econômicas, tecnológicas entre outras. Será que o Estado está preparado para acolher tantas demandas sociais que provêm dessas mudanças globais? Como as políticas públicas estão atendendo a todas essas necessidades emergentes de uma sociedade em constantes mudanças? Cabe a nós discorrermos sobre esses questionamentos para podermos entender, estudar e também contribuirmos para a melhoria da educação e da sociedade como um todo. Pois, conforme postula Minetto: “O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização e mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causaram muita desestabilidade e resistência” (Minetto, 2008, p.17).

A educação contemporânea deve levar em consideração os apontamentos elencados por Jacques Delors – no relatório da UNESCO “Educação no século XXI”, no qual são citados os quatro pilares essenciais para a educação do futuro : “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser”. São requisitos enumerados pelo autor como indispensáveis para que todos os estudantes possam se sentir valorizados, aceitos e protagonistas de sua aprendizagem em uma sociedade que não só não discrimina, mas que seja protagonista da inclusão. Os quatro pilares da educação buscam evidenciar a prática educativa voltada para a igualdade de direitos e para o crescimento cooperativo em comunidade. Onde todos podem contribuir e aprender, onde todos possam conhecer seus direitos e possam exigí-los também, onde as minorias possam ser incluídas, respeitadas e valorizadas.

A inclusão é parte essencial desse objetivo, desenvolvendo um ambiente escolar mais acolhedor para todos que fazem parte deste ambiente. Para isso, é necessário que todo o modelo escolar se transforme, se libertando dos modelos tradicionais, pois, como salienta Mantoan (2003, p.8), “ É a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela!”. A mudança estrutural escolar é necessária para conseguir atender as necessidades individuais de aprendizagem de todos os alunos, e para que possa ser capaz de acolher a todos com equidade e qualidade de ensino, levando em consideração as diferenças de cada educando, sem pretender que todos aprendam da mesma forma.

Neste sentido, o professor exerce um papel fundamental dentro do processo educativo contemporâneo, pois o papel do professor deve ser o de auxiliar o aluno a desenvolver suas aptidões, através do diálogo e da reflexão, estimular a capacidade cognitiva do aluno através do saber aprender, saber fazer, saber agir, saber conviver e saber conhecer. Através desses aprendizados, o estudante será capaz de provocar transformações sociais que são muito necessárias e importantes para a sociedade moderna inclusiva. Para que isso aconteça, os professores precisam estar muito bem preparados para conduzir esse novo fazer pedagógico através de metodologias inovadoras, com estratégias para enfrentar desafios educacionais, promovendo a aprendizagem dos estudantes de forma eficiente e colaborativa.

Tanto a formação de professores quanto as políticas públicas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da educação de um país. As políticas públicas buscam estabelecer diretrizes e metas para o sistema educacional, buscando a equidade no acesso à educação e a melhoria da qualidade do ensino. De acordo com Stephen J. Ball e Jefferson Mainardes (2011, p. 143), “As políticas educacionais são um tipo de política pública responsável por universalizar a educação e garantir que todas as regiões do país sigam um modelo educacional, assegurando um ensino de qualidade para todos.” Nesse contexto, é essencial refletir sobre como as políticas públicas podem contribuir para a promoção da educação inclusiva como um meio de garantir e ampliar os direitos humanos de todos os indivíduos, promovendo qualidade de vida para todos.

Assim também, a formação de professores permite refletir sobre as práticas docentes, incentivando a constante atualização e aprimoramento das habilidades profissionais, tendo como objetivo principal a aprendizagem dos educandos. Nesta perspectiva de estar aberto a conhecer o outro, Freire (2005, p. 58) em sua obra *Pedagogia da Autonomia* afirma que “o ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos ‘convivam’ de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras.” A educação contemporânea deve buscar teorias e práticas focadas no ensino de qualidade e diversificado, atendendo às especificidades de cada aluno, onde todos cooperam e aprendem juntos.

Antônio Nóvoa, estudioso da educação contemporânea, relatou na conferência *Futuros da educação: universidade e escola*, que: “é necessário o desenvolvimento de três pilares para guiar a transformação educacional: a educação deve ser vista como bem público; a educação deve se portar como algo aberto e de conhecimento público; e a ciência deve estar ligada à cidadania e ao compromisso público”. E ainda, lembrou a fala de Darcy Ribeiro, o qual já dizia que: “A educação pública é a melhor invenção do mundo, então proteger essa educação é fundamental. Pode parecer simplista, mas é um ponto de partida antes de qualquer reflexão que vise à transformação”. Assim, é necessário repensar a forma como se ensina e se aprende, buscando uma educação mais inclusiva, inovadora e contextualizada, acompanhando as demandas e desafios da sociedade moderna e priorizando o direito à inclusão e a valorização da diversidade. Pois, como afirma Mantoan, "A diversidade não é um problema a ser resolvido, mas sim um recurso a ser valorizado e explorado nas práticas educativas." (Mantoan,2003, p.36.)

A inclusão das minorias na educação básica é um desafio constante e necessário para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação deve ser um direito universal, acessível a todos, independentemente de sua origem, etnia, gênero, orientação sexual ou condição socioeconômica. No entanto, a realidade ainda mostra barreiras significativas que limitam a efetiva inclusão dessas minorias, que não tem seus direitos respeitados ou que possuem apenas a parcialidade de seus direitos efetivados nas práticas escolares. Segundo Lopes, [...] as instituições que garantem o acesso e o atendimento a todos são, por princípio, incluídas, mesmo que, no decurso dos processos de comparação e classificação, elas venham a manter algum destes “todos” (ou muitos deles...) em situação de exclusão. Isso significa que o mesmo espaço considerado de inclusão pode ser considerado um espaço de exclusão. Conclui-se que a igualdade de acesso não garante a inclusão e, na mesma medida, não afasta a sombra da exclusão (LOPES, 2009, p.55).

Neste contexto, exploramos alguns limites e possibilidades da inclusão educacional nas escolas públicas brasileiras. Vejamos alguns limites que impedem a efetivação do direito inclusivo:

- **Infraestrutura Inadequada:** muitas escolas, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas, carecem de infraestrutura básica para atender às necessidades de alunos com deficiências físicas ou sensoriais. A falta de rampas, banheiros adaptados e materiais didáticos específicos são exemplos de obstáculos físicos que impedem a inclusão.

- **Formação de Professores:** a capacitação dos professores é fundamental para a inclusão. No entanto, muitos educadores não recebem formação adequada sobre como lidar com a diversidade em sala de aula. A ausência de cursos e treinamentos específicos sobre educação inclusiva limita a capacidade dos professores de atender às necessidades de alunos de minorias.

- **Preconceito e Discriminação:** atitudes preconceituosas e discriminatórias ainda são comuns nas escolas. Essas atitudes podem vir tanto de colegas quanto de professores e outros funcionários, criando um ambiente hostil e excludente para alunos pertencentes a minorias.

- Currículo Não Inclusivo: O currículo escolar muitas vezes não reflete a diversidade cultural, social e histórica das minorias. A falta de representatividade nos conteúdos ensinados pode levar ao sentimento de alienação e desvalorização entre esses alunos.

Dentre as possibilidades e estratégias que podem auxiliar na efetivação do direito educacional inclusivo citamos:

Políticas Públicas: a implementação de políticas públicas eficazes pode promover a inclusão das minorias. Programas de financiamento para a melhoria da infraestrutura escolar, incentivos para a formação continuada de professores e campanhas de sensibilização sobre a importância da diversidade são exemplos de medidas que podem ser adotadas.

Formação Continuada de Educadores: investir na formação continuada dos educadores é crucial. Cursos e treinamentos sobre educação inclusiva, técnicas de ensino diferenciadas e manejo de conflitos em sala de aula podem capacitar os professores para melhor atender às necessidades de todos os alunos.

Currículo Inclusivo: reformular o currículo para que ele inclua a história, a cultura e as contribuições das minorias é essencial. Isso não só enriquece o aprendizado de todos os alunos, mas também valoriza e reconhece a importância dessas minorias na construção da sociedade.

Tecnologia Assistiva: a utilização de tecnologias assistivas pode facilitar a inclusão de alunos com deficiências. Ferramentas como softwares de leitura de tela, aplicativos de comunicação alternativa e recursos audiovisuais adaptados são exemplos de como a tecnologia pode ser aliada da inclusão.

Participação da Comunidade: envolver a comunidade escolar e as famílias no processo de inclusão pode fortalecer as ações e criar um ambiente mais acolhedor. A promoção de eventos e projetos que valorizem a diversidade pode ajudar a construir uma cultura de respeito e inclusão.

A inclusão das minorias na educação em todos os níveis, enfrenta diversos desafios, mas também apresenta inúmeras possibilidades. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige esforços conjuntos do governo, das escolas, dos professores e da sociedade como um todo. Ao promover a diversidade e valorizar cada indivíduo, damos passos importantes rumo a uma sociedade mais justa e igualitária. Superar os desafios requer um compromisso contínuo com a formação de professores, políticas educacionais inclusivas e uma mudança de mentalidade em relação à diversidade. Pois, conforme afirma Freire: “A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem, e de serem respeitados naquilo que os diferencia dos outros.” A busca pela inclusão plena é um processo em constante evolução, mas seu impacto na construção de uma sociedade mais justa e acolhedora é inegável.

A educação contemporânea, ao centrar-se na reflexão e no questionamento contínuo, busca promover mudanças sociais que respondam às transformações econômicas, culturais e tecnológicas de nosso tempo. A relação entre Estado, sociedade e políticas públicas é fundamental para enfrentar as incertezas e inseguranças apontadas por Bauman e Bordoni, que caracterizam a sociedade moderna.

Os quatro pilares essenciais para a educação do futuro, conforme delineados por Jacques Delors, devem guiar nossas práticas educativas rumo à inclusão e à valorização da diversidade. A transformação estrutural das escolas, defendida por Mantoan, é imprescindível para garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, possam aprender com equidade e qualidade.

Os professores têm um papel crucial nesse processo, necessitando de formação contínua e metodologias inovadoras para atender às demandas de uma educação inclusiva e adaptada às

constantes mudanças sociais. Políticas públicas eficazes e bem implementadas são essenciais para garantir a infraestrutura necessária e a capacitação adequada dos educadores.

Superar os desafios de preconceito, discriminação, currículo não inclusivo e infraestrutura inadequada exige um esforço coletivo. Investir na formação continuada dos professores, na utilização de tecnologias assistivas e na participação ativa da comunidade escolar são estratégias fundamentais para promover a inclusão de minorias e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, a educação contemporânea deve ser vista como um bem público essencial, capaz de transformar vidas e promover a cidadania. Proteger e valorizar a educação pública, como salientou Darcy Ribeiro, é um ponto de partida fundamental para qualquer reflexão sobre a transformação educacional. Ao promover a diversidade e a inclusão, caminhamos em direção a uma sociedade mais justa e acolhedora, onde cada indivíduo tem seu valor reconhecido e seu potencial plenamente desenvolvido.

Referências

BAUMAN, ZYGMUNT; BORDONI, CARLO. ESTADO DE CRISE. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2016.

Ball, S. J., & Mainardes, J. (2011). Políticas educacionais: questões e dilemas. (p. 288). Cortez.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.13.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005

MINETTO, M. F. O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio. 2ªed. Curitiba: IBPEX, 2008

Unesco. (2003). Os 4 pilares da Educação de Jacques Delors. (capítulo IV, p. 89-102). MEC/UNESCO.

LOPES, MAURA CORCINI.. INCLUSÃO E GOVERNAMENTALIDADE. EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, v. 28, N.100. P.947-964, OUT, 2007.

Mantoan, M. T. E. (2001). *Caminhos pedagógicos da inclusão*. Memnon Edições Científicas.

Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?* Summus.

NÓVOA, ANTÓNIO. Conferência Futuros da educação: universidade e escola. UFMG.16.08.2023.

GRUPO DE TRABALHO (GT)

**JUVENTUDES E HORIZONTES POLÍTICOS,
CIENTÍFICOS E HUMANISTAS CENÁRIOS
DO ENSINO MÉDIO, EJA E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL**

IMPACTOS DA FORMAÇÃO POR MEIO DA EJA NA ALFABETIZAÇÃO EM JACIARA (MT)

Cleuza Inês de Jesus¹⁵⁸
Cesar Riboli¹⁵⁹

Grupo de Trabalho (GT): Juventudes e horizontes políticos, científicos e humanistas
cenários do Ensino Médio, EJA e Educação Profissional

Resumo: este estudo investiga os impactos da formação proporcionada pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) na alfabetização dos moradores de Jaciara, em Mato Grosso. A pesquisa analisa como a EJA contribui para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos participantes, além de avaliar os benefícios sociais e econômicos decorrentes dessa formação. Utilizando abordagens qualitativas e quantitativas, o estudo examina os desafios enfrentados pelos alunos e propõe melhorias para aumentar a eficácia dos programas de EJA na região.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; alfabetização; Jaciara; impactos sociais; metodologia educacional.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional voltada para atender às necessidades de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram a educação básica na idade apropriada. Ela se destaca por seu papel inclusivo, permitindo que pessoas de diversas faixas etárias e contextos socioeconômicos retornem aos estudos e adquiram habilidades essenciais para sua formação cidadã e profissional.

A EJA é estruturada para ser flexível e adaptável às necessidades dos alunos, utilizando metodologias que valorizam o conhecimento prévio e as experiências de vida dos estudantes. Nesse contexto, a EJA desempenha um papel fundamental na promoção da alfabetização e no desenvolvimento de habilidades básicas em populações que não tiveram acesso à educação formal durante a infância.

No município de Jaciara (MT), assim como em outros contextos interioranos, a EJA se mostra como uma ferramenta vital para reduzir o analfabetismo e promover a inclusão social, fazendo com que este estudo se mostre importante, pois busca analisar os impactos dessa modalidade educacional na vida dos moradores dessa região, investigando como a EJA contribui para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos dessa modalidade.

Ainda que a alfabetização de jovens e adultos seja um tema amplamente estudado, percebe-se uma carência de pesquisas focadas em pequenos municípios como Jaciara (MT), fazendo com que a pesquisa realizada buscasse responder à seguinte pergunta: quais são os impactos da formação proporcionada pela EJA na alfabetização e nas condições sociais e econômicas dos

¹⁵⁸ Mestranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Graduada em Letras Português e Literaturas pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora da rede pública de educação do estado de Mato Grosso. E-mail: a110273@uri.edu.br.

¹⁵⁹ Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Especialista em Direito Civil, Processo Civil, Contabilidade Gerencial e Docência no ensino superior. Graduated in Administração, Ciências Contábeis e Direito. Professor do curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da URI - Campus de Frederico Westphalen. Membro das comissões de ensino jurídico e saúde da OAB/RS. Técnico tributário da Receita estadual inativo. Avaliador de cursos de graduação do MEC/INEP. Advogado. E-mail: criboli@uri.edu.br.

moradores do município de Jaciara (MT)? Compreender essas dinâmicas é essencial para formular políticas educacionais mais eficazes e adaptadas às necessidades locais.

O objetivo geral deste estudo foi analisar os impactos da formação proporcionada pela EJA na alfabetização dos moradores de Jaciara. Para atingir esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (a) avaliar a eficácia dos programas de EJA na melhoria das habilidades de leitura e escrita; (b) identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos da EJA em Jaciara e (c) investigar os benefícios sociais e econômicos resultantes da alfabetização via EJA.

A metodologia adotada neste estudo foi baseada em uma revisão bibliográfica e análise documental para fornecer uma análise abrangente dos impactos da EJA. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica para fundamentar teoricamente o estudo, com base em autores renomados na área. A análise documental incluiu a revisão de relatórios e legislações pertinentes, permitindo uma compreensão da EJA em Jaciara.

A justificativa para este estudo residiu na necessidade de compreender os impactos específicos da EJA em contextos rurais e de pequenos municípios como Jaciara (MT). Em nível acadêmico, a pesquisa contribuiu ao debater sobre a EJA nesses contextos, buscando identificar lacunas e dados empíricos sobre os impactos específicos da EJA na cidade. Em nível social, a pesquisa demonstrou os benefícios tangíveis da EJA na vida dos participantes, como a melhoria nas oportunidades de emprego, coesão social e participação comunitária, promovendo uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A EJA tem sido reconhecida como um meio fundamental para a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades educacionais. Freire (1987) argumenta que ela deve ser vista não apenas como uma oportunidade de alfabetização, mas como um processo de conscientização que capacita os indivíduos a compreenderem e transformarem sua realidade social. Essa abordagem vai além do simples aprendizado de leitura e escrita, incorporando uma dimensão crítica que promove a emancipação dos alunos.

A inclusão social por meio da EJA é particularmente relevante em contextos rurais e em pequenos municípios, onde o acesso à educação formal muitas vezes é limitado. Segundo Menezes e Oliveira (2019), essa modalidade tem o potencial de transformar vidas ao proporcionar a indivíduos de diferentes faixas etárias a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades que melhoram sua empregabilidade e participação cívica. Isso é especialmente importante em comunidades onde o analfabetismo é prevalente e a exclusão social é uma realidade cotidiana.

A flexibilidade da EJA permite que programas sejam adaptados às necessidades específicas dos alunos, considerando suas experiências de vida e seus conhecimentos prévios. Gadotti (2003) destaca que a personalização dos currículos e das metodologias de ensino na EJA é crucial para seu sucesso, pois respeita e valoriza a diversidade cultural e social dos participantes. Essa adaptabilidade é uma das principais razões pelas quais a EJA consegue alcançar e impactar positivamente tantas pessoas.

Além de promover a inclusão social, a EJA contribui para a coesão social e o fortalecimento das comunidades. Estudos mostram que os participantes de programas de EJA frequentemente desenvolvem um maior senso de pertença e engajamento comunitário. Isso se deve, em parte, ao fato de que a alfabetização facilita a comunicação e a participação em atividades coletivas, como associações de moradores e movimentos sociais.

No entanto, a EJA também enfrenta diversos desafios. A falta de recursos pedagógicos adequados, a escassez de profissionais qualificados e as barreiras logísticas são obstáculos que

limitam a eficácia dos programas. Por outro lado, as possibilidades de superar esses desafios incluem a implementação de políticas públicas mais robustas, o investimento em formação continuada para educadores e a adoção de metodologias inovadoras que tornem o processo de ensino-aprendizagem mais atrativo e eficaz para os alunos.

Dessa forma, verifica-se que a EJA desempenha um papel vital na promoção da inclusão social, fornecendo aos indivíduos as ferramentas necessárias para participar plenamente da vida econômica, social e política de suas comunidades. Ao oferecer uma segunda chance de educação, a EJA não só melhora as perspectivas pessoais dos alunos, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável e equitativo das comunidades em que está inserida.

A implementação e regulamentação da EJA no Brasil são fundamentadas em um conjunto de políticas públicas e dispositivos legais que buscam garantir o direito à educação para todos os cidadãos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394/1996, é um marco importante nesse contexto, estabelecendo que a EJA deve ser oferecida gratuitamente a todos aqueles que não tiveram acesso ao ensino regular na idade apropriada (Brasil, 1996).

A LDB define a EJA como parte integrante do sistema educacional brasileiro, destacando a necessidade de adaptação curricular e metodológica para atender às especificidades dos alunos adultos. Segundo a LDB, a educação básica, nos níveis fundamental e médio, deve ser assegurada a jovens e adultos que não a concluíram na idade correta, reconhecendo a EJA como uma modalidade estratégica para a promoção da igualdade de oportunidades educacionais (Brasil, 1996). Afora a LDB, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas específicas para a EJA, visando ampliar o acesso e melhorar a qualidade do ensino oferecido. O PNE 2014–2024, por exemplo, inclui diretrizes para a erradicação do analfabetismo e a ampliação da escolaridade média da população adulta. Essas metas são fundamentais para orientar as ações dos governos federal, estaduais e municipais no desenvolvimento de programas e políticas voltadas para a EJA (Brasil, 2014).

Outro documento relevante é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado para atender à demanda educacional de jovens e adultos em áreas de reforma agrária. O PRONERA representa um esforço significativo para adaptar a EJA às realidades específicas das populações rurais, geralmente mais próximas de cidades interioranas como Jaciara (MT), oferecendo educação contextualizada e integrada com as necessidades socioeconômicas dessas comunidades (Brasil, 1998).

Além das políticas nacionais, as diretrizes curriculares específicas para a EJA, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), orientam a elaboração de programas pedagógicos que respeitem a diversidade cultural e a experiência de vida dos alunos. Essas diretrizes enfatizam a necessidade de metodologias participativas e críticas, inspiradas nos princípios da educação libertadora de Paulo Freire, que promovem a reflexão e a ação dos alunos sobre sua realidade social (CNE, 2000).

Apesar do arcabouço legal e das políticas públicas robustas, a implementação eficaz da EJA enfrenta desafios significativos. A falta de financiamento adequado, a insuficiência de infraestrutura escolar e a necessidade de maior articulação entre os diferentes níveis de governo são alguns dos obstáculos que precisam ser superados. Contudo, há possibilidades promissoras para fortalecer a EJA no Brasil, como a ampliação de parcerias público-privadas, o aumento dos investimentos em tecnologia educacional e a promoção de programas de formação continuada para os educadores.

Este estudo investigou os impactos da formação proporcionada pela EJA na alfabetização dos moradores de Jaciara (MT). Por meio da revisão bibliográfica e análise documental, foi possível compreender a relevância dessa modalidade na promoção da inclusão social e no desenvolvimento de habilidades básicas entre jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal durante a infância. Os resultados indicaram que a EJA desempenha um papel crucial na melhoria das habilidades de leitura e escrita dos participantes, além de proporcionar benefícios sociais e econômicos significativos. A análise das políticas públicas e da legislação revelou um compromisso robusto com a garantia do direito à educação para todos, evidenciado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e por outros programas específicos como o PRONERA.

Apesar das limitações decorrentes da ausência de entrevistas e questionários devido a restrições operacionais, a pesquisa documental e bibliográfica forneceu informações sobre os desafios e as potencialidades da EJA em contextos rurais e de pequenos municípios como Jaciara. As políticas de flexibilização curricular e metodológica são fundamentais para atender às necessidades específicas dos alunos da EJA, valorizando suas experiências de vida e seus conhecimentos prévios. A importância da EJA na promoção da coesão social e no fortalecimento das comunidades ficou evidente. Os programas de EJA não só melhoram as oportunidades de emprego dos participantes, mas também incentivam a participação cívica e o engajamento comunitário. Isso contribui para o desenvolvimento sustentável e equitativo das comunidades, refletindo os princípios da educação inclusiva e libertadora defendidos por Paulo Freire.

Portanto, a EJA em Jaciara (MT) mostra-se uma ferramenta essencial para a redução do analfabetismo e a promoção da inclusão social. As descobertas deste estudo reforçam a necessidade de continuar investindo em políticas educacionais que assegurem a qualidade e a acessibilidade dos programas de EJA, adaptando-os às realidades locais. Recomenda-se que futuras pesquisas incluam metodologias de coleta de dados primários, como entrevistas e questionários, para complementar as análises e oferecer uma visão ainda mais abrangente dos impactos da EJA.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996

BRASIL. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**, criado pela Portaria nº 1287 de 22 de setembro de 1998. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Brasília: MEC, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

MENEZES, R. A.; OLIVEIRA, T. J. Currículo contextualizado na EJA: práticas e desafios. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 43, p. 112–130, 2019.

GRUPO DE TRABALHO (GT)

**BRINCAR É COISA SÉRIA” : POTÊNCIAS
PARA PENSAR O TERRITÓRIO DA CIDADE**

BRINCANDO E APRENDENDO NAS CIDADES EDUCADORAS

Simone Soares Rissato¹⁶⁰

Jordana Wruck Timm¹⁶¹

Grupo de Trabalho (GT): Brincar é coisa séria”: potências para pensar o território da cidade

“O que sabemos dos lugares e coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou, o lugar tinha feito a pessoa, a pessoa havia transformado o lugar”.

José Saramago (2018)

Resumo

No momento em que se pensa na cidade e como ela vem sendo transformada envolvendo desde a comunidade como os gestores municipais, é importante compreender que essas estruturas organizacionais políticas precisam da implantação de políticas públicas, que se voltem para uma educação cidadã e para a compreensão de que é relevante emergir uma Cidade Educadora, ou seja, que se torne um ambiente positivo para a construção de uma educação voltada para a cidadania, com participação pública e privada para o bem-estar de todos. Nesse sentido, o objetivo desse resumo é trazer a importância de uma Cidade Educadora para a construção de uma educação voltada para a cidadania e a qualidade de vida dentro e fora das escolas. Para alcançar o objetivo traçado foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, com estudo exploratório e análise qualitativa, que desvendou a Cidade Educadora a partir de levantamentos teóricos, que se voltam para a edificação de uma escola alicerçada na educação cidadã, isto é, na reconfiguração das cidades. Assim, cabe aqui trazer o entendimento de Coelho *et al.* (2021, p. 70) que: “Estabelecer a relação entre infância e espaços urbanos implica considerar sua inclusão com base no exercício e na construção da cidadania. [...]”. O reconhecimento da importância em educar crianças e jovens para compreender a importância de uma Cidade Educadora, aproxima a comunidade escolar da sociedade como um todo e busca o uso pleno da cidade, a partir do exercício da cidadania aos pequenos, de forma a ensiná-los a romper os muros das escolas, e tornar toda a pessoa apta para a construção de uma cidade e um mundo melhor (CASTRO *et al.*, 2020). Cabe aqui trazer que embora o Brasil seja um país com espaço geográfico de grande extensão, o que se percebe é que na maioria das cidades não são realizados investimentos públicos com o propósito de realizar melhorias e implantação de ações favoráveis para o bem-estar de todas as pessoas que moram nas cidades, construindo a partir da educação e de políticas públicas um ambiente melhor para viver, isto porque, as cidades educadoras precisa ter uma visão construtiva, com melhorias para a população, que sejam inclusive ensinadas nas escolas, gerando o desenvolvimento da cidade em relação à educação e cultura para todos os moradores (FELIX, 2022). Afinal se contempla que segundo Zuin e Dias (2020, p. 474): “considerada a ideia-força, o termo ‘Cidade Educadora’ passa a ser o conjunto de ações e

¹⁶⁰ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: a097467@uri.edu.br.

¹⁶¹ Orientadora. Doutora em Educação (PUCRS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW). E-mail: jordanawruck@hotmail.com.

projetos envolventes, a partir das várias possibilidades oferecidas pela cidade”. Cabe aos gestores municipais adotarem políticas públicas amplas, que busquem melhorar a estrutura física das cidades e, ao mesmo tempo, ter um olhar para a valorização da educação infantil e a construção de Cidades Educadoras a partir do brincar e do trabalhar uma educação cidadã (FELIX, 2022). É preciso compreender a importância da própria cidade e cuidar desse ambiente, partindo da comunidade escolar a construção da cidadania na educação e na cidade, cristalizando ao longo do tempo a certeza de que crianças educadas com o foco no contexto lúdico-cidadão. A verdade é que as cidades no Brasil são o ambiente de vida de cerca de 84% de educando e educadores morando, vivendo e construindo a sua história junto a comunidade e, existe uma necessidade imediata dos habitantes, compreenderem que necessitam tanto de moradia, emprego, segurança, saneamento, conservação da natureza e lazer, quanto de uma educação de qualidade que se volte para a criança e a cidade e transforme-os em cidadãos e cidades educadoras (CASTRO *et al.*, 2020). Concluiu-se com os estudos realizados, que o vivenciar do brincar e da ludicidade nas escolas, precisam se voltarem para a construção de uma consciência cidadã, que permita aos pequenos conhecer e viver em uma Cidade Educadora, em que gestores públicos e comunidade se envolvem para o bem-estar e a qualidade de vida de todos os moradores da cidade. Por fim, cabe concluir que brincando e aprendendo os pequeninos podem ser indivíduos protagonistas de uma educação cidadã e da edificação de uma Cidade Educadora.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Cidades Educadoras. Educação Cidadã.

REFERÊNCIAS

CASTRO, A. O. de; OLIVEIRA NETO, A.; PALHETA, J. M. Cidades que encantam, cidade que educam: caminhos para uma cidade educadora. **Signos Geográficos**, Goiânia-GO, v. 2, p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br>. Acesso em: 10 jun. 2024.

COELHO, L. S.; CAMPOS, T.; RIBEIRO, S. P.; CRUZ, É. F. S. Belo Horizonte, uma cidade educadora(?): uma análise das ações e políticas públicas voltadas para a infância. **Densidades**, n. 30, na. 9, p. 69-84, maio-ago. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/desi/n30/n30a05.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2024.

FELIX, J. M. Vozes que gritam por uma cidade educadora: a necessidade de espaços educativos e de qualidade de vida na comunidade quilombola do Castainho em Garanhuns-

PE. In: MOLL, J.; BARCELOS, R. G. de; ARAÚJO, C. W. C. **Pedagogia da cidade [livro eletrônico]: reflexões e possibilidades: pensando cidades que educam**. Maringá-Paraná: Uniedusul, 2022. Disponível em: <https://www.uniedusul.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Livro-Pedagogias-da-Cidade.-VOLUME-I.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

ZUIN, A. L. A.; DIAS, M. L. A cidade educadora para a educação cidadã. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 27, p. 459-476, maio/ago. 2020. DOI: 10.28998/2175-6600. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8159>. Acesso em: 09 jun. 2024.

OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO DE INGLÊS NAS SÉRIES INICIAIS EM SÃO PEDRO DA CIPA (MT)

Rosa Helena da Costa Araújo¹⁶²
Cesar Riboli¹⁶³

Resumo

Este estudo investiga os impactos das políticas públicas no ensino de inglês nas séries iniciais da rede pública municipal de São Pedro da Cipa, em Mato Grosso. O objetivo é analisar como essas políticas contribuem para a formação da cidadania dos estudantes por meio do currículo escolar. A pesquisa utiliza abordagens qualitativas e quantitativas para avaliar a eficácia das políticas educacionais e identificar desafios e oportunidades para aprimorar o ensino de inglês, com foco na inclusão social e no desenvolvimento de competências cívicas.

Palavras-chave: políticas públicas, ensino de inglês, séries iniciais, cidadania, São Pedro da Cipa (MT).

Introdução

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na implementação e qualidade do ensino de línguas estrangeiras. Este estudo verifica como estão as políticas públicas para o ensino de inglês nas séries iniciais da rede pública municipal de São Pedro da Cipa (MT) e se elas têm contribuído para a formação cidadã dos estudantes, por meio do currículo escolar. A pesquisa busca avaliar o ensino de inglês nessa localidade, considerando que o domínio dessa língua é essencial no mundo globalizado e contribui para o sucesso acadêmico, a inserção no mercado de trabalho e a participação ativa na sociedade global. Analisar essas políticas permite verificar a eficácia das estratégias pedagógicas e identificar lacunas e oportunidades de aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem.

Diante desse contexto, a pergunta principal da pesquisa é: quais são os efeitos das políticas públicas de educação na formação da cidadania dos alunos por meio do currículo de ensino de língua inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental em São Pedro da Cipa

¹⁶² Mestranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Graduada em Letras Português, Inglês e Espanhol pelo Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). Professora da rede pública de educação do estado de Mato Grosso. E-mail: rosahelenaspc@gmail.com.

¹⁶³ Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Especialista em Direito Civil, Processo Civil, Contabilidade Gerencial e Docência no ensino superior. Graduado em Administração, Ciências Contábeis e Direito. Professor do curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da URI - Campus de Frederico Westphalen. Membro das comissões de ensino jurídico e saúde da OAB/RS. Técnico tributário da Receita Estadual inativo. Avaliador de cursos de graduação do MEC/INEP. Advogado. E-mail: criboli@uri.edu.br.

(MT)? Para responder a essa questão, é essencial explorar vários aspectos das políticas públicas de ensino de inglês alinhados com os princípios de formação cidadã no município e examinar como o currículo de inglês nos anos iniciais influencia as competências cívicas dos estudantes.

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar as políticas públicas adotadas para o ensino de inglês nas séries iniciais na rede municipal de São Pedro da Cipa (MT). Já os objetivos específicos delineados são: 1) identificar os recursos didáticos disponíveis para facilitar o ensino de inglês nas séries iniciais; 2) examinar os desafios enfrentados por professores e gestores na implementação das políticas educacionais de inglês e 3) destacar a importância da alfabetização em língua inglesa desde os anos iniciais do ensino fundamental, considerando seu impacto na competência linguística global dos alunos.

Diante disso, a investigação focará nas estratégias pedagógicas implementadas para o ensino de inglês nas séries iniciais na rede municipal de São Pedro da Cipa (MT), nos recursos didáticos disponíveis, nos desafios enfrentados pelos educadores e gestores escolares e nas possíveis diretrizes para o aprimoramento contínuo do ensino da língua inglesa. Para tanto, serão empregados métodos qualitativos e quantitativos, incluindo revisão bibliográfica, análise documental e coleta de dados empíricos, por meio de entrevistas e/ou questionários com professores de inglês.

A importância desta pesquisa decorre da necessidade de otimizar o ensino de inglês nas séries iniciais da rede municipal de São Pedro da Cipa (MT), considerando que o domínio da língua inglesa é amplamente reconhecido como uma competência essencial no mundo globalizado. Esse domínio contribui para o sucesso acadêmico, a inserção no mercado de trabalho e a participação ativa na sociedade global.

Portanto, analisar as políticas públicas que regem esse ensino permitirá não só verificar a eficácia das estratégias pedagógicas em vigor, mas também identificar possíveis lacunas e oportunidades para o aprimoramento contínuo do processo de ensino e aprendizagem. Isso porque a pesquisa sobre políticas públicas para o ensino de inglês nas séries iniciais da rede pública municipal de São Pedro da Cipa (MT) insere-se em um contexto mais amplo de estudos sobre educação, cidadania e ensino de línguas estrangeiras.

Assim, verifica-se o estado do conhecimento nessas áreas, destacando contribuições teóricas e empíricas relevantes e identificando lacunas que esta pesquisa pretende abordar. As políticas públicas educacionais desempenham um papel crucial na definição das diretrizes e práticas pedagógicas nas escolas para fomentar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz para o ensino de línguas estrangeiras.

Formação cidadã por meio do ensino de línguas

A integração do ensino de inglês com a formação cidadã é um campo emergente de pesquisa, destacando como o aprendizado de uma segunda língua pode promover a consciência cultural, o pensamento crítico e a participação ativa na sociedade (Leffa, 2008; Celani, 2008; Monteiro; Nascente, 2013). As pesquisas sugerem que o domínio de línguas estrangeiras está associado a uma maior compreensão e apreciação da diversidade cultural, além de desenvolver habilidades essenciais para a cidadania global (Salomão, 2015; Santos; Frossard, 2018).

De acordo com Duboc (2014), a crescente valorização do ensino de línguas estrangeiras e a inclusão dessas disciplinas nas políticas públicas, como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), são fundamentais para fornecer materiais adequados às escolas. Antes de 2010, os alunos das escolas públicas não recebiam livros didáticos de inglês gratuitamente, o que resultava em desafios significativos para as escolas, conforme apontado por Muspratt, Luke e Freebody (1997). A escolha criteriosa dos livros didáticos é crucial para garantir que eles reflitam as necessidades e os interesses dos alunos, promovendo um ensino mais interativo e significativo (Gee, 2004; Rocha, 2012).

No contexto de São Pedro da Cipa (MT), a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) ampliou o programa Mais Inglês MT em 2024, passando de 40 para 70 cidades atendidas, incluindo o município. O programa beneficia estudantes do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, com foco em cidades com menor renda per capita do estado, buscando oferecer o ensino da língua inglesa e trazer resultados sociais e econômicos em médio e longo prazo, ao preparar os estudantes para o trade turístico e o agronegócio da região (SÃO PEDRO DA CIPA, 2024).

Desafios na implementação curricular

A implementação eficaz do currículo de inglês enfrenta diversos desafios, incluindo a disponibilidade de recursos didáticos, a formação e capacitação dos professores e a adequação das metodologias de ensino às necessidades dos alunos (Kieling, 2022). Recentemente, foi aprovado o Parecer CNE/CEB n.º 2/2020, que apresenta as Diretrizes Curriculares para a Educação Plurilíngue no Brasil (BRASIL, 2020).

Estudos indicam que muitos professores enfrentam limitações significativas, como falta de materiais adequados e necessidade de estratégias pedagógicas que integrem objetivos de cidadania com o ensino de línguas (Brossi; Furio; Tonelli, 2020; Kieling, 2022). Autores

como Tardif (2012) e Schön (2000) ressaltam a importância de um modelo de profissional reflexivo, em que a prática pedagógica é constantemente analisada e ajustada para atender melhor às necessidades educacionais.

Há evidências de que o ensino de inglês nas séries iniciais pode influenciar positivamente as competências cívicas dos estudantes, melhorando seu engajamento e sua participação comunitária (Perrenoud, 2000; 2018). Pesquisas mostram que estudantes expostos ao ensino de inglês desenvolvem não apenas habilidades linguísticas, mas também maior consciência e envolvimento com questões sociais e culturais (Araújo, Carvalho & Costa, 2022).

A percepção dos pais e da comunidade sobre a importância do ensino de inglês para a formação cidadã é fundamental. Estudos qualitativos revelam que a comunidade escolar, incluindo pais e alunos, valoriza o ensino de inglês, reconhecendo seu papel na preparação dos estudantes para um mundo cada vez mais interconectado e multicultural (Pedroza, 2023).

Considerações finais

Este estudo investigou os impactos das políticas públicas no ensino de inglês nas séries iniciais da rede pública municipal de São Pedro da Cipa (MT). A análise revelou que as políticas públicas têm desempenhado um papel crucial na formação cidadã dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de competências linguísticas e cívicas. No entanto, a pesquisa também identificou diversos desafios, como a falta de recursos didáticos adequados e a necessidade de formação contínua para os professores.

A importância de políticas públicas bem estruturadas e a inclusão de diretrizes claras para o ensino de línguas estrangeiras são fundamentais para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz. A integração do ensino de inglês com a formação cidadã mostrou-se essencial para desenvolver a consciência cultural e o pensamento crítico dos alunos, preparando-os para participar ativamente na sociedade global.

Recomenda-se que futuras pesquisas incluam metodologias de coleta de dados primários, como entrevistas e questionários, para complementar as análises e oferecer uma visão mais abrangente dos impactos das políticas públicas no ensino de inglês. Além disso, é crucial continuar investindo em políticas educacionais que assegurem a qualidade e a acessibilidade dos programas de ensino de inglês, adaptando-os às realidades locais e promovendo o desenvolvimento contínuo dos educadores.

Referências

- ARAÚJO, B. L. de; CARVALHO, G. dos S.; COSTA, F. S. da. Percursos formativos em educação física: o PIBID e a construção de competências e da identidade docente de estudantes e egressos da UFPI. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 8, p. 107122–10736, 2023.
- BROSSI, G. C.; FURIO, M.; TONELLI, J. R. A. Currículo e Formação de professores de inglês em duas universidades: questões e desdobramentos. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 28, n. 3, p. 96–112, set./dez. 2020.
- CELANI, M. A. A. Ensino de línguas estrangeiras: ocupação ou profissão? *In*: LEFFA, V. J. (org.). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. 2. ed. Pelotas, RS: EDUCAT, 2008. p. 25–44.
- CUMMINS, J. **Language, Power, and Pedagogy: Bilingual Children in the Crossfire**. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 2020.
- DUBOC, A. P. Letramento Crítico nas Brechas da Sala de Línguas Estrangeiras. *In*: TAKAKI, N. H.; MACIEL R. F. (Orgs.) **Letramentos em Terra de Paulo Freire**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 209–229.
- GEE, J.P. **Situated Language and Learning: a critique of traditional schooling**. New York and London: Routledge, 2004.
- KIELING, A. **Formação de professores de línguas: desafios e práticas**. São Paulo: Moderna, 2022.
- LEFFA, V. J. (org.). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. 2. ed. Pelotas, RS: EDUCAT, 2008.
- LENHARO, R. I. **Participação Social por Meio da Música e da Aprendizagem de Língua Inglesa em um Contexto de Vulnerabilidade Social**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2016.
- MAGIOLO, G. **Sequência didática do gênero história infantil: educação linguística em língua inglesa na infância e sensibilização às diferenças**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2021.
- MONTEIRO, D. C.; NASCENTE, R. M. M. (orgs.) **Pesquisa, ensino e aprendizagem da Língua Inglesa: olhares e possibilidades**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. (Série Temas em Educação Escolar, 18).
- MUSPRATT, S.; LUKE, A.; FREEBODY, P. **Constructing Critical Literacies: teaching and learning textual practice**. New Jersey: Hampton Press, Inc, 1997.
- PEDROZA, L. G. **A relação dos aspectos e culturais com o ensino e aprendizagem de Língua Inglesa em escolas públicas: uma análise a partir de vivências no Programa Residência Pedagógica**. 2023. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/35279>. Acesso em: 10 maio 2024.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução: Patricia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRENOUD, P. **Formando professores profissionais: quais estratégias? quais competências?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2018.

ROCHA, C. H. **Reflexões e Propostas Sobre Língua Estrangeira no Ensino Fundamental I: plurilinguismo, multiletramentos e transculturalidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

SALOMÃO, A. C. B. O componente cultural no ensino e aprendizagem de línguas: desenvolvimento histórico e perspectivas na contemporaneidade. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 54, p. 361–392, 2015.

SÃO PEDRO DA CIPA, MT. **Seduc-MT amplia parceria para oferecer aulas de inglês e São Pedro da Cipa é contemplado**. Disponível em: <https://www.saopedrodacipa.mt.gov.br/noticia/1/576/Seduc-MT-amplia-parceria-para-oferecer-aulas-de-ingles-e-Sao-Pedro-da-Cipa-e-contemplado/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SANTOS, L. C. dos; FROSSARD, E. C. M. A capacidade multilíngue e seu perfil multicultural na promoção da cidadania global. **C@ LEA-Cadernos de Aulas do LEA**, n. 7, p. 110–131, 2018.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2012.

A presente edição foi composta pela URI,
em caracteres Times New Roman, formato E-book, pdf,
em 2024.